

Adiante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 5 de Novembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1301 • Director: José Casanova

A Regionalização e o combate aos fantasmas



O grande desejo dos centralistas é manter uma administração regional poderosa ainda que desconcentrada, com centenas de cargos regionais nomeados centralmente, que possam ser demitidos pelo poder no caso de serem demasiado reivindicativos em vez de serem demitidos pelo povo em eleições no caso de serem de menos.

■ Luís Sá Pág. 18

Domingo: Referendo Nacional

VOTA SIM

Mais democracia, desenvolvimento, descentralização

TRABALHADORES

Jornada da CGTP-IN
Milhares contestam alteração das leis laborais

Pág. 11

DIA 8: DUAS VEZES SIM

PCP

Embargo à produção nacional de bovinos
Uma decisão hipócrita e injusta

Pág. 9

Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas ?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral ?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>

Regionalização CINCO ESTOCADAS EM CINCO MENTIRAS

Páginas centrais

A execrável campanha do Não

Os adversários da regionalização nada têm a propor ao País, a não ser a continuação do centralismo, das CCR's não eleitas, da desertificação e das assimetrias.

■ António Filipe

Pág. 19



comício festa

DIA 6 NOVEMBRO 6ª feira 21 HORAS
PAVILHÃO CARLOS LOPES

Com a presença
de Carlos Carvalhas
Secretário-Geral do PCP

Espectáculo com:
Os Navegante

DORLORES DO PCP

EDITORIAL

Até ao último dia



Manifestação da CGTP, em Lisboa, protesta contra o pacote laboral

RESUMO

28
Quarta-feira

Fenprof e FNE assinam acordo de revisão do Estatuto da Carreira Docente e desconvocam greve ■ Governo aprova Lei Geral Tributária que responsabiliza os gestores pelas dívidas fiscais das empresas ■ O Supremo Tribunal de Justiça de Londres invalida o madado de captura que permitiu interpelar Augusto Pinochet ■ Em visita oficial ao Reino Unido, o Presidente argentino, Carlos Menem, propõe soberania conjunta para as ilhas Malvinas ■ A partida de milhares de policiais sérvios do Kosovo e o afastamento da ameaça de ataques aéreos contra a Sérvia abrandam tensão entre a NATO e Belgrado ■ O Presidente sul-africano, Nelson Mandela, desloca-se à Namíbia onde discute com o Presidente Sam Nujoma o conflito na República Democrática do Congo.

29
Quinta-feira

Na Marinha Grande, Carlos Carvalhas apela ao «sim» no referendo sobre regionalização ■ Relatório do deputado do PCP Lino de Carvalho acusa o ex-ministro da Agricultura, Gomes da Silva, de ter impedido as medidas de controlo e erradicação da BSE ■ Os produtores do vinho do Douro impedem, no Tribunal da Régua, decisão sobre a hasta pública da sede da Casa do Douro ■ No âmbito da semana de luta da CGTP contra o pacote laboral e defesa da segurança social, trabalhadores manifestam-se em Lisboa ■ Dirigentes sindicais da Polícia Judiciária e do Ministério Público assinam protocolo de cooperação ■ O Presidente «Nino» Vieira e o comandante supremo da Junta Militar, Ansumane Mané, decidem, em Banjul, tréguas no conflito guineense ■ Os talibãs e as forças da oposição afegã acordam libertar mil prisioneiros de cada lado, durante um cessar-fogo de uma semana.

30
Sexta-feira

Carlos Carvalhas desloca-se a Silves e Portimão, no âmbito da campanha pelo «sim» ao referendo ■ Greve dos trabalhadores das tesourarias da Direcção-Geral de Impostos obtém grande adesão ■ Em Espanha, Supremo dá razão ao juiz Baltasar Garzón, ao reconhecer competência à justiça espanhola para julgar o ditador Augusto Pinochet ■ NATO ordena missão de vigilância aérea do Kosovo ■ A Força dos Voluntários Lealistas (LVF) anuncia cessar-fogo permanente no Ulster ■ Incêndio numa discoteca na cidade sueca de Hisingen, perto de Gotemburgo, mata 65 jovens e causa 190 feridos, sobretudo imigrantes.

31
Sábado

Um grande comício recebe, em Montemor-o-Novo, o Secretário-

-geral do PCP, Carlos Carvalhas ■ Inicia-se, em Krumbach, Austrália, o IV Encontro Intratimorense, onde o representante de D. Ximenes Belo defende a realização de eleições locais e a formação de um governo de transição em Timor ■ O Iraque suspende a cooperação com Nações Unidas como forma de pressão para levantamento do embargo imposto há oito anos ■ PDS, pela primeira vez após a reunificação da Alemanha, participa num governo de coligação com o SPD, na Pomerânia ■ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento aponta para mais de 150 milhões o número de pessoas que ficaram na pobreza nos anos 90.

1
Domingo

O Governo aprova novas regras para a certificação de baixas por doença, com vista à desburocratização do processo administrativo ■ Boletim do Instituto Nacional de Estatística confirma a tendência de desaceleração da economia portuguesa ■ O Presidente guineense, «Nino» Vieira, e o chefe da Junta Militar, Ansumane Mané, voltam a encontrar-se, em Abuja, na tentativa de encontrar solução para a crise na Guiné-Bissau.

2
Segunda-feira

Os movimentos do «sim» à regionalização do Portugal em Marcha apresentam um protesto na Comissão Nacional de Eleições «contra o silêncio e a ausência sistemática do canal público de televisão» na cobertura da iniciativa ■ Os ministros da Defesa da UE reúnem-se, pela primeira vez, em Viena ■ Após 16 horas de conversações, o Presidente guineense «Nino» Vieira e o líder da Junta Militar Ansumane Mané chegam a um acordo que, entre outros pontos, prevê a realização de eleições até Março de 1999 ■ Coligação de centro-direita vence eleições legislativas na Macedónia ■ Yasser Arafat aceita pedido de Benjamin Netanyahu para adiar por dez dias a aplicação do acordo de Wye Plantation.

3
Terça-feira

IV Encontro Intratimorense termina com críticas da resistência ao vice-presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense, Ramos Horta ■ O guia da República Islâmica iraniana, ayatollah Khamenei, exclui normalização de relações com os Estados Unidos da América... ■ ... que elegem novo Congresso ■ MNE considera «positivo» o acordo de Abuja, entre «Nino» Vieira e Ansumane Mané, contrariando declarações críticas do embaixador Henrique da Silva.

Chega de todos os lados a confirmação daquilo que cada um de nós - participantes activos na campanha pelo «sim» - observa e constata todos os dias: onde chega o esclarecimento sério sobre o que é e que objectivos tem a regionalização, onde chega o desmascaramento das mil e uma falsificações e mentiras espalhadas pelos defensores do «não», o «sim» ganha sempre novos adeptos. E ganha adeptos quer entre eleitores que, porque confundidos e às vezes atemorizados com o argumentário primário e terrorista dos adversários da regionalização, se inclinavam para a abstenção, quer entre muitos dos que, influenciados pela vaga desinformativa amplamente difundida e valorizada pela generalidade da comunicação social, se inclinavam para votar «não». Nuns casos e noutros - e especialmente quando se trata de pessoas da área da esquerda ou próxima dela - a viragem para o «sim» é, regra geral, fortemente ajudada pela natural repulsa em, com a sua abstenção ou com o seu voto contra a regionalização, estarem, ao fim e ao cabo, a juntar a sua voz à voz e ao voto e aos objectivos dos Marcelos, dos Portas, dos Cavacos, dos Barretos, dos Jardins, dos Sousas Tavares, enfim, de todo um conjunto de personagens que, diga-se em abono da verdade, da higiene política e do decoro democrático não são propriamente companhia de voto aconselhada nem desejada por quem se situa na área da esquerda ou que com ela simpatiza.

Poderá dizer-se que também entre os defensores do «sim» se encontram figuras da família política das acima referidas. E é verdade. Só que, enquanto no primeiro caso, o núcleo essencial e dirigente da campanha pelo «não» é constituído, como não podia deixar de ser, pelas forças da direita organizada, a qual logra, por vezes, atrair às suas posições algumas pessoas provenientes de áreas políticas outras (por vezes oriundas, até, de áreas situadas nos antípodas dos objectivos direitistas), no segundo caso, ocorre exactamente a situação inversa e os «forasteiros» que, por razões as mais diversas e às vezes até contraditórias, aderem à campanha pelo «sim», estão, de facto, a apoiar, no caso concreto da regionalização, posições e objectivos que integram o património reivindicativo e de luta da esquerda. E há que reconhecer que a diferença entre a primeira e a segunda situações não é de somenos importância.

Na verdade, a regionalização é um objectivo e uma bandeira da esquerda e não é por acaso que a iminência da sua concretização constitui um autêntico e infernal pesadelo para a direita. Veja-se, a título de exemplo, o despudor, o desbragamento, o vale-tudo a que recorrem os inimigos da regionalização para tentar impedir a consumação desta importante reforma administrativa que tenderá a reforçar a democracia... E lembremo-nos dos gritos de vitória do PSD e do CDS/PP quando o PS, numa das suas múltiplas convergências com a direita, concordou com as suas exigências em relação à obrigatoriedade da realização do referendo.

Com efeito, sabe quem sabe que regionalizar é descentralizar e democratizar poder, aproximando-o mais das popula-

ções e abrindo novas e maiores possibilidades à participação e intervenção destas nas decisões que lhes dizem directamente respeito.

Ora, num tempo em que se pretende, cada vez mais, reduzir o cidadão à condição de espectador passivo da realidade, à condição de objecto descartável que apenas serve para ser utilizado em tempo de caça ao voto (situação que é de primordial importância para os objectivos... não só da direita, é certo, mas também e essencialmente da direita), é óbvio que a concretização da regionalização, susceptível que é de atenuar, por pouco que seja, essa situação constitui para a direita uma perigosa, demoníaca invenção.

Daí a já referida campanha terrorista levada a cabo pelos inimigos da regionalização, a vaga de falsidades difundidas, a hipocrisia insultuosa que percorre todo o seu discurso eleitoralista.

Onde chega o esclarecimento sério sobre o que é e que objectivos tem a regionalização, onde chega o desmascaramento das mil e uma falsificações e mentiras espalhadas pelos defensores do «não», o «sim» ganha sempre novos adeptos

A título de exemplo - mais um a juntar aos vários justamente sublinhados nesta edição do «Avante!» - atente-se no texto produzido por Miguel Sousa Tavares no «Público» da passada sexta-feira. Aproveitando o lugar cativo de que dispõe naquele jornal, Tavares achou por bem matar dois coelhos com uma singular e hipócrita cajadada. Indignado com aquilo a que, ao que parece sem corar, chama «desigualdade de tratamento por parte da imprensa em relação às posições em confronto, e em prejuízo do lado do «não», este assanhado inimigo da regionalização decidiu «abrir uma excepção» na postura isenta, segundo ele, da sua «coluna semanal» - a qual, sempre segundo o próprio, se tem posi-

cionado, por «elegância», «ao abrigo da disputa em curso». Aberta a «excepção» e fechada a «elegância», eis-nos perante um texto muito ao jeito, ao estilo e ao conteúdo típicos do autor - ou seja, lastimável. Mas que tem a grande vantagem de exemplificar em concreto os métodos, as práticas, os golpes, as baixezas de que é feita a campanha da direita.

No livro, recentemente publicado, «As regiões administrativas. Democracia e desenvolvimento» - da autoria de Luís Sá, Ana Serrano e Daniel Branco - sublinha-se, a dada altura, a importância de, nesta batalha e neste contexto, «levar tão longe quanto possível o debate e o esclarecimento». E acrescenta-se: «As oportunidades são desiguais aos mais diversos níveis, tais como a escolha de participantes em debates, a selecção dos comentadores e dos líderes de opinião; importa, porém, que aqueles que pensam que as questões relacionadas com o Estado, a administração pública, a democracia e os interesses das populações devem ser objecto da intervenção de todos, não deixem de travar os combates que consideram fundamentais e que não sejam os efeitos de modas, de temores infundados e de uma intensa falsificação de dados e intenções a determinar as escolhas fundamentais dos cidadãos».

Assim deve ser, de facto. E se esta é uma campanha na qual, como a experiência mostra, são visíveis os resultados do diálogo esclarecedor, da intervenção serena, da argumentação séria e verdadeira, então vale ainda mais a pena empenharmos nela todos os nossos esforços e capacidades. Até ao último dia.

Avante!

ALTERAÇÃO
AO CÓDIGO POSTAL

Chama-se a atenção para o novo Código Postal da Redacção do Avante!

Proletários de todos os países: UNÍ-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roto — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	_____
Morada _____	_____ Telef. _____
Código Postal _____	_____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

Outubro: o sonho continua

Neste tempo em que o pensamento único cavalga à rédea solta a situação decorrente do colapso da União Soviética e de outros países do Leste da Europa, importa assinalar a passagem de mais um aniversário da Revolução de Outubro – acontecimento maior do século XX enquanto primeiro grande passo da tentativa de construção de uma sociedade nova, humanista e humanizada, liberta de desigualdades e injustiças sociais e da exploração do homem pelo homem.

Pretendendo “demonstrar”, por um lado, que o capitalismo é o fim da História, o sistema ideal contra o qual não só não se justifica como é inútil lutar; e, por outro lado, que os erros e perversões ocorridos nos processos visando a construção de sociedades socialistas constituem males intrínsecos do próprio projecto socialista – a ofensiva ideológica do imperialismo tenta unanimizar planetariamente a conclusão de que os ideais da Revolução de Outubro estão inexoravelmente mortos. A vida e a realidade mostram que as coisas são bem diferentes, confirmando todos os dias a essência exploradora e

opressora do capitalismo confirmando todos os dias que os ideais do comunismo, o projecto comunista, permanecem vivos e actuais e continuam a alimentar o sonho, as aspirações e a determinação de luta de milhões de pessoas.

Por maiores esforços que façam, por mais forçadas e esforçadas interpretações dos acontecimentos que produzam, por maiores ou menores “livros negros” ou provocações similares que engendrem, os modernos falsificadores e re-escrevedores da história jamais conseguirão apagar o significado da Revolução de Outubro e o papel nela desempenhado por Lenin, a importância do seu triunfo em 1917 e os extraordinários avanços e conquistas dela decorrentes para toda a Humanidade; jamais conseguirão apagar o papel da URSS e da participação de milhões de comunistas na luta vitoriosa contra o nazismo na 2.ª Guerra Mundial, jamais conseguirão apagar a acção do país da Revolução de Outubro na contenção do imperialismo, na defesa da paz mundial, no apoio permanente e muitas vezes

determinante à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e às transformações revolucionárias ocorridas no mundo no decorrer deste século – deste século que, por isso mesmo, ficará na história não como o século da “morte do comunismo” mas como o século em que o comunismo nasceu como tentativa de concretização de um projecto alternativo ao sistema desumano, opressor e explorador dominante.

A situação que hoje vivemos comprova exemplarmente que o desaparecimento do socialismo como sistema mundial, desmentindo os difusores do pensamento único, não tornou o mundo mais democrático, mais justo, mais seguro, mais humano – bem pelo contrário. E a verdade é que a luta travada por gerações sucessivas de comunistas – luta marcada por dedicações e vidas que são orgulho da condição humana – continua e, com ela, o sonho de uma sociedade nova de que a Revolução de Outubro foi portadora.

■ José Casanova

Fé e razão

O simpósio que na semana passada reuniu 50 peritos no Vaticano para debaterem a Inquisição e cujas conclusões – segundo o teólogo pontifício Georges Cottier – se destinam a fornecer ao Papa “os elementos para verificar se há motivo para fazer um gesto de autocritica” por ocasião do Jubileu do ano 2000, e a recente apresentação da nova encíclica de João Paulo II sobre “Fé e Razão” constituem dois incontornáveis, e de alguma forma inseparados, motivos de reflexão.

Quanto aos tribunais do Santo Ofício da Inquisição – criados no século XIII, com um apogeu terrorista nos séculos XVI e XVII e só extintos no século passado –, o juízo histórico, compartilhado pela generalidade dos crentes e dos não crentes, evidencia que eles constituíram uma das mais repugnantes e organizadas expressões de fanatismo e de violência humanas de que há memória.

O que custa a compreender é que a Igreja-instituição tarde tanto a reconhecer oficialmente essas páginas negras e pareça ter tanta dificuldade em assumir que elas representam a negação absoluta dos valores da fé que proclama.

Em relação à última encíclica de João Paulo II, solenemente apresentada pelo cardeal Ratzinger, as interrogações situam-se, obviamente, num plano distinto.

É o caso, nomeadamente: da afirmação do Papa de que “a partir do fim da Idade Média, a legítima distinção entre os dois

saberes (a teologia e a filosofia) se transformou progressivamente numa separação nefasta”; da acusação que faz a um “espírito excessivamente racionalista”, “ao ponto de se chegar de facto a uma filosofia separada e absolutamente autónoma em relação ao conteúdo da fé”; da crítica aos “desvios e erros nos quais o pensamento filosófico, sobretudo o pensamento moderno, frequentemente caíram”, associada ao dever da Igreja “reagir de maneira clara e forte” quando “se difundem teorias falsas e partidárias que espalham graves erros, perturbando a simplicidade e a pureza da fé do povo de Deus”; e da tentativa de confinar a “compreensão correcta de uma doutrina do passado” à sua “recolocação no seu contexto histórico e cultural”.

Uma primeira e óbvia constatação é a de que a relação entre a razão e a fé continua a ser um problema não resolvido ao nível da Igreja-instituição, numa altura em que ele já se encontra em grande parte superado de forma não conflituante no conjunto da sociedade.

A segunda constatação vai para aquilo que os nossos olhos de hoje vêem com clareza, com todo o património de experiências, sofrimentos e valores com que a Humanidade chega ao terceiro milénio: é que os fins não justificam os meios.

■ Edgar Correia

A POBREZA no mundo

Foram impressionantes as imagens e chocantes os comentários que o programa da *Financial Times* da RTP 2 transmitiu, há poucos dias, sobre a pobreza na Ásia. Neste imenso continente, o número de pobres cresceu em flecha com a crise financeira. Duplicou na Tailândia, que foi um dos mais famosos “tigres asiáticos”. Enormes massas humanas dependem – segundo os dois cenários apontados pelo *FT* – da caridade ou da mendicância (“indústria do pedetório” como hipocritamente referia o citado programa). Insultuoso e indigno por parte dos responsáveis da crise face às suas principais vítimas. Mas também revelador da incapacidade do capitalismo em inverter a situação de miséria para que atirou milhões e milhões de seres humanos em todo o mundo.

Com efeito, a pobreza cresce e expande-se a (e em) todos os países. Disso nos dá conta o recente “Relatório do Desenvolvimento Humano de 1998” do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Ao abordar a evolução do consumo no mundo – que duplicou relativamente a 1975 – e o crescimento da pobreza (“bem mais de mil milhões de pessoas estão privadas das necessidades de consumo básico”) o relatório é bem elucidativo quanto às gritantes desigualdades – de acesso a bens essenciais e aos extraordinários progressos tecnológicos dos nossos dias – entre os países ricos do “Norte” e os do “Sul” pobre, e dentro de cada país. Revela-nos, nomeadamente: **enquanto 1/5 da população mundial que vive nos países mais ricos distribui entre si 86% do consumo, apenas 1,3% do consumo mundial vai para 1/5 dos que vivem nos países mais pobres.** Mas este fosso é ainda mais espectacular e injusto: **as 3 pessoas mais ricas do mundo detêm fortunas superiores ao PIB dos 48 países mais pobres;** e seriam necessários apenas 4% da riqueza acumulada pelos **225 maiores multimilionários** para resolver os problemas essenciais do conjunto das populações dos países em via de desenvolvimento. A prosperidade e a opulência para uns poucos e a luta pela sobrevivência para a imensa maioria.

Mesmo nos países mais desenvolvidos, e de elevados PIB *per capita*, a pobreza é um fenómeno assustador: 7% de pobres na Suécia, 8% na França e Grã-Bretanha, 16,5% nos EUA! (onde vivem 60 dos já referidos multimilionários). E se compararmos alguns consumos supérfluos, concentrados no conjunto desses países, com algumas necessidades mínimas de sobrevivência ficamos escandalizados: só os gastos com perfumes na Europa e nos EUA aproxima-se da verba necessária para garantir a nutrição e saúde básica da população mundial! Este exemplo de consumismo contrasta com as condições de vida degradantes de muitos milhões de homens, mulheres e crianças de todos os continentes.

O avanço da pobreza acompanha a evolução da situação internacional. As políticas neoliberais dos últimos 20 anos, de orientação antilaboral e antipopular, são as grandes responsáveis pela gritante degradação social dos nossos dias, que inclui pobreza e exclusão social. E as derrotas do socialismo, com a passagem desordenada e caótica para o capitalismo, nos países do leste da Europa provocaram/originaram uma mancha de 150 milhões de pobres (*n.º do PNUD, segundo DN 1.11.98*). Também a agressão ambiental, a espoliação das riquezas naturais, os conflitos, o militarismo, são geradores de pobreza. O relatório do PNUD tudo isto comprova. Mas é irrealista no seu Plano de Acção. Porque se abstrai do carácter explorador e desumano do sistema.

Assim, há quem procure que a pobreza seja encarada como algo de banal do nosso quotidiano. E até inevitável – “sempre houve ricos e pobres”. Para assegurar a resignação, como complementaridade do “salve-se quem puder”. Atitudes absolutamente necessárias à ideologia dominante do “pensamento único” e do “fim da história”. Mas a solução, ainda que distante, para a eliminação da pobreza será imposta pela luta dos trabalhadores e dos povos. E da sua solidariedade de classe. Porque a solidariedade/caridade e a invocação dos direitos humanos está provado que não chegam.

■ Manuela Bernardino



Foto: Jorge Caria

Tragédia na América Central

O furacão «Mitch», que assolou esta semana a América Central com rajadas de vento superiores a 200 quilómetros/hora, provocou, numa primeira estimativa, pelos menos sete mil mortos e desaparecidos, sobretudo na Nicarágua, em El Salvador e nas Honduras. Tegucigalpa, a capital deste último país, perdeu bairros inteiros e ficou arrasada em diversos pontos, o que já levou o presidente da Câmara local a afirmar que nem o Orçamento de Estado do próximo ano, de cerca de 107 milhões de contos, será suficiente para reconstruir a cidade. Entretanto, na Nicarágua, o furacão fez aluir parte de uma

montanha no Oeste do país, soterrando completamente cinco povoações e fazendo entre 1500 e 2000 vítimas mortais. Nestes dois países os estragos nas vias de comunicação atingem os 70% das redes viárias e a desolação é generalizada. A fome paira, agora, nestes países, com dezenas de milhares de desalojados sem quaisquer recursos, situação agravada pela falta de capacidade de resposta dos respectivos governos. O furacão «Mitch» foi considerado o quarto mais violento ocorrido na área em todo este século e a sua origem está associada ao fenómeno climático conhecido por «La Niña».

As situações de horror multiplicam-se por todo o lado, com centenas de cadáveres a emergir da lama, corpos a flutuar nos rios e dezenas de milhares de pessoas a deambular sem destino, enquanto se multiplicam os apelos de ajuda internacional urgente para acudir à hecatombe. O furacão varreu durante dias a região, acabando por se dissipar já perto do México.

Recorde-se que o governo cubano foi o único que, na região, conseguiu prevenir as consequências da catástrofe, fazendo deslocar 600 mil pessoas que habitavam na rota previsível do furacão, abrigando-as em zonas protegidas.



«Baixas» de doença enviadas por correio

Após uma experiência-piloto realizada durante este ano no Distrito de Santarém, o Governo decide alterar o sistema de certificação de baixas por doença alargando o seu período de seis para 12 dias e reduzindo o processo burocrático de três para apenas um impresso, que passa a ser preenchido por qualquer médico num centro de saúde (anteriormente só era passado pelo chamado «médico de

família»), ficando o utente obrigado a enviar, ele próprio, esse impresso de porte pago para os serviços regionais de Segurança Social, para que estes processem o respectivo pagamento. Com estas medidas, o Governo afirma que o processo de certificação de baixas ficará mais fácil e eficaz e, ao mesmo tempo, «combaterá as fraudes» ao «responsabilizar mais os cidadãos e os médicos».

67 jovens morrem em incêndio na Suécia

Um incêndio numa discoteca em Gotemburgo, na Suécia, provoca 67 mortos e mais de 190 feridos, na maioria jovens. A tragédia deflagrou por volta da meia-noite, quando mais de 400 jovens de comunidades emigrantes

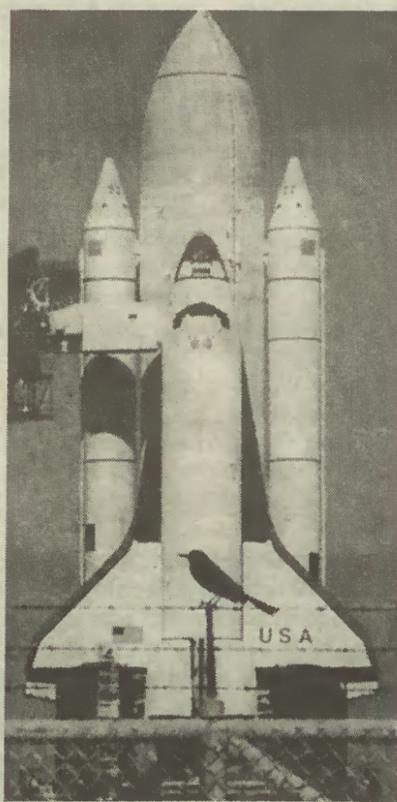
festejavam o Halloween (Dia das Bruxas), numa festa promovida pela Associação Macedónia. O recinto, previsto para um máximo de 150 pessoas, albergava na altura mais de 400, apresentando as saídas de emergência

bloqueadas, o que precipitou e agravou a tragédia. No primeiro rescaldo, a polícia pôs imediatamente a hipótese de origem criminosa no deflagrar do incêndio, com motivações racistas. A manifesta falta de segurança do recinto

levantou de novo a questão das más condições em que vivem as comunidades emigrantes na Suécia, nomeadamente nesta zona de Gotemburgo, onde os emigrantes são fundamentalmente utilizados na construção civil.

Astronauta veterano regressa ao espaço

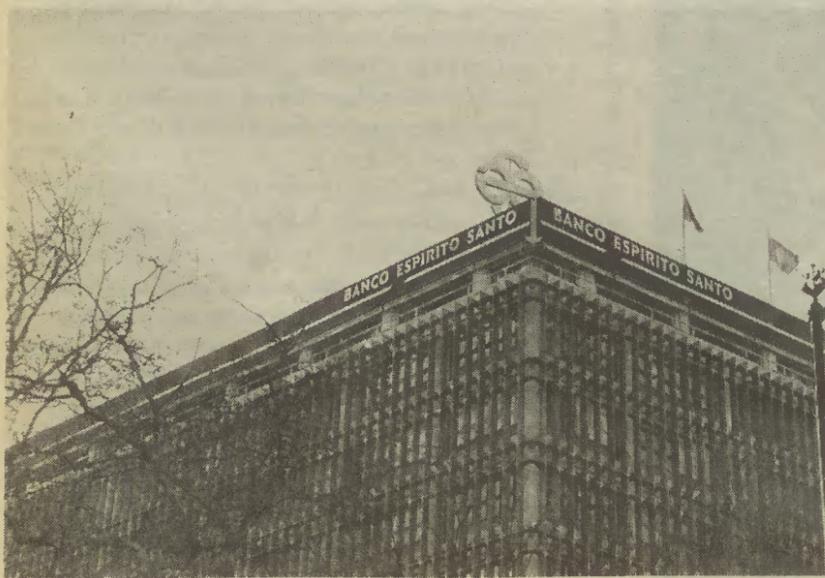
John Glenn, o primeiro astronauta norte-americano a orbitar a Terra, conseguindo assim secundar o pioneiro da conquista espacial, o soviético Yuri Gagarin, regressou esta semana ao espaço, a bordo de mais uma missão de um vaivém norte-americano. John Glenn, actualmente com 78 anos, ofereceu-se como voluntário para esta missão de uma semana no espaço, onde se sujeitará a diversos testes que procurarão avaliar, entre outras coisas, as consequências da imponderabilidade em pessoas idosas. O veterano astronauta, apesar da sua idade avançada, mostrou-se sempre bem disposto em todas as fases das operações de descolagem, tendo já dado uma conferência de imprensa em pleno voo orbital, onde deu conta da sua boa forma e satisfação.



Casa do Douro sem hasta pública

A anunciada hasta pública de bens patrimoniais da Casa do Douro, marcada para o Tribunal da Régua na passada quinta-feira, redundou num fracasso devido a uma autêntica invasão da sala do tribunal por uma multidão de vinicultores, todos opondo-se à alienação do património da Casa do Douro. A juíza que presidia à sessão ainda ordenou a evacuação da sala, mas os presentes não arredaram pé e a magistrada acabou por adiar a arrematação dos bens para o próximo dia 17 de Dezembro, determinando que as propos-

tas sejam entregues em carta fechada, para evitar a repetição deste boicote. A hasta pública incide sobre 15 prédios rústicos e urbanos, incluindo a própria sede da Casa do Douro, e foi determinada na sequência de um processo instaurado pela Cofipsa, empresa credora da Casa do Douro e que reivindica uma dívida de mais de seis milhões de contos. Entretanto, os vinicultores da região insistem na intervenção do Governo para salvar aquele importante património, enquanto este afirma nada poder fazer.



Lucros descomunais na banca privada

Os cinco principais grupos bancários privados nacionais registaram lucros líquidos consolidados de 115,2 milhões de contos nos primeiros nove meses deste ano, mais 58% do que em igual período de 1997 e mais que duplicando os 52,2 milhões de contos obtidos há precisamente dois anos. Segundo o *Diário Económico*, estes enormes crescimentos dos lucros na actividade bancária privada no nosso país foram acompanhados de um aumento de

27,5% nas comissões, apesar de o negócio das operações com accões ter registado uma quebra, em alguns casos. No final de Setembro, as comissões e outros proveitos totalizavam perto de 590 milhões de contos e representavam 29% do produto bancário, contra um peso de 24,8% daquele agregado no produto bancário em Setembro de 1997. Os principais bancos privados a operar no nosso país são o BCP, o BPI, o BPSM, o Banco Mello e o BES.



“Não existem problemas para reabrir a fábrica. Mas a Renault não tem intenções de regressar a Setúbal. Nunca. (...) Há muitos anos que foi decidido encerrar a fábrica.”

(Jean-Pierre Carrer, administrador-delegado da Renault Portuguesa, *Diário de Notícias*, 2.11.98)

“A Renault disse que não queria continuar a fabricar em Setúbal. Esta foi a decisão da Renault. Na minha opinião, foi a melhor solução que o Governo [português] pôde encontrar para fechar a fábrica. Assim, teve tempo para fazer uma sensibilização.”

(idem, *ibidem*)

“Estou do lado do PP, porque Portugal unido não faz sentido.”

(Cantora Ágata num comício do PP em Celorico de Basto, *idem*)

“Não sou regionalista nem anti-regionalista.”

(Cavaco Silva, *Diário Económico*, 3.11.98)

“Sou candidato a primeiro-ministro no ano que vem.”

(Marcelo Rebelo de Sousa, *Diário de Notícias*, 3.11.98)

“Já não deveria haver grandes motivos para surpresas com o teor desta campanha - figuras ilustres do regime a fazer o triste papel de vira-casacas.”

(Manuel Coelho dos Santos, *Jornal de Notícias*, 1.11.98)

“Não devendo obediência aos partidos, voto na firme convicção de que a reforma proposta a vai o país ter que fazer - ou agora ou daqui a 30 anos.”

(idem, *ibidem*)

“Um dos fantasmas mais agitados é o da divisão do país, que vai atirar portugueses contra portugueses - exactamente o argumento com que a ditadura tentou durante meio século legitimar entre nós a proibição de partidos políticos.”

(Nuno Teotónio Pereira, *Expresso*, 31.10.98)

“A Europa, humanizada, controla a inflação mas ignora o desemprego. A América, calculista, controla o desemprego e a inflação mas ignora as pessoas. Como é que se consegue ser solidário e eficaz ao mesmo tempo?”

(Daniel Amaral, *Visão*, 29.10.98)

Grandioso comício em Montemor-o-Novo

Alentejo diz Sim à Regionalização

“Com o medo não se constrói o futuro; com fantasmas não se constrói o progresso. Por isso, no domingo, vamos afastar medos e fantasmas, vamos votar Sim.” Com este apelo, perante uma plateia ao rubro que enchia o Cine-Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo, concluiu o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, a sua intervenção no comício realizado no passado sábado de apoio à campanha pelo Sim à criação das regiões. Nas suas palavras, sublinhadas por intensos aplausos, reflectida estava uma das tónicas que dominara o seu discurso: o convite, nesta recta final, para a mobilização de todo o Partido no sentido de intensificar a batalha do esclarecimento por forma a que os eleitores no dia 8 possam votar em plena consciência, libertos dos bloqueios e constrangimentos impostos pela mentira e pela demagogia populista que tem marcado no fundamental a campanha dos adversários da regionalização.

A exemplo do que tem sucedido por todo o País, onde se têm multiplicado as iniciativas promovidas pelas organizações do PCP, também no Alentejo, pode dizer-se, é visível este empenhamento dos comunistas e de outros democratas no sentido de elucidar com verdade as populações sobre o que está em jogo no próximo domingo. Os resultados desta acção, esses, no caso da região alentejana, são também identificáveis, podendo aferir-se, por exemplo, no clima de tranquila confiança quanto à obtenção de um bom resultado do Sim.

Disso mesmo foi testemunho o grandioso comício de Montemor-o-Novo. Com o vasto salão a rebrilhar pela costuras, em ambi-

ente de festa, os presentes, rondando os dois milhares, deram mostras do seu entusiasmo e, sobretudo, da vontade de não regatearem esforços no sentido de aprofundar a dinâmica de esclarecimento em curso na região. Provenientes de vários concelhos, de Serpa a Portalegre, de Estremoz a Aljustrel, com as suas bandeiras e cartazes, reiteraram em palavras de ordem a sua determinação em lutar pela criação das regiões.

Ambiente de confiança

Confirmando o significado desta participação, já no final do



Regionalização é o melhor e mais seguro caminho para reforçar a unidade e a coesão nacionais, foi reafirmado no comício de Montemor-o-Novo

comício, em declarações ao “Avante!”, José Soeiro, membro da Comissão Política, realçava o facto de este ter sido “um dos maiores comícios feitos no Alentejo”. Mais importante ainda era a circunstância de a sua realização, com esta vivacidade, em plena campanha do referendo, traduzir, afinal, como sublinhou, apenas mais um marco do vasto conjunto de iniciativas que têm vindo a ser

realizadas - sessões de esclarecimento em todas as freguesias, contactos de porta-a-porta, distribuição de documentos -, todas elas caracterizadas no essencial por uma enorme receptividade à mensagem do PCP em defesa do Sim.

Também Rogério de Brito, presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, em conversa com o repórter, não escondeu a sua

confiança na vitória do Sim no Alentejo. Visivelmente satisfeito com a forma como decorrerá o comício, tanto pela força mobilizadora demonstrada, como pela atmosfera de confiança que se respirou, revelou-se convicto de que a “fidelidade partidária” irá de novo ser uma realidade no sufrágio de domingo e que os alentejanos, “confiando naqueles em que sempre têm acreditado”, seguirão a orientação de voto do PCP e dirão nas urnas Sim à regionalização.

Um Sim que no decorrer do comício foi repetidamente gritado pelos que ao princípio da tarde afluíram ao Cine-Teatro de Montemor-o-Novo. Antes do período de intervenções, à hora marcada para o seu início, com a sala já cheia, foi ainda tempo para em ambiente de festa ouvir a bela voz de Luísa Basto e o canto dos Mineiros de Aljustrel.

Presidido por Carlos Pinto de Sá, edil que está à frente da Câmara de Montemor-o-Novo, o comício iniciou-se de seguida com a subida ao palco dos presidentes de Câmara do Alentejo eleitos pelo PCP no quadro da CDU, bem como dos presidentes das associações de municípios e das regiões de turismo Planície Dourada e de Évora. Chamados para a mesa foram ainda os deputados do PCP eleitos à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu e, bem assim, os camaradas que integram o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP.

Sublinhando a importância de “uma boa e não egoísta escolha” no dia 8, Ana Rita, falando em nome da JCP, foi a primeira oradora. Disse acreditar num “País mais igual” e manifestou-se convicta de que o “aprofundamento da democracia exige a participa-

ção dos jovens” e que com a regionalização é “não apenas Portugal que ganha mas também a população e a juventude”.

Por uma gestão eficaz e transparente

José Soeiro, responsável pelo Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, foi o segundo orador a subir à tribuna. Expostas por si foram, sinteticamente, as razões pelas quais o PCP exorta ao Sim. “Porque queremos à frente da região homens com rosto, eleitos por nós, que nos prestem contas das decisões que tomam, que defendam os interesses da nossa região, junto do Governo e das instâncias comunitárias, e não pessoas nomeadas pelo Governo, dependentes dos ministros que os nomeiam, que tomam decisões sem nos ouvir, de costas para o poder local, como sucede actualmente com a direcção da CCR do Alentejo cujo presidente se preocupa mais em tentar desestabilizar a Câmara de Évora, onde é vereador, do que em bater o pé ao Governo e exigir para o Alentejo aquilo de que o Alentejo necessita, aquilo a que o Alentejo tem direito”.

Depois de desenvolver um conjunto de outros argumentos em favor do Sim, como seja o de “uma gestão melhor, mais eficaz e transparente dos dinheiros disponibilizados para cada região, na base de uma lei de finanças regionais que cumpra os princípios de subsidiariedade e da solidariedade nacionais”, José Soeiro asseverou ser chegada a hora

Marinha Grande

Acabar com a «Junta-sombra»

«A regionalização que está feita e decide todos os dias importantes questões da nossa vida colectiva dividiu artificialmente o distrito ao meio, sem referendo, sem os estudos técnicos que agora os defensores do “não” tanto alardeiam como pretexto para pôr em causa a regionalização democrática», recordou José Augusto Esteves no comício da passada quinta-feira, na Marinha Grande, em que Carlos Carvalhas também participou.

O responsável da direcção regional de Leiria do PCP defendeu o voto «sim» nas duas perguntas do referendo, para acabar com uma situação em que «todos os concelhos que estão a Sul da Marinha Grande, a partir da Nazaré, inclusive, tratam os problemas com a “Junta-sombra” da Região de Lisboa e Vale do Tejo, e os que estão a Norte, com a “Junta-sombra” da Região Centro». José Augusto Esteves explicou que esta designação para as Comissões de Coordenação Regional se justifi-

ca porque elas «são, na prática, autênticas juntas regionais, com autonomia administrativa e financeira, com fortes poderes e vastíssimas competências», mas que «o povo não conhece e tudo decidem sem prestar contas, a não ser aos que os nomeiam».

Estando a funcionar o patamar do poder correspondente às regiões administrativas, o que os partidários do «não» receiam e querem evitar «é que o povo decida e escolha as pessoas e políticas de desenvolvimento regional», «é que os representantes das populações por estas escolhidos numa futura Assembleia Regional fiscalizem, peçam contas, proponham alternativas e prioridades nos investimentos de milhões de contos que hoje só uma minoria conhece e controla».

O dirigente regional do PCP notou que «estamos a três meses da elaboração do próximo Plano de Desenvolvimento, que já não se vai chamar Regional, mas Económico e Social, o terceiro desde a adesão à UE, contudo, o que vemos é um profundo silêncio sobre os projectos, programas e medidas a considerar para a nossa região». Referiu ainda a despoluição da bacia do Lis, como «exemplo flagrante das práticas destes poderes-sombra», pois bastou uma carta de uma directora-geral para anular o compromisso obtido pela insistência dos municípios junto do Governo e dos poderes regionais, não havendo agora sequer a garantia de que o programa seja incluído no Plano de Desenvolvimento para o período entre 2000 e 2006.





Alentejo diz Sim à Regionalização

de "haver no Alentejo órgãos regionais democraticamente eleitos que assegurem um correcto planeamento e ordenamento do território, pondo termo à descoordenação hoje existente entre os diversos serviços desconcentrados do Estado instalados no Alentejo".

"É tempo - enfatizou, em tom muito crítico - de acabar com o esvaziamento de serviços das cidades de Beja e Portalegre e assegurar uma política de maior aproximação dos serviços aos cidadãos."

Verberada pelo dirigente comunista foi ainda a acção desenvolvida pelo PS no distrito de Beja centrada no pressuposto de que "votar Não ao Alentejo significaria votar Sim à criação de uma região no Baixo Alentejo". "Uma tal campanha - esclareceu - assente na mais descarada demagogia só serve para confundir o eleitorado e é indiscutivelmente um mau serviço prestado ao processo da regionalização e desde logo aos alentejanos e à sua região."

Profundar a democracia

Carlos Carvalhas foi o último orador do comício. Calorosamente recebido, o Secretário-Geral do PCP interpelou directamente os presentes, começando por perguntar: "Alguns de vós, que conheceis o PCP, acredita que estamos com a regionalização para criar mais impostos, mais burocracia, mais tachos? Este Partido alguma vez deixou de cumprir as promessas?"

Num discurso frequentemente interrompido por aplausos, o dirigente comunista lembrou depois que a regionalização abre caminho a uma maior racionalidade e à resolução dos "problemas com menos custos", permitindo, simultaneamente, através de uma "maior intervenção das populações", um "aprofundamento da democracia".

Dos méritos da regionalização falou ainda Carvalhas para estabe-

lecer um contraponto com a realidade actual em que, por exemplo, por força da burocracia, um Plano de Pormenor carece da aprovação do Conselho de Ministros ou a simples instalação de uma indústria precisa da chancela do respectivo Ministério.

Por si desmontados foram também alguns dos argumentos utilizados pela direita, a quem acusou de recorrer à linguagem da mentira (deu como exemplo a criação de impostos) e de pretender que "os cidadãos fiquem receosos e não votem em consciência". A este propósito, num convite à reflexão, voltou a deixar uma pergunta no ar: "Então eles, ele Cavaco Silva, ele PSD, ele Marcelo Rebelo de Sousa, não dividiram já o País por baixo da mesa, à sorrelfa, em cinco comissões de coordenação regional, onde estão cidadãos não eleitos que foram designados pelo Governo, que administram milhões de contos, milhões de contos em que o poder local está posto à margem?"

Lebrado por Carlos Carvalhas foi ainda o exemplo do poder local, concretamente o facto de este ter avançado em 1976 não obstante estarem na altura por definir as suas atribuições e, inclusive, nem sequer existir a Lei de Finanças Locais. "Se estivéssemos agora aqui a decidir, isto é, se o referendo fosse para haver ou não haver poder local democrático, com presidentes de câmara eleitos, certamente que eles, os apoiantes do Não, estariam com os mesmos argumentos", observou o dirigente do PCP.

Deixado por Carlos Carvalhas foi, por último, em nome do PCP, um apelo ao voto no Sim no próximo domingo, apelo com a autoridade do partido que "não volta às costas às dificuldades" e que está nesta "luta pela regionalização", sublinhou, do mesmo que está na "luta por melhores reformas", na luta "pela valorização da agricultura portuguesa", ou na "luta pela justiça fiscal no Orçamento do Estado".

■ J.C.

Está hoje em Santarém, no Largo do Seminário, a caravana «Sim às regiões, Portugal em marcha», que há uma semana partiu de Sagres para levar a todo o País a mensagem, a uma só voz, dos movimentos que defendem o voto afirmativo no referendo de domingo.

O «motor» da caravana é um camião Tir, que serve de palco para animação cultural e intervenções políticas nos principais centros urbanos por onde tem passado o «Portugal em marcha». Na passagem de testemunho de uma para outra região renovam-se também os automobilistas e motociclistas que acompanham o grosso da coluna.

Amanhã de manhã a saída da futura região da Estremadura e Ribatejo será feita por Benavente, em direcção ao Terreiro do Paço.

Logo no primeiro dia, a caravana do «sim» percorreu o Algarve de uma ponta a outra, parando no nó rodoviário da Guia, onde a Via do Infante, apenas meio-feita, foi apontada por Ramires Fernandes como o exemplo do que é capaz de fazer o centralismo sem rosto, com funcionários do Governo central a traçarem um percurso contra a vontade e o parecer dos algarvios. Passado o testemunho, no dia 30, entre Alcoutim e Mértola, «Portugal em Marcha» atravessou o Alentejo, a Beira Interior, Trás-os-Montes e Alto Douro, Entre Douro e Minho e a Beira Litoral, onde chegou ontem de manhã.

«Portugal em marcha» chega amanhã a Lisboa

Lavoura

A Confederação Nacional da Agricultura declarou o seu empenho na vitória do «sim», como reafirmou Joaquim Casimiro na semana passada, depois de ter recebido na sede da CNA, em Coimbra, o dirigente do PS António José Seguro. O dirigente da confederação da pequena lavoura, citado pela Lusa, considerou fundamental que a regionalização se concretize, «para melhorar as condições de vida dos agricultores portugueses». Lembrou, por outro lado, que «a falta de regiões tem prejudicado os agricultores» do nosso país, nomeadamente por não usufruírem dos subsídios que são atribuídos à produção agrícola e pecuária pelas regiões instituídas noutros países europeus.

Associativistas

Dezenas de dirigentes de 40 colectividades do concelho de Almada divulgaram um apelo ao voto «sim», onde recordam que «nunca houve por parte dos governos da Nação a necessária vontade política de aplicar a Constituição da República no que concerne ao auxílio ao movimento associativo, nela tão claramente expresso». «Com tristeza», os associativistas veri-

cam que «não só não são atribuídos os subsídios devidos à extraordinária acção educativa, cultural, desportiva e outra desenvolvida, como é recusada a formação de um Instituto do Associativismo e do Estatuto do dirigente associativo».

«Mas verificamos também que há quem tenha para o movimento associativo popular outra atitude», congratulam-se, apontando «as mulheres e homens do poder local, nascidos ou há muito residentes nas freguesias e concelhos que os elegeram», e que «apoiam as asso-

ciações, conhecem-nas, seguem as suas actividades, os seus êxitos e as suas dificuldades». A opção e o apelo ao voto «sim» decorre, para os dirigentes de associações, clubes e colectividades almadenses, de saberem «o que é ter poder ao pé da porta e poder lá longe, em ministérios inacessíveis».

«Todos eleitos, todos responsáveis perante o voto» é o argumento com que termina o apelo, reclamando «que se complete o exercício da democracia» com a eleição dos responsáveis pelas regiões.



BENFICA - O secretário-geral do PCP acompanhou militantes comunistas e outros apoiantes do «sim» numa distribuição de informação no mercado do bairro lisboeta



ALCÂNTARA - Carlos Carvalhas, acompanhado de dirigentes e eleitos do PCP nas autarquias, participou antontem à tarde num encontro com reformados

Testemunho pela Regionalização

Iniciamos uma longa e difícil campanha pelo sim à regionalização, isto é, pela oportunidade de trazermos o Portugal profundo até agora esquecido e desprezado, para o novo século que se avizinha, para a modernidade com justiça e desenvolvimento.

Prometida aos portugueses e aclamada na Assembleia da República como forma imprescindível de mais progresso e democracia, a Regionalização é agora combatida pela direita, com os argumentos oportunistas e demagógicos de quem se habituou a inventar fantasmas e papões para vencer enganosamente, graças à boa-fé e à credibilidade popular.

Trata-se, pois, de desmistificarmos esse discurso e de dizermos claramente ao eleitorado o que Portugal tem a ganhar com a regionalização, especialmente a fixação das populações nos seus territórios mediante a criação de novas estruturas agrícolas, industriais e até turísticas que, sem descaracterizarem a terra, alterando a paisagem e os costumes, saibam dar-lhe a vida nova que Abril nos prometeu. E ainda não falámos de verbas e da participação necessária e transformadora dos cidadãos. Porque isso terá de vir.

Nós, alentejanos, lutamos por uma província de certo modo adormecida e abandonada, que foi espaço de revolução e depois objecto de vinganças que quase a deixaram a perder. A mais bela e genuína região de Portugal, cheia de tesouros artísticos, com as suas planícies de pão e de sonho, mas à beira da desertificação e da pauperização mais dramática, apesar da grande esperança que depositamos na barragem do Alqueva.

Para nós, alentejanos, a regionalização é vital, é urgente e havemos de a conseguir, unindo as nossas vontades num grande coro de esperança.

■ Urbano Tavares Rodrigues

O Algarve pós-referendo será tema no 10.º Congresso

«Não foi por acaso» que o Secretariado executivo do 10.º Congresso do Algarve decidiu divulgar publicamente, na semana passada, a data e os temas do tradicional fórum regional, organizado biennialmente pelo Rocal Clube de Silves há duas décadas. João Matoso, secretário-geral do congresso, recordou aos jornalistas que estes foram «vinte anos de moções sobre a regionalização», tema sempre presente com opiniões favoráveis da «grande maioria» dos congressistas.

Limitando-se os organizadores do Congresso do Algarve, enquanto nesse papel, a transmitir as conclusões e ideias a quem tem poder de intervenção, João Matoso estimou que talvez metade das conclusões tenha tido reflexos práticos nestes vinte anos, referindo áreas como a protecção do meio ambiente, as infra-estruturas, a água, a sociologia e antropologia.

O último Congresso do Algarve deste século, marcado para 16 e 17 de Abril de 1999, tem o pós-referendo como tema principal, a par do «turismo e economia do Séc. XXI». Confirmando a orientação pluridisciplinar, são ainda propostos para discussão temas da cultura, do ambiente e recursos naturais e da sociedade algarvia. «Qualquer que seja o resultado do referendo, a opinião pública vai dar muita atenção ao seu impacto», previu João Matoso, justificando assim que se procure criar uma oportunidade para a divulgação de opiniões, estudos e reflexões.

O número de participantes em anteriores edições variou de menos de 400 até mais de 900 (recorde atingido no 3.º Congresso), prevendo os organizadores que o Alvor acolha em Abril quase sete centenas de «cidadãos que se interessam pelos assuntos do Algarve». Os interessados em apresentar comunicações devem fazer chegar à organização os respectivos resumos até final de Janeiro.

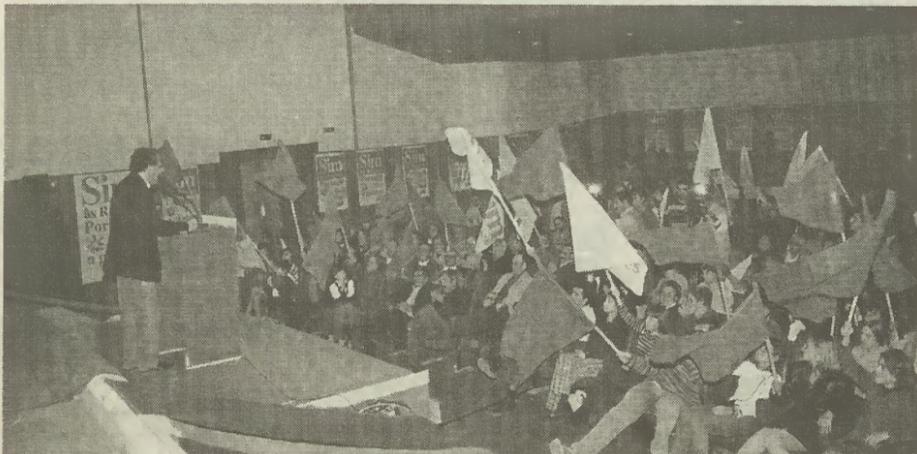


Silves Um compromisso com fundamentos

A falta de seriedade dos que muito recentemente passaram a opositores da regionalização foi posta em contraste com os motivos que, para os comunistas, continuam a justificar a instituição de regiões administrativas.

No comício do Cine-Teatro Silvense, que encerrou a jornada de sexta-feira do secretário-geral do Partido no Barlavento algarvio, foram lembradas as cambalhotas dos que aprovaram por unanimidade a lei-quadro das regiões e agora não querem a regionalização.

Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP e responsável pela organização regional do Partido, denunciou a forma como «uma mera reforma administrativa do Estado, que conduziu a uma eficácia maior da Administração Pública, a uma maior racionalidade e eficácia na



aplicação dos dinheiros nacionais e comunitários, a uma maior aproximação e participação dos cidadãos na discus-

são e no acerto das decisões que lhes dizem respeito, foi transformada num processo demoníaco, com toda a espécie de calúnias e infâmias, exactamente por aqueles que antes

um aumento de impostos que seria provocado pela regionalização, lembrou uma edição da Constituição, após a revisão de 1997, anotada pelo dirigente social-democrata



Antes do comício, Carlos Carvalho participou numa distribuição de folhetos pela regionalização na zona comercial de Portimão

Sines Não merecem apoio

Carlos Carvalho denunciou segunda-feira à noite, em Sines, as mentiras e calúnias a que Marcelo e Portas têm recorrido para justificarem o «não» às regiões. Reafirmando a intenção do PCP de prosseguir com verdade uma campanha de pedagogia e esclarecimento, o secretário-geral desmentiu alguns dos boatos semeados pelos chefes da direita. «Quem utiliza estes argumentos dá uma boa ideia da falta de respeito que tem pelas populações. Tais sujeitos não merecem o apoio do povo português» - comentou Carlos Carvalho, citado pelo repórter da Agência Lusa no pólo industrial do litoral alentejano.



Porto Falta uma instância

O secretário-geral do PCP participou na quarta-feira da semana passada, na Casa Tait, no Porto, numa sessão sobre «A Educação, a Saúde, a Cultura e as novas regiões administrativas», que reuniu mais de uma centena de pessoas, entre as quais se contavam destacadas figuras da vida cultural portuense.

Além de Carlos Carvalho, intervieram Mário David Soares, professor e membro da Assembleia Metropolitana do Porto, Rosalvo Almeida, do Conselho Regional da Ordem dos Médicos, Silvestre Lacerda, técnico do Ministério da Cultura, e a arquitecta Anni Gunther, que presidiu à sessão e fez uma síntese da discussão.

Foram apontados erros, dificuldades e omissões que são fruto do centralismo e do caos administrativo, a par de potencialidades que ficam por desenvolver, pela falta de uma instância regional que coordene serviços e racionalize meios. O âmbito dos municípios foi considerado manifestamente insuficiente para dar resposta a problemas que transcendem a área de cada concelho, e a Administração Central conhece mal as realidades locais e não se preocupa em informar e mobilizar as populações. A regionalização permitirá mais eficácia e também uma maior participação democrática.

propuseram uma lei-quadro que foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República».

Reafirmando o objectivo de, com a regionalização, «transformar o poder oculto, a burocracia cinzenta e prepotente, num poder eleito pelos cidadãos», o dirigente comunista afirmou que «à medida que avança o esclarecimento e se combate o irracionalismo, a mentira e o cinismo da campanha daqueles que se opõem a esta reforma, à medida que é levada a verdade às pessoas, o «sim» claramente ganha apoios e adesões».

Carlos Carvalho, a propósito de novas referências de Marcelo Rebelo de Sousa a

Luís Marques Guedes e com prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa, onde claramente se diz que, na criação de regiões administrativas, «fora de causa fica a criação de impostos, matéria que continua a constituir reserva legislativa da AR».

Carlos Carvalho questionou a seriedade de tais mudanças de posição, e acusou: «O que pretendem é lançar a dúvida e a desconfiança.»

No comício intervieram também Ramires Fernandes, dirigente do movimento «Sim pela Regionalização, sim ao Algarve», Tânia Mealha, da direcção regional da JCP, e Manuel Marreiros, presidente da CM de Aljezur.

Beja Órgãos regionais com vantagens

Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, participou numa iniciativa em Beja, na passada segunda-feira, subordinada ao tema «Alentejo: Desenvolvimento e Órgãos Regionais», com instituições e organizações do distrito de Beja. Uma sala cheia acolheu-o com entusiasmo e atenção.

No encontro interveio também Carreira Marques, presidente da Câmara Municipal de Beja, fazendo ainda parte da mesa José Soeiro, membro da Comissão Política, António Vitória, membro do Comité Central, e Vítor Silva, membro da DORBE.

Carlos Carvalho considerou que «temos um País assimétrico em que praticamente todo o interior se tem vindo a desertificar e a envelhecer e é necessário dar respostas, respostas que passam pela maior eficácia no aproveitamento de recursos e de meios postos à disposição da região», pelo que a regionalização, como instrumento de coordenação, «poderá ser extremamente eficaz».

Relembrou projectos estruturantes em que, apesar da decisão final caber ao poder central, o papel da região não é menos importante, caso de Alqueva (que poderia ter demorado menos tempo a concretizar se houvesse regionalização e que importa planear o futuro), BA 11, minas de Aljustrel, estradas e turismo, entre outros.

Defendendo um único Alentejo, Carvalho perguntou aos socialistas que querem dividir o Alentejo: «Então por que não mexeram uma palha até

agora para trazerem novamente os serviços públicos de Évora para Beja?»

Considerou que só a regionalização poderá ajudar a desconcentrar pelas várias cidades os serviços que agora se encontram em Évora e que uma região unida terá mais força para resolver os problemas e aproveitar os recursos. Alertou ainda para a campanha de desinformação e de boatos feita pelos partidários do Não para impedirem que se faça a regionalização e comentou: «Agora, a meia dúzia de dias do referendo, vieram à pressa com mais um plano da pólvora de descentralização e de desconcentração, mas perguntamos a Marcelo Rebelo de Sousa qual é a maior e melhor desconcentração e descentralização senão a regionalização e por que é que o PSD esteve tantos anos no Governo e não a fez?»

Por seu turno, Carreira Marques alertou também para a campanha desonesta feita pelos anti-regionalistas para confundirem os eleitores, apelando a que todos se empenhem em esclarecer as pessoas, referindo também algumas das vantagens da regionalização, nomeadamente o aprofundamento da democracia, uma vez que as populações são ouvidas nas decisões regionais e têm a possibilidade de eleger os seus representantes, ao passo que, com uma política centralista, estes são nomeados pelo poder central.

O «sim» dos trabalhadores

«Em defesa dos interesses concretos dos trabalhadores, no quadro do desenvolvimento regional que é necessário potenciar e para o qual a regionalização muito pode contribuir, cabe também aos sindicatos um papel activo e esclarecedor na batalha pela regionalização», afirmam as uniões de sindicatos de Lisboa e Setúbal, num comunicado conjunto que divulgaram sexta-feira.

Para estas estruturas regionais da CGTP, «as regiões administrativas são um factor de fortalecimento e desenvolvimento do processo democrático», numa altura em que «só ao nível regional persistem órgãos de poder, com destaque para as CCRs, não legitimados pelo voto popular».

Num manifesto que a União dos Sindicatos de Coimbra

começou a distribuir na passada quinta-feira e que na véspera apresentou aos jornalistas, o «sim» nas duas perguntas do referendo justifica-se porque a regionalização terá reflexos positivos na melhoria das condições de vida e de trabalho dos portugueses, pois a dinamização económica de cada região favorecerá a estabilidade dos vínculos laborais, a criação de novos empregos e a dignificação do trabalho.

O coordenador da CGTP, intervindo sexta-feira numa concentração contra o pacote laboral frente ao Governo Civil de Braga, respondeu aos «papagaios que aparecem a fazer contas aos custos das regiões» com outros cálculos: «basta uma taxa de meio por cento sobre as transacções da Bolsa para que o Estado arrecade 70 milhões de contos por ano». Carvalho da Silva notou que «as organizações patronais estão todas do lado do «não»», o que é factor de monta para um trabalhador que possa ter dúvidas sobre o sentido do voto no domingo.

Cerca de cinco centenas de dirigentes sindicais e outros trabalhadores do sector de transportes (de empresas como a Carris, o Metropolitano de Lisboa, a TAP, a CP, a Rodoviária de Lisboa) subscreveram um documento de apoio ao movimento «Sim às regiões, melhor Portugal». Este movimento divulgou também um apelo ao voto «sim» dos trabalhadores das telecomunicações, correios, água e energia; o documento é assinado por mais de uma centena de sindicalistas, quadros e outros funcionários da GDP, EPAL, Marconi, CTT, empresas do Grupo EDP, Petrolgal, Portugal Telecom, Telepac.

Também chegaram à nossa Redacção um comunicado da federação da Alimentação, Bebidas e Tabacos e uma moção da federação da Hotelaria, apelando ao voto «sim» dos trabalhadores nas duas perguntas de domingo.

Política de medicamentos favorece multinacionais

«Portugal é um país que se encontra completamente vulnerável face aos interesses da indústria multinacional de medicamentos», o que, determinando em larga medida «o perfil de receituário dos serviços», leva a «um largo consumo de medicamentos desnecessários, ineficazes e dispendiosos», considera a Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP, em nota enviada à comunicação social na passada sexta-feira. Assim, para obstar a esta prescrição dos medicamentos mais caros, os comunistas defendem 17 propostas que a seguir se transcrevem.

1. Dispensa gratuita aos utentes do SNS do conjunto de medicamentos cuja comparticipação financeira sai mais cara ao erário público do que a sua dispensa gratuita nos hospitais e centros de saúde.

2. A prescrição de medicamentos comparticipáveis pelo SNS terá de ser efectuada com indicação da substância activa ou denominação comum internacional seguida de dosagem e forma farmacêutica.

3. Implantação de um formulário nacional de medicamentos que tenha em conta o balanço entre o custo e o benefício terapêutico dos fármacos nele incluídos.

4. Enquanto o formulário nacional de medicamentos não entrar em vigor são válidos transitoriamente os seguintes procedimentos:

- Caso o médico deseje optar pela marca de um determinado laboratório, para além da indicação da substância activa, dosagem e forma farmacêutica, terá de escrever em seguida entre parêntesis a marca pretendida ou nome comercial;
- Se o médico não escrever na receita o nome comercial ou marca o farmacêutico terá de dispensar o medicamento incluído na lista oficial dos medicamentos comparticipáveis, que tenha o preço mais baixo correspondente

à substância activa ou denominação comum internacional, dosagem e forma farmacêutica prescrita pelo médico devendo o director técnico ou o seu substituto legal rubricar a receita;

- No caso do médico optar por indicar uma determinada marca comercial que não seja a de preço mais baixo, o farmacêutico terá de informar o utente qual o medicamento comparticipável com igual composição qualitativa e quantitativa, com o preço mais baixo. Caso o utente opte pelo medicamento de igual composição e mais caro, proposto pelo médico, terá de rubricar a receita;
- Caso o utente opte pelo medicamento de igual composição mas mais barato a receita terá de ser rubricada pelo utente e pelo director técnico ou o seu legal substituto.

5. Alteração do sistema de comparticipação de medicamentos com eliminação dos medicamentos que tenham uma eficácia terapêutica actualmente considerada discutível e os que tenham preços relativamente excessivos de forma a se poder aumentar o valor da comparticipação nos medicamentos essenciais.

6. Promoção da utilização dos medicamentos genéricos, devidamente certificados, de acordo com as normas de patentes vigentes internacionalmente.

7. Aperfeiçoar a lista de medicamentos comparticipados a 100% pelo Estado de forma a contemplar entidades nosológicas de carácter crónico cujas características clínicas e sociais são equivalentes às de outras já contempladas.

8. Utilização de critérios mais rigorosos e eficientes na autorização dos medicamentos de forma a que em Portugal não sejam aprovados medicamentos cujo balanço entre o benefício terapêutico e o risco seja discutível.

9. Desenvolvimento de estruturas a nível das farmácias dos hospitais que permitam a distribuição de medicamentos aos doentes que acedem às urgências e consultas externas.

10. Aperfeiçoar a legislação sobre ensaios clínicos com medicamentos de forma a que a investigação nesta área se desenvolva em Portugal salvaguardando os direitos dos doentes e a transparência nas relações entre a indústria farmacêutica e os investigadores.

11. Alteração da legislação sobre publicidade de medicamentos de forma a que se restrinja a sua prática nos grandes meios de comunicação social e se controlem de forma mais eficaz as pressões sobre os profissionais de saúde e os consumidores.

12. Desenvolvimento de uma política estruturada de informação científica independente destinada aos profissionais de saúde utilizando novas tecnologias de informação.

13. Intervenção mais activa nas instâncias da União Europeia e da OMS que têm um

papel determinante na definição das políticas relacionadas com o medicamento de forma a se salvaguardarem os interesses nacionais nos aspectos económicos, científicos e culturais.

14. Criação de linhas de apoio à investigação nomea-

damente em farmacoeconomia e tecnologia farmacêutica.

15. Política de apoio ao investimento produtivo na indústria farmacêutica nacional, que dificulte a transferência para outros países da produção local de medicamentos.

16. Garantir a produção e a distribuição de manipulados e outros medicamentos não existentes no circuito comercial.

17. Criação de um laboratório de referência oficial para o controlo da qualidade dos medicamentos.

Financiamentos dos partidos e gastos eleitorais Esclarecimento de Carlos Carvalhas

Em relação à notícia que, citando a Lusa, o «Avante!» inseriu, na passada semana, sobre as declarações prestadas pelo Secretário-geral do PCP à saída de uma audiência com o Presidente da República, o Gabinete de Carlos Carvalhas prestou ao nosso jornal o seguinte esclarecimento:

A saída da audiência com o PR, no passado dia 28, Carlos Carvalhas, questionado sobre o financiamento dos partidos e sobre o controlo das contas por empresas privadas, declarou que as mesmas devem continuar a

ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas. Este pode no plano técnico, como aliás tem feito, contratar os serviços de empresas especializadas, mas sempre sob a sua tutela.

Quanto aos gastos das campanhas eleitorais, Carlos Carvalhas declarou que o essencial é que estes sejam reduzidos. A proposta do Partido de o limite se situar nos 400 mil contos é mais que suficiente. Mostrou-se também aberto a que estas contas possam vir a ser controladas mais eficazmente pela Comissão Nacional de Eleições.

Carlos Carvalhas afirmou também que o PCP manifestou a sua estranheza e perplexidade por a operação sobre o Kosovo, envolvendo Forças Armadas portuguesas, ter sido decidida à margem da AR. Tratá-se de uma operação desencadeada pelos EUA que nem sequer têm o mandato da ONU. Ao integrar tal operação, Portugal também avalizou a política de dois pesos e duas medidas, lembrando o caso de Timor-Leste e o incumprimento das resoluções das Nações Unidas.

Lisnave Lentidão nos investimentos

A célula do PCP da Gestnave/Lisnave Mitrena fez, na passada segunda-feira, um alerta público para a evolução que a empresa está a sofrer.

Começando por referir os «momentos de grande instabilidade, com redução significativa do número de postos de trabalho», por que os trabalhadores passaram, desde 1993, no âmbito da reestruturação da Lisnave, lembram que, do ponto de vista económico, a empresa retomou - como os trabalhadores há muito reivindicavam - os trabalhos na área da construção naval.

Foi nesse altura que o Governo deu a garantia escrita de que, com a ida para a pré-reforma dos trabalhadores no activo, estes seri-

am substituídos por jovens, procedendo-se, assim, como também era reivindicado, ao rejuvenescimento da empresa. Por outro lado, os investimentos da Mitrena, apontando para cerca de quinze milhões de contos, permitiam a modernização do estaleiro.

O que se verifica, no entanto, é bem diferente, denunciam os comunistas: os navios Peregrine VI e Peregrine VIII não concluíram as conversões; os jovens formados na SOLISFORM não são integrados nos quadros da Lisnave e Gestnave; o pacote laboral que o Governo pretende aprovar agrava o emprego precário e sem direitos; os investimentos, na Mitrena, pela lentidão com que se processam, não deverão estar

concluídos em Setembro do ano 2000, como se previa.

Por outro lado, a discussão pública em curso sobre a co-incineração na região de Setúbal, levou também a célula do PCP a equacionar a quota parte de responsabilidade da Mitrena no ataque à Reserva Natural do Estuário do Tejo. Assim, têm de ser feitos investimentos na área do equipamento para o tratamento dos resíduos industriais que o estaleiro produz. É que, na opinião dos comunistas, o eventual tratamento de resíduos industriais, concretamente na Sécil, «não constitui solução» e a concretizar-se «seria fortemente penalizante para as populações de Setúbal e limítrofes».

CAMARADAS FALECIDOS

Carlos Alberto Luís Daniel

Vítima de doença prolongada, faleceu, no passado dia 2 de Outubro, o camarada Carlos Alberto Luís Daniel, de 53 anos de idade. Membro do Partido desde 1980, estava organizado na Comissão Local do P.I.A./Raposos, Caparica, Almada.

Domingos Quintas

Faleceu recentemente, com 84 anos de idade, o camarada Domingos Quintas, organizado na Freguesia de Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia. Incorporado, em novo, como 1.º cabo do Exército, desertou para participar ao lado dos patriotas na Guerra Civil de Espanha. Capturado pelos fascistas de Franco foi entregue à Polícia Portuguesa que o enviou para o campo de concentração do Tarrafal em 1936. No Natal desse ano foi indultado mas recusou assinar o respectivo termo, continuando no Tarrafal até 1939. Novamente preso em 1940, e enviado para o Tarrafal em 1943, de lá só regressaria em 1946.

Após o 25 de Abril, foi o primeiro presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso, fazendo

parte, posteriormente, da sua Assembleia de Freguesia.

Humberto Sousinha Macatrão

Faleceu, no passado dia 24, vítima de doença prolongada, o camarada Humberto Sousinha Macatrão, tipógrafo, de 82 anos de idade, natural da Nazaré. Foi para o Bombarral aos 25 anos, a convite da Tipografia Judicibus, onde conheceria e se tornaria amigo de Franklin Mil-Homens, com quem formou uma sociedade para venda directa de livros dos principais escritores nacionais e estrangeiros dos anos quarenta e cinquenta. Autodidacta, apaixonado por História, Arqueologia e Etnografia deixou uma biblioteca com mais de 3000 livros. Pertenceu às comissões concelhia e distrital das candidaturas de Humberto Delgado e Norton de Matos, chegando a ser preso pela PIDE, em 1962, no Aljube. Quando da fuga, em 1960, de alguns dirigentes do PCP da cadeia de Peniche, acolheu em sua casa António Dias Lourenço que, numa breve homenagem proferida no seu funeral, destacou sobretudo os valores da fraternidade de Humberto Macatrão.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Douro Urge parar hastas públicas

A convívência do Governo na situação criada à Casa do Douro, aos trabalhadores e aos 30 mil viticultores e seus familiares, pela penhora de bens para hasta pública promovida pela Copfisa, «é inaceitável», considera a Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP.

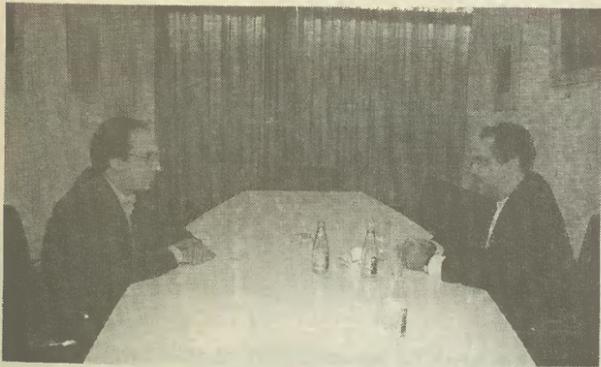
«O Governo, ao não cumprir o protocolo assinado pela Casa do Douro, que viabilizava a resolução das dívidas à Copfisa,

assume a responsabilidade pela instabilidade e dificuldades acrescidas lançadas sobre a Região do Douro, com manifesto desprezo pelos viticultores produtores de uma enorme riqueza, espoliados pelo comércio exportador.»

Aliás, na opinião do PCP, as dificuldades vividas pela Casa do Douro são também «o reflexo directo de políticas adoptadas por sucessivos governos que não tiveram em conta as necessárias

contrapartidas, para a Instituição Duriense».

A DORVIR exige, assim, a urgente intervenção do Governo, no sentido de parar as hastas públicas dos bens da Casa do Douro e o cumprimento na íntegra do Protocolo assinado com esta instituição, manifestando a sua solidariedade com os trabalhadores, instituições da Casa do Douro e viticultores, na luta em defesa dos seus postos de trabalho, dos seus bens patrimoniais e do direito a produzir.



Carvalhas recebe Ramos Horta

O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, recebeu em 29 de Outubro, Ramos Horta, prémio Nobel da Paz de 1997 e Vice-presidente do Conselho Nacional da resistência timorense. No encontro, além da apresentação de cumprimentos, Ramos Horta fez a análise da actual situação em Timor-Leste, agradeceu o apoio do PCP à luta do povo Maubere e apelou à solidariedade do Partido particularmente na semana de luta que decorrerá no início de Dezembro.

CASAL VENTOSO Uma área de alto risco

A inauguração pelo ministro-adjunto José Sócrates, no passado sábado, de infra-estruturas de abrigo e acolhimento de toxicodépendentes das duas IPSS no Casal Ventoso, mereceu, no próprio dia, o comentário crítico da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP.

Consideram os comunistas que, pese embora «o carácter meritório de diversas medidas preconizadas, a capacidade e o empenhamento dos técnicos envolvidos», esta transferência de programas e responsabilidades acentua as suas reservas quanto à crescente desresponsabilização por parte do Estado pelos toxicodépendentes desta zona da cidade.

As expectativas criadas com a implementação de programas de prestação de cuidados assistenciais, administração de metadona e abrigo de toxicodépendentes têm vindo a ser goradas e o Bairro do Casal Ventoso, diz o PCP, mantém-se «numa área de alto risco», com «um afluxo diário de milhares de consumidores» e a fixação de uma população toxicodépendente, sem tendência para diminuir. Assim, «no quadro de uma estratégia nacional de prevenção de consumo e combate ao tráfico de droga», o PCP defende a implementação dum plano específico de emergência para o Casal Ventoso, a imediata instituição de uma estrutura coordenadora das entidades com intervenção local e o reforço do combate ao tráfico de drogas no bairro, através de uma acção mais enérgica das forças de segurança.

MAFRA PCP exige desculpas

Em comunicado à população, a Comissão Concelhia de Mafra considera não existirem condições para continuar a participar no programa «Grande Informação», da Rádio do Concelho de Mafra, por motivo das «graves acusações e calúnias» ali proferidas pelo representante do PSD, sr. João Corte Real, «à família comunista» de José João Costa que ali representava o PCP, perante a «passividade do coordenador» do programa. Porque não se trata de um partido de «criminosos, assassinos, corruptos e fraudulentos» o PCP exige ao sr. João Corte Real um «pedido formal de desculpas durante o referido programa radiofónico», tencionando apresentar queixa-crime contra este senhor pelas suas afirmações.

Entretanto, a Concelhia do PCP requereu cópia da gravação do programa ao seu coordenador, tendo sido, posteriormente, informada que a mesma «se tinha avariado».

Assim, enquanto não for «completamente esclarecida» a situação e se «mantiver o actual figurino», os comunistas não participarão do referido programa, sendo, no entanto, que mantém a sua disponibilidade para participar em qualquer outra iniciativa daquela Rádio desde que lhes sejam dadas «garantias de seriedade e isenção».

LISBOA Professores vitoriosos

A Organização dos Professores comunistas, saudando a FENPROF e os sindicatos que a constituem pelas vitórias alcançadas na negociação da revisão do Estatuto de Carreira - onde revelaram um «alto sentido de responsabilidade» e uma «grande firmeza» -, considera que «o reconhecimento social da profissão docente é indissociável da requalificação de uma escola pública de qualidade».

Entretanto, para o PCP, «as melhorias obtidas no que respeita à redução do tempo de serviço para atingir o topo da carreira, à paridade com as carreiras da função pública, à contagem integral do tempo de serviço, aos valores dos índices dos escalões da carreira e da pré-carreira são fruto de uma luta que persistentemente prosseguiram por objectivos claros e justos, unificadores e mobilizadores de todas as vontades». Pelo que, «na luta, na unidade, na actividade de todos os dias», os professores comunistas irão continuar a «corresponder às exigências do seu tempo».

Embargo à produção nacional de bovinos Uma decisão hipócrita e injusta

A propósito do embargo, recentemente declarado pela CE, à produção portuguesa de carne bovina, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, proferiu, na passada quinta-feira, uma declaração (que a seguir se transcreve) onde os comunistas consideram que esta decisão, para além de «socialmente injusta», segue o critério da «competitividade sem fronteiras» e incentiva «modelos agrícolas produtivistas, onde vale tudo para reduzir os custos de produção e aumentar as taxas de rentabilidade».

1. A decisão da União Europeia de embargar a exportação de bovinos vivos e de carne de vaca portuguesa constitui um sério revés para a agricultura e os agricultores nacionais não só pelo impacto directo do embargo nas exportações mas também pelas suas repercussões no consumo interno e no comportamento dos consumidores nacionais.

O Partido Comunista Português responsabiliza o Governo PS pela situação e manifesta o seu desacordo frontal com a decisão da União Europeia. A decisão é desproporcionada, injusta e hipócrita.

2. A decisão é desproporcionada porque o número de casos de BSE ocorridos em Portugal, desde 1990, num total de 161 (correspondente a 4 casos por cada 10 mil bovinos leiteiros do efectivo nacional) não justifica uma medida tão drástica. Desproporcionada porque tomada com uma celeridade que não usou para com o Reino Unido, quando era bastante maior a gravidade quantitativa e qualitativa da situação epidemiológica, para lá da longa cumplicidade na ocultação do problema. Injusta porque atinge milhares de produtores nacionais, a esmagadora maioria dos quais com efectivos completamente indemnes. Hipócrita porque a Comissão, com esta decisão, pretende apresentar serviço escondendo as suas responsabilidades no alastramento da doença entre os Estados membros e que foi alvo de condenação no inquérito realizado pelo Parlamento Europeu. Hipócrita ainda porque enquanto toma a decisão do embargo a Comissão Europeia prepara o terreno para permitir a importação de gado dos Estados Unidos tratado com hormonas. Hipócrita porque a Comissão Europeia continua a defender uma PAC - inclusive nas suas propostas de reforma contidas na Agenda 2000 - não só injusta socialmente, mas também onde o critério guia é a competitividade sem fronteiras. Assim se incentivam modelos agrícolas produtivistas, onde vale tudo para reduzir os custos de produção e aumentar as taxas de rentabilidade, inclusive com a introdução na cadeia alimentar de produtos e subprodutos químicos, biológicos, transformados geneticamente, etc., cujas consequências não estão suficientemente testadas e acauteladas. Hipócrita, finalmente, porque a

desregulamentação e liberalização dos mercados, sem controlo de fronteiras, impulsiona o alastramento de doenças em todo o espaço comunitário.

3. Mas é evidente a responsabilidade dos governos portugueses nesta matéria. Responsabilidade particularmente grave porque estava e está em causa a saúde dos portugueses e, em questões de saúde pública não poderia nem deveria haver adiamentos, hesitações ou reflexões contabilísticas sobre os custos das medidas necessárias. Responsabilidade pelos problemas causados a muitos milhares de agricultores e à agricultura portuguesa. Responsabilidade, final-

mente, pelo espaço de manobra que proporcionaram à Comissão Europeia.

Do governo anterior, do PSD, está feita a história: a estratégia de sigilo, ocultação da doença e sonegação de informação, entre 1990 e 1994, é responsável pela não adopção atempada de medidas contra a BSE, pelo alastramento da doença, pelo clima de suspeição criado na opinião pública e nas instâncias internacionais. O PSD não tem, hoje, o mínimo direito moral de criticar uma situação cuja origem é da sua própria responsabilidade.

4. Contudo, nada disto pode fazer diminuir as elevadas responsabilidades do actual Governo do Partido Socialista por, ao longo deste mandato, não ter tomado as medidas que controlassem e impedissem a propagação da doença e que não dessem à Comissão Europeia o pretexto para o embargo agora decidido. O Governo do

PS limitou-se, no essencial, a uma operação mediática de abate de todos os bovinos suspeitos. Mas não adoptou as medidas mais importantes que se impunham, que tinham absoluto consenso entre as forças políticas, a comunidade científica e os próprios serviços do Ministério, quais sejam: a proibição do uso de farinha de carne e de ossos e outros materiais de risco em toda a cadeia alimentar animal (proposto ao então secretário de Estado da Agricultura e hoje ministro da Agricultura Capoulas Santos, pelo menos, desde Abril de 1996, pelo Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar, e só decidido agora, a correr, nas reuniões de 24 de Setembro de 1998 e 22 de Outubro 1998 do Conselho de Ministros); o controlo efectivo das unidades de transformação de subprodutos de origem animal com a presença em cada uma de agentes sanitários e veterinários e a proibição de laboração de todas aquelas unidades que não tivessem procedido à sua reconversão tecnológica para assim se garantir a não reciclagem da doença; a

parlamentar realizado pela Assembleia da República em Maio de 1996, nenhuma campanha sistemática de informação à opinião pública e de promoção da produção nacional de carne bovina, designadamente das raças autóctones com denominação e certificação de origem.

6. Face ao embargo agora decretado o PCP exige:

- A adopção de medidas diplomáticas enérgicas para, rapidamente, ser conseguido o levantamento do embargo;

- A adopção e execução de medidas de controlo efectivo da doença, como a interdição do uso de materiais de risco em toda a cadeia alimentar animal; de controlo das unidades de rações e de processamento dos subprodutos; de organização de um sistema nacional de inspecção e controlo sanitário;

- Medidas financeiras para o saneamento do mercado nacional de bovino e indemnização aos produtores nacionais e a toda a fileira nacional, afectados pelo embargo, com inscrição desde já de uma dotação no



O aparecimento, em Portugal, desde 1990, de 161 casos de BSE (correspondente a 4 casos por cada 10 mil bovinos leiteiros do efectivo nacional) não justifica, na opinião do PCP, o embargo decretado

regulamentação e criação efectiva de um Corpo Nacional de Inspeção Sanitária.

5. Acresce que o Governo do PS não desencadeou, ao contrário do que foi aprovado e recomendado por todas as forças políticas no relatório da audição

Orçamento de Estado para 1999;

- A promoção da carne nacional indemne, designadamente das raças autóctones com certificação e denominação de origem;

- Rigoroso controlo e fiscalização sanitária do gado e carne importadas.

Autarca do PS censura

Em comunicado dirigido à Junta e à Assembleia de Freguesia de Monte Abraão e à Assembleia Municipal de Sintra, a Comissão Concelhia de Sintra do PCP denuncia a decisão recentemente tomada pela presidente de Junta de Monte Abraão, no sentido de retirar um pano de propaganda do PCP anunciando a realização de uma sessão pública conjunta do PCP, PS e PSD sobre regionalização, à qual a Junta havia aderido.

Lembrando que a CDU havia informado os representantes dos diversos partidos - sem que nada a isso a obrigasse -, de que iria fazer propaganda autónoma da sessão, o PCP repudia as atitudes «evadas de autoritarismo» que a Presidente da Junta de Monte Abraão tem vindo a tomar ao longo do seu ainda curto mandato, de que este «grave acto censório» é paradigma.

Caso este autarca persista em atitudes idênticas, a Concelhia de Sintra do PCP «reserva-se o direito» de utilizar todos os meios constitucionais e legais ao seu alcance «para exigir responsabilidades, repor a legalidade e retomar a normalidade democrática».

TRABALHADORES

FSTIEP prepara corrente de protestos

Estado quer vender mais acções da EDP

Reestruturação na JAE

Os trabalhadores da JAE concentraram-se na terça-feira junto à residência oficial do primeiro-ministro para manifestarem o seu descontentamento pela forma como está a decorrer o processo de reestruturação da Junta Autónoma das Estradas e reivindicar o direito ao posto de trabalho e à dignificação profissional.

A acção, promovida pela Federação Nacional da Função Pública, foi precedida de uma plenário nacional realizado nas instalações da JAE em Almada.

Greve na CM de Lisboa

Amanhã, os trabalhadores do edifício municipal do Campo Grande vão estar parados entre as 10.30 e as 12.30 horas. O protesto é convocado pelo STML que acusa em comunicado a câmara de não ter cumprido o que prometeu há um ano. O Sindicato refere a falta de um refeitório, de um posto médico de vários e de condições de trabalho, sublinhando que não foram feitos testes ao sistema de segurança, nem se iniciaram acções de formação dos trabalhadores nesta área. As dúvidas sobre as condições ambientais no edifício permanecem, tanto mais que a Divisão de Medicina do Trabalho ainda não emitiu o parecer solicitado.

Professores chegam a acordo

A FENPROF desmarcou a greve marcada para 30 de Outubro depois de ter chegado a uma plataforma de consenso com o Ministério da Educação. O protocolo assinado consagra a contagem de tempo integral do tempo; a redução da duração da carreira em três anos, o aumento dos índices de todos os escalões da carreira, assim como dos referentes a outras situações de docentes, designadamente dos contratados, da pré-carreira e do período probatório; a manutenção da paridade com a carreira dos técnicos superiores da Administração Pública; e a aplicação de um processo faseado de estabilização da carreira de duração aceitável e que antecipa em cada ano o acesso ao topo de todos os docentes. A Federação indica que ainda estão por resolver algumas situações de aposentação e o regime excepcional aplicável ao 9.º escalão, entre outros, as quais continuam a ser negociadas.

A FSTIEP acusa o secretário de Estado das Finanças de, ao anunciar a intenção de vender a privados mais 15 por cento da EDP, insistir numa orientação que é prejudicial ao País, aos consumidores, aos trabalhadores e à empresa, e de estar a faltar até aos compromissos inscritos no Programa do Governo.

As declarações públicas de Teixeira dos Santos e as notícias avulsas que têm vindo a lume sem qualquer desmentido aumentam a preocupação da estrutura sindical mais representativa dos trabalhadores das empresas do Grupo EDP.

Recentemente, em entrevista ao «Diário Económico», o secretário de Estado das Finanças veio revelar que o Governo, depois de ter rompido o limite dos 51 por cento de participação mínima do Estado na EDP, está a preparar a alienação de nova tranche de acções, na ordem dos 15 por cento. Além de anunciar a perda da maioria do capital, Teixeira dos Santos ainda veio defender «um reforço de uma lógica privada de gestão e de condução da actividade da empresa».

A Federação das Indústrias Eléctricas (FSTIEP) sublinha que sempre esteve contra «a inversão do rumo da EDP no sentido da privatização e desta lógica que privilegia a corrida aos lucros em detrimento do serviço público e à custa dos direitos dos trabalhadores. Mas, a confirmarem-se as declarações do secretário de Estado, o passo que o Governo se prepara para dar assume especial gravidade, pois não é para nós indiferente quem detém a maioria das acções», refere uma comunicado da Federação.

Estas preocupações foram manifestadas na última reunião da Direcção Nacional da FSTIEP, dia 28 de Outubro, que decidiu alertar os trabalhadores da EDP e a opinião pública para o

novo perigo iminente. A evolução deste processo será analisada no 4.º Congresso da FSTIEP, que terá lugar em Coimbra, a 20 de Novembro.

Prejuízos evidentes

Pronta para desencadear uma corrente de protestos ainda mais forte do que na primeira e na segunda fase da privatização, a FSTIEP considera que «são cada vez mais evidentes os resultados prejudiciais da privatização da EDP».

«As decisões da empresa passaram a ser tomadas tendo em vista aumentar os lucros, em vez de procurar, primeiro, assegurar um serviço público de qualida-



Com a venda de mais uma tranche de 15 por cento das acções, o Estado perde a sua posição maioritária na EDP (foto de arquivo)

de; houve redução do emprego e aumento dos ritmos de trabalho; piorou a qualidade do serviço, encerraram locais de atendimento, foram concentrados piquetes, generalizam-se as cobranças «por estimativa», há mais avari-

as e as respostas são mais demoradas, porque a EDP está mais longe dos consumidores».

Por outro lado, «aumentaram em flecha os lugares de administradores e gestores do topo da hierarquia, depois da EDP ter sido

desmembrada em quase duas dezenas de empresas; e intensificou-se o ataque a direitos elementares dos trabalhadores, com menosprezo até por condições de segurança que deviam ser norma neste sector».

Metalurgia e Química

Fusão sindical cria grande federação na indústria

As direcções da Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas e da Federação da Química e Farmacéutica, Petróleo e Gás re-

lizam amanhã, sexta-feira, na Marinha Grande, o congresso que vai decidir a fusão das duas estruturas numa «grande, forte e representativa federação na indústria».

Esta proposta que discutida com os sindicatos filiados e os trabalhadores dos respectivos sectores insere-se no «objectivo estratégico da CGTP-IN de redimensionar a

estrutura sindical para melhor responder às necessidades» com vista a «agrupar forças, concentrando recursos humanos e técnicos e meios financeiros e materiais, visando uma melhor e maior intervenção sindical e capacidade de organização», refere-se num comunicado das duas federações.

O projecto da futura federação pretende assim dar uma «resposta orgânica» às «significativas alterações que se têm verificado no aparelho produtivo nacional e que além de se reflectirem directamente nos interesses e direitos dos trabalhadores, também se têm reflectido indirectamente nas suas organizações sindicais».

A isto soma-se a ofensiva do grande patronato e do poder político para desregular as relações de trabalho e eliminar significativos direitos sociais e sindicais, procurando em simultâneo dividir sindicatos e enfraquecer a luta organizada dos trabalhadores.

Por seu lado, as estruturas sindicais procuram respostas mais eficazes para os novos desafios, com vista a aprofundar a unidade dos trabalhadores e a aumentar a sindicalização.



Siderurgia Nacional pode encerrar

O eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro questionou a Comissão Europeia sobre a existência de um acordo entre o Estado português e a União Europeia para pôr termo à actividade da empresa Siderurgia Nacional - Empresa de Serviços.

Esta questão, que foi igualmente motivo de um requerimento na Assembleia da República apresentado pelo deputado Octávio Teixeira, surgiu depois de uma empresa de consultoria ter enviado a algumas câmaras da Área Metropolitana de Lisboa uma carta em que refere que «o Estado português acordou com a União Europeia o fim da actividade [da Siderurgia Nacional] a médio prazo» e que teria solicitado à Roland Berger & Partner estudos de reconversão da área industrial actual-

mente afecta à produção siderúrgica de aço.

Segundo Sérgio Ribeiro, o acordo, a ter-se realizado, afirma, «levanta uma série de dúvidas e preocupações», uma vez que «a empresa, depois de um discutível processo de privatização e de emagrecimento, ainda representa mais de mil postos de trabalho e continua a ter um importante papel no tecido industrial português e na região onde se implanta a sua área de mais de 200 hectares».

Entretanto, a DORS do PCP já manifestou a sua preocupação com o possível fim da Siderurgia e recorda que até ao final de 1993 «foram eliminados 3395 postos de trabalho, no âmbito do projecto de reestruturação que custou mais de 200 milhões de contos».

Incêndio no Leclerc revela falta de segurança

O incêndio ocorrido no Hipermercado Leclerc, em Famalicão, colocou de novo na ordem do dia «a falta de segurança» existente em muitas das grandes superfícies, considera em comunicado a direcção distrital de Braga do CESNORTE, apontando designadamente a fragilidade das suas estruturas e os meios de combate a situações de risco.

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Norte observa que as consequências só não foram mais graves porque o incêndio ocorreu durante a noite, quando não havia trabalhadoras nas instalações, e lamenta a «ligeireza com que as autoridades apro-

vam o funcionamento e as obras nas grandes superfícies».

Por outro lado, a estrutura sindical revela que trabalhadores do hiper estão na sua totalidade vinculados a uma empresa designada Famalidis e outras agências, manifestando receio de que a interrupção da actividade do Leclerc venha a ter reflexos negativos, nomeadamente quanto às garantias salariais.

Também a comissão directiva nacional do CES, citando o referido incêndio e as deficiências nas placas do parque de estacionamento do Continente do Seixal, insiste na necessidade de medidas inspectivas e fiscalizadoras permanentes nas grandes superfícies.

TRABALHADORES

Jornada da CGTP-IN

Milhares contestam alteração das leis laborais

Foram milhares os trabalhadores que participaram na manifestação contra o pacote laboral, convocada para a passada quinta-feira em Lisboa, pelas Uniões de Sindicatos de Setúbal e Lisboa, no âmbito da jornada nacional de esclarecimento e luta contra o pacote laboral do Governo PS, em que se inseriram acções em vários pontos do País.

Depois da concentração na Praça da Figueira, os manifestantes desfilaram até à Assembleia da República, ao som do rufar de tambores e palavras de ordem todas elas sobre as leis laborais e a segurança social: «Ferro, ouve esta: o pacote não presta», «O trabalho parcial só interessa ao capital», «Dignificar o trabalho, contra o pacote laboral», «Segurança Social é um direito universal».

A moção aprovada junto da Assembleia da República reafirma a vontade de «prosseguir a denúncia dos conteúdos mais gravosos dos diversos diplomas do pacote laboral, nomeadamente os relativos ao trabalho parcial e ao lay-off».

Até ao dia de hoje, quinta-feira, a CGTP-IN pretendia entregar um grande número de pareceres sobre os diplomas em causa e exigir que o Parlamento tenha em conta a discussão pública e se demarque destes projectos do Governo que a central sindical considera como um «atentado à dignidade e aos direitos dos trabalhadores».

Em síntese, são cinco os diplomas que suscitam maior contestação: os que introduzem alterações à lei das férias, ao conceito de retribuição, ao regime de contra-

Considerando que o Governo «procura impor por lei algumas das matérias mais gravosas que as associações patronais não conseguiram impor pela via da contratação colectiva», Carvalho da Silva classificou de «escandalosas» as propostas do Governo, destacando em particular a ques-



tos a prazo, ao trabalho a tempo parcial e ainda ao trabalho nocturno.

Na sua intervenção, Carvalho da Silva sublinhou a necessidade de uma outra política que aposte no desenvolvimento baseado na criação de mais e melhor emprego, na dignificação do trabalho e dos trabalhadores, numa justa repartição da riqueza nacional, designadamente através da melhoria significativa dos salários.

O coordenador da CGTP-IN defendeu ainda a redução faseada do horário de trabalho para 35 horas – sem redução de salário – a melhoria da segurança social e a concretização de uma verdadeira reforma fiscal.

tão do trabalho parcial. Segundo disse, caso este diploma fosse aprovado, «alteraria profundamente os conceitos de emprego, retribuição e organização do tempo de trabalho e repercutir-se-ia negativamente no financiamento da Segurança Social».

«Ao avançar com a tese da partilha de emprego, o projecto em causa visa alargar a precariedade, reduzir salários e aumentar a flexibilidade. E, em conjunto com as alterações ao lay-off, aponta para a descapitalização da Segurança Social através da redução de receitas e aumento de encargos, nomeadamente com a atribuição de benesses várias ao patronato, sublinha a CGTP-IN.

Protestos em todo o País

No centro de Leiria, na sexta-feira passada, a União de Sindicatos (USLEI) realizou um plenário público em que participaram perto de uma centena de dirigentes sindicais.

No Porto, a USP criticou as propostas de lei que estão em discussão pública até amanhã, dia 6, considerando que representam «um retrocesso e até uma inversão em matéria de direito laboral». A USP observa em particular que a proposta de lei sobre o trabalho parcial «não passa de uma tentativa camuflada de ajudar o patronato a combater o prosseguimento da necessária redução do horário semanal, sem redução salarial e



de direitos». Segundo afirma, o Governo pretende «considerar como trabalho a tempo parcial todo aquele que seja inferior ao prestado pelos trabalhadores a tempo completo», o que significa que «numa empresa em que se trabalhe 40 horas, um horário

de 39 horas pode ser considerado trabalho a tempo parcial».

Outras acções realizaram-se no âmbito desta jornada, que decorreu entre 26 e 30 de Outubro, nas principais cidades do País, designadamente Castelo Branco, Aveiro, Coimbra, Évora e Braga.

Administração Local convoca manifestação

Mais de três centenas de activistas sindicais do STAL e STML, respectivamente Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, decidiram, quinta-feira da passada semana, no decorrer do plenário realizado no Terreiro do Paço, convocar uma manifestação para o próximo dia 25 de Novembro, endurecendo assim a luta por aumentos salariais dignos e o cumprimento de uma série de compromissos assumidos no âmbito do Acordo subscrito em 1996 pelo Governo e sindicatos.

Concretamente, os dois sindicatos rejeitam a actualização dos vencimentos em dois por cento (a qual entretanto foi alterada para 2,15 por cento igualmente recusada), acusam o Governo de não aceitar as «propostas mínimas e realistas» para a revalorização de carreiras e de pretender não cumprir as alterações recentemente introduzidas pela Assembleia da República na autorização legislativa ao Governo sobre a matéria.

Entre outros aspectos, o Parlamento deliberou que a progressão nos escalões deve efectuar-se de três em três anos e que deve ser garantido o acesso ao topo da carreira a todos os trabalhadores. Os sindicatos pretendem ainda que seja assegurado o pagamento de retroactivos a partir de 1 de Janeiro do ano em curso.

O plenário insistiu ainda na urgente regulamentação do subsídio de insalubridade, penosi-

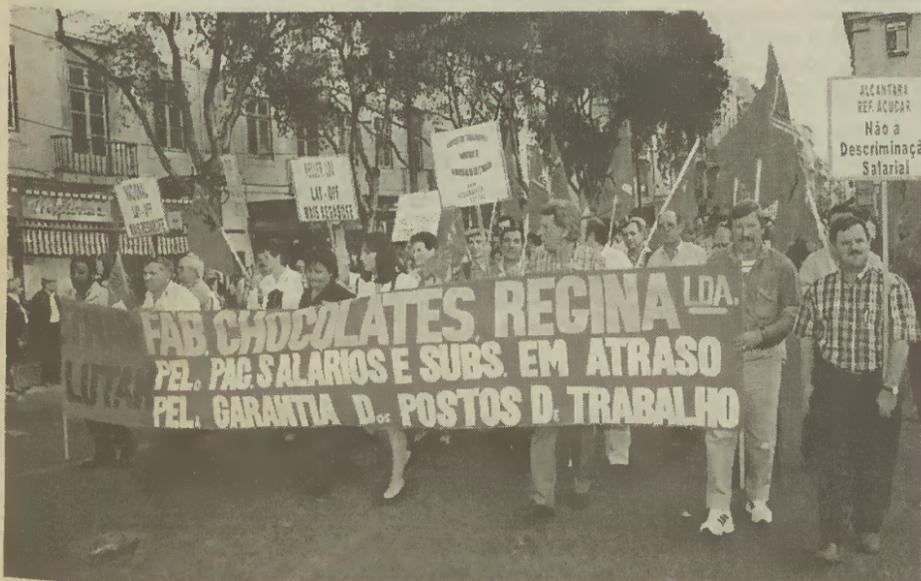
dade e risco e renovou a exigência de aumentos salariais em 1999 de 6,5 por cento, com a garantia de que cada trabalhador receberá um aumento mínimo de cinco mil escudos, com vista eliminar a diferença hoje existente entre o mínimo o índice 100, mínimo na Administração Pública e o salário mínimo nacional.

Após desfilar em cordão humano até ao Ministério do Equipamento, onde entregaram as decisões aprovadas, os participantes no plenário integraram-se na acção da CGTP-IN contra o pacote laboral.

Jornada nacional em 25 Novembro

Em nota divulgada na sexta-feira, dia 30, a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública rejeitou a «nova» proposta de 2,15 por cento, considerando que «relativamente à proposta anterior (2%) traduz-se em 82 escudos/mês e numa actualização do índice 100 em 39\$60/dia, ou seja, num arredondamento do valor do índice 100 (55 300 escudos) para mais 1188 escudos mensais».

Questionando os critérios de justiça social do Governo, a Frente Comum recorda as razões de descontentamento dos trabalhadores e convoca para o próximo dia 25 de Novembro uma jornada de luta nacional.



Activistas do STAL e STML, em plenário no Terreiro do Paço, decidem endurecer a luta por salários e carreiras

Relatório de Lino de Carvalho acusa Governo agiu irresponsavelmente no caso das «vacas loucas»

Ao fazer orelhas moucas às recomendações para erradicação da BSE que lhe foram dirigidas pela Assembleia da República e pela comunidade científica, o Governo agiu com uma “enorme irresponsabilidade”. Tal atitude pode ter ajudado a que a chamada doença das “vacas loucas” continue a multiplicar-se nos próximos anos, tendo simultaneamente contribuído para o “alarme da opinião pública e dos consumidores” e dado azo à União Europeia para o embargo a Portugal. Estas conclusões constam do relatório elaborado pelo deputado comunista Lino de Carvalho no âmbito das audições conduzidas pela comissão parlamentar de Agricultura para esclarecimento da situação da BSE no nosso país.

No texto, cuja discussão em Comissão estava prevista para ontem, Lino de Carvalho acusa directamente o anterior titular da pasta da Agricultura, Gomes da Silva, de ter travado a adopção de

da Agricultura, de quem parte um pedido no sentido de o articulado do decreto-lei ser amputado da expressão “cadeia alimentar animal”, ainda que ao arrepio das opiniões do próprio Grupo de Tra-

o seu voto ao dos países que se opuseram à proposta de Comissão Europeia de interditar a incorporação de todos os tecidos de risco específicos nas cadeias alimentar humana e animal”.

Recomendações esquecidas

Uma posição tanto mais criticável quanto é certo que, na sequência do Plano de Erradicação da BSE aprovado pela Comissão Europeia, foram propostas ao Governo várias medidas de controlo da doença por iniciativa quer do Grupo Nacional da BSE quer do Grupo Interministerial para a BSE, medidas essas entre as quais se incluía “a interdição da incorporação da farinha de carne e de ossos e gorduras de origem animal em alimentos para animais”.

Esta mesma recomendação, lembra o texto do relatório, foi reiterada pelo segundo Grupo de trabalho Interministerial da BSE, que, em Agosto de 1997, depois de recordar as recomendações anteriores referentes à proibição da incorporação de farinhas de carne e osso nos alimentos para animais, sublinha ser “preocupante e passível de penalização por parte da Comissão Europeia o facto da totalidade das nossas fábricas de subprodutos não haverem ainda instalado os equipamentos definidos na decisão da Comissão n.º 96/449/CE e continuarem a colocar no mercado produtos não conformes à legislação o que não permite descartar a eventualidade e possibilidade de reciclagem da doença”.

Também a missão veterinária da Comissão Europeia que esteve no nosso país em Maio passado concluiu, como refere o relatório, que, pese embora nas unidades de transformação de subprodutos estejam a ser cumpridos os respectivos requisitos e seja adequado o sistema nacional em vigor para controlar a origem das matérias-primas e a produção, a verdade é que a “frequência dos controlos oficiais, designadamente nas unidades de produção de alimentos para animais, não é suficiente”.

Resposta tardia

Entre as medidas por si preconizadas, o relatório da missão veterinária da Comissão Europeia recomendava também que “se aplique legislação relativa à proibição total de utilização de farinha de carne e osso de mamíferos na alimentação de todas as espécies de gado”.

Contrariamente ao que seria de esperar, porém, o Governo tardou em reagir, só respondendo ao relatório da missão veterinária quatro meses depois, o que no entender de Lino de Carvalho terá permiti-



Urgem apoios aos produtores e a toda a fileira pecuária em resultado do embargo da Comissão Europeia

do “durante esse lapso de tempo que se consolidassem no plano internacional as críticas constantes do texto”.

E se a resposta da Autoridade Veterinária Nacional vem reconhecer a “necessidade de ir mais além, nomeadamente no que se refere aos controlos”, a mesma não deixa de revelar uma “óbvia desorientação ou, no mínimo, desacertos, ao nível da administração pública portuguesa e do Governo”.

É que, observa o deputado comunista, “enquanto a Autoridade Veterinária afirma na resposta à Comissão Europeia «que não pode concordar» com a «proibição total da utilização da farinha de carne e osso de mamíferos na alimentação de todas as espécies», o Conselho de Ministros do dia anterior à resposta e, posteriormente, o de 22 de Outubro de 1998, aprovaram exactamente essas medidas, que, aliás, deveriam ser alargadas a todo o espaço da União Europeia”.

Lino de Carvalho não tem dúvidas, pois, que do conjunto de medidas propostas no Plano de Vigilância e Erradicação da BSE - designadamente a vigilância sanitária das explorações e o esclarecimento da opinião pública e, sobretudo, a proibição da entrada na cadeia alimentar animal de materiais, de risco e sua destruição - , “ou não foi, de todo, realizado ou só o foi de forma muito parcial ou tardia”.

Motivos de sobra, por conseguinte, para que o deputado do PCP, não obstante a avaliação positiva por si feita do abate compulsivo de todos os bovinos com BSE, seja severo na condenação ao Governo pelo facto de, especifica, “durante cerca de dois anos e meio” este “ter assumido uma atitude de enorme irresponsabilidade ao não dar seguimento às medidas preconizadas tanto pela Assembleia da República, como pela comunidade científica, pelos grupos de trabalho e comissões criadas para acompanhar a BSE e

pelos próprios serviços do Ministério”.

Neste domínio, destacado é sobretudo o “adiamento, desde pelos menos Abril de 1996, de estender à cadeia alimentar animal a proibição de utilização de produtos de origem bovina, ovina e caprina e dos correspondentes materiais de risco com a sua componente destruição”, bem como, noutro plano, a ausência de uma “campanha sistemática, serena e não alarmista, de informação aos consumidores e de promoção da produção de carne bovina nacional”.

Face à dimensão da BSE em Portugal, Lino de Carvalho não deixa entretanto de manifestar a opinião de que lhe parecem “injustificadas e desproporcionadas” tanto a proibição decretada pela Espanha como o embargo decidido pela União Europeia”, fazendo notar, a propósito, que “Portugal é um dos países de mais baixa taxa de incidência da BSE” no quadro da União Europeia.

Medidas necessárias

Par além de proceder a um esclarecimento sobre a evolução da situação da BSE no nosso país e de apurar responsabilidades, o relatório parlamentar de Lino de Carvalho aponta um conjunto de medidas que, no seu entender, são essenciais para garantir a defesa da produção nacional e dos consumidores.

Destaque merecem, por exemplo:

– as iniciativas diplomáticas e judiciais a desencadear pelo Governo com vista a terminar com o embargo;

– a previsão no plano orçamental de medidas financeiras de apoio aos produtores e a toda a fileira pecuária pela quebra de rendimento, aumento de custos e perda de competitividade em resultado das medidas decretadas pela Espanha e do embargo da Comissão Europeia;

– alterações nos sistemas de alimentação com a incorporação de matérias-primas alternativas à alimentação animal, como é caso dos produtos do complexo de soja;

– adopção de medidas de rigoroso controlo sanitário e fiscalização na importação de gado, carne e alimentos compostos.

Afirmada por Lino de Carvalho é ainda a sua convicção de que, face aos dados estatísticos e científicos disponíveis, “não constitui perigo para a saúde pública o consumo de carne bovina de origem nacional com sistemas naturais de alimentação à base de pastagens e prados e com controlo de qualidade assegurado”.

medidas essenciais para o controlo e erradicação da doença – a proibição total da utilização da farinha de carne e osso de mamíferos na cadeia alimentar animal –, invocando razões de natureza economicista, ou seja, os custos que elas acarretariam.

Tal medida proibitiva, segundo foi apurado no decorrer da audição, chegou a estar prevista no diploma emanado do Ministério da Saúde que, em Janeiro de 1997, interditiou “a entrada, por qualquer forma, na cadeia alimentar humana, bem como a detenção e comercialização para esse efeito, de encéfalo, medula espinal, olhos, amígdalas, baço, timo e intestinos de bovinos, qualquer que seja a sua proveniência”.

Insólito comportamento

No texto inicial deste diploma, salienta Lino de Carvalho, “esteve previsto que tal proibição abrangesse igualmente a cadeia alimentar animal”. Tal intenção, porém, acaba por esbarrar no Ministério

balho Interministerial para a BSE então existente.

Embora não tenha sido possível determinar com rigor no quadro da audição as razões de tão “insólito comportamento” do Ministério da Agricultura, tudo leva a crer que na sua origem tenham estado os custos de aplicação do diploma. “Elementos obtidos permitem indiciar – salienta o relator – que os custos da aplicação do diploma – ,estimados pelo Director-Geral da Veterinária em novecentos e vinte mil contos ou um milhão trezentos e quarenta e quatro mil contos por ano, consoante se tratasse somente da destruição dos materiais de risco especificados ou também dos órgãos e tecidos previstos no D.L. n.º 32-A/97 –, e a necessidade de cinco inspectores sanitários para garantirem o cumprimento eficaz do diploma terão estado na origem desta medida não ter sido aprovada”.

Não menos grave foi ainda a atitude assumida pelo ministro da Agricultura, em Dezembro de 1996, na reunião do Conselho Agrícola, quando resolve “juntar

JCP em notícias



VI Encontro Distrital em Aveiro

No passado fim-de-semana, a Organização Distrital de Aveiro da JCP reuniu na Biblioteca Municipal para programar a actividade, discutir a regionalização e renovar a direcção.

Sob o lema *Vira à Esquerda e dá-lhe Gás*, os jovens comunistas renovaram o compromisso de dar força à luta dos estudantes e dos trabalhadores, sublinhando que os jovens são particularmente prejudicados com a política de direita do governo.

Os jovens comunistas defendem a regionalização, “não como um fim a atingir, mas como um meio de suprir da melhor forma os desafios do futuro”.

Perante as carências do distrito a nível cultural e desportivo, defende que os Conselhos Consultivos ou Municipais de Juventude possam ser um instrumento para uma maior proximidade do poder local com os jovens, dando cada vez mais voz às associações e colectividades.

Em defesa dos direitos dos trabalhadores

No quadro da campanha promovida pela JCP em defesa dos direitos dos jovens trabalhadores, deslocou-se, ao Porto, Bernardino Soares, deputado do PCP na Assembleia da República, para um conjunto de contactos com a juventude trabalhadora e com jovens formandos de escolas profissionais.

A convite da FORPESCAS em Matosinhos, o jovem deputado comunista participou num debate subordinado ao tema “As novas propostas de alteração à legislação laboral e a sua influência sobre os futuros trabalhadores da pesca”. Um debate que contou com a presença de meia centena de jovens e de alguns formadores.

Realizou-se também um contacto com os trabalhadores da UTA em Valongo e em Vila Nova de Gaia, com os trabalhadores da Yasaki-Saltano, onde foi distribuído um documento da JCP denunciando as propostas do PS quanto à legislação laboral.

Deste conjunto de acções, destaca-se ainda um breve contacto com representantes dos estudantes da Faculdade de Letras do Porto e uma reunião de trabalho com jovens sindicalistas do Porto.

Agricultores em luta por uma outra política agrícola

A situação da agricultura e, em particular, da agricultura familiar, está neste momento no centro de uma série de encontros/debate e lutas, em que se exige uma nova política, em defesa da agricultura nacional e do mundo rural, pela ajuda a quem trabalha de facto a terra.

O Conselho Agrícola da Região Alentejana, representante das Associações e Federações alentejanas filiadas na Confederação Nacional de Agricultura, CNA, realizou sábado passado, na vila de Nisa, o 2.º Encontro da Agricultura Familiar Alentejana.

O encontro teve como principais objectivos a discussão da proposta de reforma da Política Comum (PAC) e os seus efeitos na Política Agrícola Alentejana e ainda, pela sua actualidade, a análise aos prejuízos verificados no Alentejo devido ao mau ano agrícola.

Em Vila Real, no passado dia 17 de Outubro, por iniciativa do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro e com o apoio da CNA, realizou-se o VI Encontro Técnico dos Baldios Transmontanos e Durienses.

O Encontro teve como lema "Por uma gestão democrática e participativa dos baldios: do boicote e da instabilidade de ontem, às incertezas e aos novos desafios de hoje", desdobrando-se os trabalhos em três painéis. O primeiro sobre incêndios florestais, o segundo sobre regio-

nalização e o terceiro sobre a Empresa Pública Florestal.

Participaram 300 compartes, em representação das 272 estruturas gestoras das comunidades baldias, diversos organismos oficiais, representantes do PCP e do PS, técnicos e professores universitários e delegações da CNA, Associação dos Pastores Transmontanos e Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu e Minho.

Das conclusões do primeiro painel, o destaque vai para a necessidade de protocolos e participação dos representantes das

comunidades baldias, nas estruturas especializadas de prevenção e combate aos incêndios florestais.

Os participantes foram unânimes sobre a necessidade de alterar a situação no domínio da gestão florestal e reiteraram um conjunto de reclamações quanto à manutenção do actual quadro jurídico dos baldios e a nomeação de representantes seus para os órgãos da Empresa Pública Florestal.

Lutas por todo o País

A luta por uma outra política agrícola tem vindo a mobilizar os agricultores um pouco por todo o País. Movimentos reivindicativos e de protesto sucederam-se no mês de Outubro, havendo já acções marcadas para este mês de Novembro.

Dia 22, os agricultores do concelho de Ourém, da Serra e do Norte da Estremadura, manifestaram-se no mercado para denunciar a crise que afecta os criadores de bovinos, os suinicultores, os produtores de vinho, os olivicultores e os produtores de cereais. Os manifestantes acusaram a política do governo de "só beneficiar os grandes lavradores do Alentejo e do Ribatejo, esquecendo a agricultura familiar".

Na Batalha, e por iniciativa da Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria, os agricultores saíram à rua, a 26 de Outubro, para denunciar uma política "injusta e desumana", permitindo, nas palavras de um dirigente da federação, que "cinco por cento dos grandes proprietários ponham em risco a sobrevivência de milhares de pequenos e médios agricultores". Os manifestantes exigiram, uma vez mais, apoios para fazerem face aos prejuízos causados pelo forte grando que, em 22 de Maio deste ano, destruiu muitas culturas na região.

Os agricultores do distrito da Guarda manifestaram-se dia 29 de Outubro, em Gouveia, contra a Política Agrícola Comum (PAC) e para reclamar melhores preços à produção e a atribuição de indemnizações justas pelos prejuízos causados pelo mau tempo, de par da redução das prestações mensais para a Segurança Social sem perda de direitos.

Esta foi a segunda manifestação organizada no distrito pela CNA e pela Associação Distrital de Agricultores da Guarda no espaço de uma semana, a primeira das quais ocorreu em Trancoso dia 23 de Outubro, com a participação de cerca de 400 produtores rurais.

Também a 23 de Outubro, manifestaram-se os agricultores de Setúbal, numa marcha de protesto em que se reclamou do Governo verbas a fundo perdido para o tomate e a uva, pelas quebras de produção resultantes nomeadamente de factores climáticos e se protestou contra um sistema injusto dos subsídios à agricultura, "onde 5% do sector, os grandes agrários, recebem 95% dos subsídios à agricultura".

Para dia 10 de Novembro já está entretanto marcada uma concentração em Braga, promovida por várias organizações da lavoura de Entre Douro e Minho.

Os agricultores e as suas organizações reclamam a fixação urgente de tectos e escalões para as ajudas, no sentido de uma mais justa distribuição dos dinheiros públicos, apoio directo aos produtores de vinho e fruta, baixa de preços dos principais factores de produção, preços compensadores para os produtos agrícolas e controlo das importações, aumento das pensões de reforma e prestações da Segurança Social proporcionais aos rendimentos dos agricultores.

"Os Verdes" denunciam Negócio e fraude

A política de resíduos industriais e em particular a polémica co-incineração de resíduos industriais tóxico-perigosos em cimenteiras, foi tema de uma conferência de imprensa realizada, esta terça-feira, pelo Partido Ecologista "Os Verdes", na sua sede, em Lisboa.

Em documento distribuído à imprensa - "Co-incineração: o negócio, a fraude, o brinde e a fava" -, "Os Verdes" reafirmam a sua oposição à política de resíduos industriais que tem vindo a ser seguida.

Como bases sobre as quais se deve construir a política de resíduos industriais, "Os Verdes" defendem, em primeiro lugar, um registo fiável da quantidade e tipologia destes resíduos, nomeadamente os tóxico-perigosos.

Sublinham, por outro lado, a urgência de "desenhar uma estratégia de redução na produção de resíduos, com o estabelecimento de prazos".

Por último, afirma-se no documento distribuído à imprensa: "é preciso estudar todas as alternativas possíveis

de tratamento". Recusando "a queima de resíduos em cimenteiras como alternativa à queima de resíduos em incineradoras", "Os Verdes" defendem que "há outros caminhos a percorrer".

Um brinde às cimenteiras, a fava para as populações

De que é de negócio que se trata, é o próprio sector cimenteiro a considerá-lo. Para "Os Verdes", está em causa um verdadeiro brinde às cimenteiras, "a quem o Ministério do Ambiente vai dar 1,5 milhões de contos do nosso dinheiro público para compensar o enorme prejuízo que estas teriam com a colocação dos filtros de mangas nas suas chaminés", filtros que aliás já existem com a actividade de produção de cimento.

A fava, essa está destinada às populações. Irá ser repartida entre o Barreiro, a Arrábida,

Alhandra, Souselas e Maceira. E, sublinham ainda os ecologistas, "sobra ainda um bocado para cada um de nós que vai continuar a morar num país onde os resíduos vão continuar a contaminar as nossas águas e os nossos solos, porque continuam espalhados e sem solução".

Referindo cada uma das localidades abrangidas, o documento lembra que pela Estação de Tratamento do Barreiro irão passar, em teoria, todos os resíduos produzidos em Portugal, que Arrábida e Alhandra deverão ficar com a primeira fase da co-incineração, apesar de estarem em causa quer um Parque Natural quer uma vila inserida na maior área metropolitana do país, e que Souselas e Maceira, que deverão ficar com a segunda fase, englobando os resíduos industriais não perigosos, não contam tão-pouco com "o brinde dos filtros de mangas".

A fraude

Todo este quadro é tanto mais grave quanto, defende o

Partido Ecologista, "a co-incineração constitui uma fraude."

Antes do mais, por não ser um método eficaz, pois "se não resolve o problema dos inúmeros locais contaminados com resíduos industriais (solos e águas) cria outros problemas, tão ou mais graves como o lançamento para a atmosfera de dioxinas, furanos e metais pesados, cuja dispersão é sempre difícil de prever quanto mais controlar".

Entre os múltiplos perigos associados a este processo, "Os Verdes" denunciam que estão em causa substâncias associadas à origem de problemas cancerígenos e malformações genéticas.

A outra face da fraude é que, mesmo segundo os números do Ministério do Ambiente, "para a co-incineração vão seguir 5% dos resíduos industriais produzidos anualmente, nos quais estão incluídos 12% dos resíduos tóxico-perigosos. Ou seja, a co-incineração está longe de resolver o problema ambiental e de saúde pública causado pelos resíduos industriais".

Mutualismo nos «Cadernos CA»

Domingos Carvalho — escritor e poeta autodidacta, inquebrável resistente antifascista e militante comunista de longa data — é o autor do terceiro número dos «Cadernos CA», lançado na semana passada, em Lisboa, pela Casa do Alentejo, com o título «Mutualismo, a força do associativismo democrático». Em breves 40 páginas, é apresentada uma história do movimento mutualista, «uma ideia com sete séculos» que foram «700 anos de um porfiado percurso libertador», que prossegue na actualidade, quando «os tempos são

outros e os condicionalismos tantos que o mutualismo integral deixou de abeberar, em plenitude, as suas ancestrais raízes».

Perante algumas dezenas de amigos e companheiros de Domingos Carvalho — entre os quais se encontravam representantes da Caixa Económica Operária e da Voz do Operário e o director do «Avante!», José Casanova — entrevistaram o presidente da Casa do Alentejo, o professor José Chitas, um representante do Montepio Geral (instituição que patrocinou a edição) e o autor.

Direitos dos militares em debate

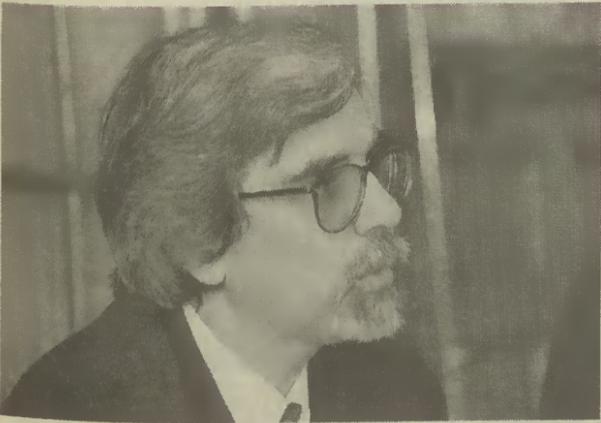
No passado sábado, teve lugar em Lisboa uma Conferência Internacional sobre "Os direitos dos militares".

Esta iniciativa, promovida pelas associações militares existentes em Portugal, nomeadamente a Associação Nacional de Sargentos e a Associação dos Oficiais das Forças Armadas, contou com a presença de representantes da Irlanda e da Dinamarca que testemunharam a realidade vivida nos seus países, bem como prestaram uma informação mais generalizada sobre a realidade vivida na Europa, onde em praticamente todos os países os militares têm desde

há muito consagrado o direito ao associativismo socioprofissional.

Como se sabe, no nosso país continua a vigorar o artigo 31 da Lei de Defesa Nacional que veda não só o direito à constituição de associações socioprofissionais como restringe todo um vasto conjunto de direitos cívicos.

Importa referir que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou há muito um projecto visando a alteração do citado artigo no sentido de consagrar todo um vasto conjunto de direitos sonegados aos militares, incluindo o direito à constituição de associações socioprofissionais.



José Manuel Mendes

Uma gralha é uma gralha e a tendência geral é desculpabilizar-nos dela. Um erro é outra coisa e há alguns imperdoáveis. Um erro foi o que aconteceu nas nossas páginas da semana passada quando o texto do escritor José Manuel Mendes veio assinado com diferente nome. A prosa do nosso camarada, que se prestou a colaborar com o «Avante!», juntava-se à de outros escritores que escreveram sobre José Saramago. Para além de lamentarmos o erro, resta-nos apresentar as nossas desculpas e deixar aqui a rectificação.

Venda de armas aumenta

De acordo com o último relatório do Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, a venda de armas internacional subiu 12 por cento no ano passado, um aumento que se verifica consecutivamente há três anos. O relatório considera que estes números se devem à procura de armas pelos mercados do Próximo Oriente, estimando-se em 46 mil milhões de dólares as transacções ocorridas em 1997. Hoje em dia o Próximo Oriente é visto como a zona de maior concentração de armas do mundo, situação que se irá agravar ainda este ano com a compra pelos Emiratos Árabes Unidos de 80 caça-bombardeiros F-18 aos Estados Unidos.

EUA criticam Savimbi

A subsecretária de Estado norte-americana dos Assuntos Africanos, Susan Rice, que a semana passada efectuou uma visita de três dias a Angola, considera que a UNITA e Jonas Savimbi são o principal impedimento ao processo de paz em Angola. «O não cumprimento pela UNITA e por Jonas Savimbi das suas obrigações fundamentais no Protocolo de Lusaca é a razão primeira para o actual impasse no processo de paz e para o recrudescimento do conflito», afirmou. «Apelamos à UNITA, uma vez mais, a que permita a extensão da administração do Estado a todas as áreas sob seu controlo, que desmilitarize todas as suas tropas, permita a livre circulação de pessoas e bens e ponha termo aos ataques militares, desprovidos de sentido», exortou Susan Rice, que disse ainda ter pedido às autoridades angolanas para se absterem de «acções militares que possam conduzir a uma nova guerra», porque um reacender do conflito em Angola seria prejudicial para o país e para a segurança na região.

Carlos Pérez procura imunidade

O ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, em prisão domiciliária por delitos de corrupção, mudou-se para o Estado de Táchira, onde nasceu, para participar na campanha do candidato presidencial Miguel Rodríguez, de cuja lista faz parte. Ao abandonar Caracas, Pérez mostrou-se confiante em conseguir o votos dos seus conterrâneos, o que a verificar-se lhe dará imunidade parlamentar.

Guiné-Bissau Acordo de paz assinado em Abuja

O presidente João Bernardo Vieira e o general Ansumane Mané, em representação do Governo da Guiné-Bissau e da Junta Militar, assinaram na madrugada de segunda-feira um Acordo de Paz, que consagra a retirada total das tropas estrangeiras estacionadas no país e a criação de um Governo de unidade nacional.

Reunidas em Abuja, na Nigéria, no quadro dos esforços da 21.ª sessão da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), as duas partes em conflito reafirmaram o «acordo de cessar-fogo assinado em 26 de Agosto de 1998 na Cidade da Praia», e concordaram na «retirada total da Guiné-Bissau das tropas estrangeiras», a efectuar em simultâneo com o «envio de uma força de interposição da ECOMOG (o braço armado da CEDEAO) que substituirá as tropas retiradas».

Segundo o texto do Acordo, antontem divulgado pela Lusa, a «força de interposição garantirá a segurança ao longo da fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal, manterá as partes separadas e permitirá às organizações e agências humanitárias o livre acesso às populações civis afectadas».

O texto prevê a abertura imediata do aeroporto internacional Osvaldo Vieira e o porto de Bissau, bem como a «criação de um governo de Unidade Nacional», que «comprenderá, entre outros, os representantes da autoproclamada Junta».

O documento fixa ainda a «organização de eleições gerais e presidenciais o mais tardar até fim de Março de 1999», supervisionadas por observadores da CEDEAO, da Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da comunidade internacional.

Reacções

O (ainda) presidente «Nino» Vieira considera que o acordo alcançado em Abuja «é uma vitória do povo» da Guiné-Bissau, o único que, na sua opinião «perdeu com a guerra». Quanto ao seu próprio futuro político, «Nino» considera que «ainda é cedo» para se pronunciar quanto a uma eventual recandidatura à Presidência. Em aberto está igualmente a escolha do futuro primeiro-ministro do «governo de unidade nacional». A decisão deverá ser tomada, segundo afirmou em conferência de imprensa, numa «reunião com os partidos políticos e com a Junta, para se escolher uma pessoa de confiança».

«O novo governo vai ser aberto a todos os partidos e também à Junta Militar», garantiu o presidente guineense.

Também o presidente da Gâmbia, Yahya Jammeh, manifestou a esperança de que se tenha atingido o final do conflito na Guiné-Bissau, declarando que o seu país nunca pretendeu participar numa força militar, e por isso conseguiu assumir um papel de neutralidade que permitiu um desenvolvimento das acções diplomáticas. «Acredito

na diplomacia, que foi a principal arma para a resolução do conflito», disse o presidente da Gâmbia. Quanto à questão de Casamança, o dirigente gambiano considera que a paz naquele território «é da exclusiva responsabilidade do Senegal», salientando que a força militar da Ecomog, aprovada em Abuja, vai funcionar apenas como uma linha de fiscalização e segurança, não tendo portanto



O cessar-fogo assinado a 25 de Agosto, na Cidade da Praia, deu agora lugar a um acordo de paz

qualquer acção de intervenção. Uma posição não partilhada de todo pelo Senegal. Congratulando-se com o acordo de paz, o ministro do Interior senegalês, Lamine Cissé, não deixou de manifestar a esperança de que a força de interposição venha a ter um papel determinante na resolução do problema de Casamança.

Por seu lado, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, classificou o acordo como «um passo decisivo na direcção certa», garantindo que Portugal está disposto a «continuar a contribuir para o progresso económico e social da Guiné-Bissau».

Cronologia

30 Janeiro - Ansumane Mané, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, é suspenso das suas funções, acusado pelo Governo de incúria na segurança dos paíóis militares em Brá, onde foi descoberto um roubo de armas, alegadamente traficadas para os independentistas de Casamança (sul do Senegal).

5 Junho - «Nino» Vieira demite Ansumane Mané, substituindo-o pelo brigadeiro Humberto Gomes.

7 - Começa a revolta militar.

8 - Militares do Senegal e da Guiné-Conakry são vistos pela primeira vez junto das forças governamentais guineenses, em Bissau.

9 - Ansumane Mané divulga um comunicado exigindo a demissão do presidente, do Governo e eleições livres em Julho. O ministro português Jaime Gama apela às duas partes para um cessar-fogo. Chegam a Bissau 1300 soldados do Senegal, com blindados. Milhares de pessoas abandonam Bissau, onde começam a faltar alimentos e combustíveis.

11 - O cargueiro português «Ponta de Sagres» recolhe cerca de 2250 refugiados no porto de Bissau e segue para Dacar. O Senegal encerra fronteiras com Guiné-Bissau.

14 - Os presidentes da Gâmbia, Yahya Jammeh, e da Líbia, Muamar Khadafy, oferecem-se para mediar o conflito em Bissau.

17 - Chega a Bissau o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Gâmbia, Sidat Jobe, para mediar a crise.

18 - Vieira considera a revolta militar em Bissau «um complot político» e exige que os revoltosos deponham as armas. Marcolino Moco, secretário executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) diz estar pronto a deslocar-se a Bissau para estabelecer contactos com as duas partes. Fracassa a mediação da Gâmbia.

21 - O embaixador da França, François Chappellet, nega envolvimento de tropas francesas no conflito em Bissau.

22 - Junta Militar acusa a França de conivência com o Senegal e a Guiné-Conakry na intervenção militar destes países em Bissau e defende solução negociada.

24 - Junta Militar divulga «Programa de Acção» e volta a exigir a demissão de Vieira e a realização de eleições gerais antecipadas.

27 - Jaime Gama e Venâncio Moura, MNE de Portugal e Angola, chegam a Bissau, onde se encontram com «Nino» Vieira e Ansumane Mané, numa tentativa de resolução pacífica do conflito.

29 - Em Lisboa, o Comité Permanente da CPLP reúne-se de emergência e apoia esforços da mediação luso-angolana.

30 - Mediação a bordo da fragata «Vasco da Gama» não adianta nada em relação às posições anteriores.

1 Julho - Denunciados casos de tortura de civis guineenses pelas tropas senegalesas em Bissau. Reunião dos MNE's dos 16 países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), para definir eventual envio de uma força de interposição ou de manutenção de paz.

3 - Relatório dos chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas da CEDEAO indica que 90 por cento dos soldados guineenses aderiram à Junta Militar. CEDEAO aprova princípio de envio de força militar, mas mantém negociações. Os embaixadores da CPLP em Lisboa reúnem-se de emergência e pedem abstenção de medidas que aumentem a internacionalização do conflito. Senegal continua a enviar reforços militares para a Guiné-Bissau.

4 - CEDEAO condena rebelião e promete ajudar «Nino» Vieira.

5 - «Nino» Vieira acusa Portugal de não ter tomado posição firme em relação à revolta militar.

16 - O navio «Ponta de Sagres» descarrega material humanitário em Bissau. Cimeira da CPLP lança mediação com grupo de contacto.

24 - Grupo de Contacto em Bissau inicia negociações.

26 - Assinatura de memorando de entendimento entre as partes beligerantes que leva a um cessar-fogo.

25 Agosto - O cessar-fogo é assinado pelas duas partes na Cidade da Praia.

16 Setembro - Ronda de negociações em Abidjan termina em impasse.

18 Outubro - Cessar-fogo violado em Bissau.

21 - Junta toma Bafatá. «Nino» Vieira decreta cessar-fogo unilateral num discurso à Nação.

23 - Junta decreta cessar-fogo temporário, «até à clarificação do discurso» de «Nino» Vieira e saída de tropas estrangeiras.

24 e 25 - Jaime Gama, em Bissau, fala com «Nino» e Mané, que aceitam encontrar-se.

29 - Encontro de «Nino»-Mané em Banjul (Gâmbia).

30 - Conversações prosseguem em Abuja (Nigéria), no âmbito da cimeira da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

2 Novembro - Assinatura de um acordo geral de paz.

Desertificação ameaça América Central

Calcula-se que cerca de 44 hectares de floresta desaparecem, por hora, na região que integra a Guatemala, Costa Rica, Panamá, Honduras, Belize e El Salvador, devido sobretudo à necessidade de madeira, aos incêndios e ao progredir da frente ganadeira.

O alerta foi dado pela Comissão Centro-Americana do Ambiente e Desenvolvimento (CCAD), que segunda-feira apresentou à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, um relatório sobre o estado do ambiente e dos recursos naturais na América Central.

O documento, divulgado pela Lusa, refere que os acidentes naturais, juntamente com a má utilização dos recursos por uma população que, na sua maior parte, vive em condições de grande pobreza, são os principais riscos da biodiversidade centro-americana.

Entre os acidentes naturais mais frequentes na região contam-se os incêndios, os desabamentos de terras e as inundações, além das doenças associadas a estes fenómenos, como a cólera e outras epidemias.

O relatório, cujo objectivo é alertar os governos para a necessidade de tomar medidas para impedir uma maior deterioração do meio ambiente, subli-

nha a importância da biodiversidade da América Central, uma região com 704 áreas naturais protegidas e mais de 6600 quilómetros de costa.

É de salientar que a região costeira da América Central mantém mais de 20 por cento da população e produz, pelo menos, 750 milhões de dólares em indústria pesqueira, que dão trabalho a mais de 200 000 pessoas. O documento alerta para as consequências, para esta região, da deterioração da camada de ozono e os potenciais impactos das alterações climáticas. Segundo Jorge Cabrera, ex-secretário da CCAD, a não serem tomadas medidas, parte do território está condenado, no futuro, a converter-se numa zona desértica.

A sobreexploração dos recursos naturais é outro dos principais riscos para o meio ambiente centro-americano, devido, sobretudo, à pobreza da população, que se junta ao subdesenvolvimento e ao crescimento demográfico sem alternativas.

Para além da adopção de legislação adequada sobre o meio ambiente, o relatório da CCAD destaca a necessidade de estabelecer alianças com os mais de 46 grupos de indígenas da região, para implementar, de forma adequada, os processos de conservação ambiental.

Israel 300 000 pela paz

A praça Yitzhak Rabin, em Telavive, foi palco no sábado de uma impressionante manifestação em defesa da paz. Uma multidão estimada em cerca de 300 000 pessoas saiu à rua para assinalar o terceiro aniversário do assassinato do antigo primeiro-ministro trabalhista e homenagear o seu contributo para uma solução pacífica para o Médio Oriente.

Rabin, que assinou em Washington, em Setembro de 1993, um acordo com o dirigente palestino Yasser Arafat baseado na troca de terra pela paz, foi morto por um extremista israelita durante uma manifestação «pela paz e contra a violência», organizada justamente para denunciar os detractores do processo de paz.

A chegada ao poder de Benjamin Netanyahu traduziu-se num retrocesso no penoso caminho para a coexistência pacífica entre árabes e israelitas, mas as aspirações de paz de ambos os lados não deixou de se fortalecer. «Nós protegeremos a paz» foi uma palavra de ordem que os manifestantes não se cansaram de repetir, enquanto um ecrã gigante transmitia o célebre aperto de mão entre Rabin e Arafat, na Casa Branca.

Falando à multidão, o líder do Partido Trabalhista, Ehud Barak, lembrou que «o caminho encetado por Yitzhak Rabin acabou por singrar, porque não há outra alternativa», congratulando-se pelo facto de o actual governo ter assinado o acordo de Wye Plantation, que os trabalhadores se propõem apoiar no parlamento. Por seu lado, o ministro da Defesa, Yitzhak

Mordehai, do Likoud, garantiu que «as três balas que atingiram Yitzhak Rabin não matarão a herança que ele nos legou para o reforço da segurança de Israel e o avanço do processo de paz».

Diferente foi a posição assumida por Netanyahu. Falando na televisão na mesma altura em que decorria a manifestação, o primeiro-ministro israelita afirmou que o seu governo não está disposto a seguir «o caminho traçado pelos trabalhistas no quadro do acordo de



Oslo, porque é um mau acordo», sublinhando «tudo ter feito em Wye Plantation para reparar os danos que ele causou». Netanyahu, tal como os extre-

mistas, acusa Rabin de ter prometido aos palestinianos a entrega de mais de 90 por cento da Cisjordânia ocupada por Israel, o que os trabalhistas des-

Yasser Arafat, o rei Hussein da Jordânia e Benjamin Netanyahu após a assinatura do acordo de Wye Plantation

mentem. O primeiro-ministro israelita garante que foram os seus dotes de negociador que travaram as «pretensões desmedidas» de Yasser Arafat.

Aplauso e expectativa

As reacções de israelitas e palestinianos ao acordo de Wye Plantation - que prevê nomeadamente a transferência de 13 por cento de territórios ocupados por Israel na Cisjordânia para o controlo da Autoridade Nacional Palestiniana, um plano de luta antiterrorista por parte dos palestinianos, e a libertação, por Israel, de 750 de três mil palestinianos presos em cadeias e acampamentos militares israelitas - não divergem: os extremistas de ambos os lados consideram-no uma «traição», enquanto a maioria o apoia.

Segundo uma sondagem publicada pelo «Yediot Aharonot», 74 por cento da população israelita aprova o acordo; do lado palestiniano, a maioria, embora favorável à paz, mostra-se no entanto menos entusiasmada, preferindo esperar pela sua efectiva implementação, designadamente no que respeita à retirada de Israel de 13 por cento das terras ocupadas da Cisjordânia.

Optimista parece estar a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, que fez saber que as negociações sobre o estatuto final dos territórios palestinianos começarão nos próximos dias,

e que o presidente Clinton pretende estar presente na reunião das instâncias palestinianas que, em meados de Dezembro, vão proceder à revisão da Carta da OLP.

Igualmente confiante se afirma Yasser Arafat, para quem a aplicação do acordo permitirá «encarar o futuro com esperança e preparar uma terceira retirada (dos colonos israelitas), o lançamento de negociações sobre o estatuto final e o fim das medidas unilaterais». Segundo afirmou o dirigente palestiniano a semana passada em Viena, o Estado palestiniano «virá em breve, como está previsto no acordo de Oslo. O prazo foi fixado em 4 de Maio de 1999. Nesse momento, teremos o direito de proclamar um Estado independente».

Resta saber se as provocações dos extremistas, como é exemplo o atentado suicida do Movimento de Resistência Islâmica (Hamas), quinta-feira passada, que provocou a morte de um soldado israelita, ou as ameaças dos colonos israelitas, contrários a qualquer acordo com os palestinianos, não virão a ser aproveitadas pelo governo de Netanyahu, como no passado recente, para protelar uma vez mais o processo de paz.

África do Sul

Comissão de Verdade divulga relatório

A Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul exigiu que Pieter Botha, Winnie Mandela e Buthelezi sejam processados pela violação dos direitos humanos durante o período do *apartheid*.

Após três anos de investigações, o relatório divulgado na

quinta-feira passada aponta o Estado do *apartheid* da maioria dos crimes cometidos nessa época, mas considera que a oposição negra é responsável por outros.

Pieter Botha, presidente do país entre 1979 e 1989, é acusado «do assassinato e da ten-

- exigido o julgamento de Pieter Botha, Winnie Mandela e Buthelezi

tativa de assassinato ilegal e

deliberado de pessoas que se opunham à política do Governo, dentro e fora da África do Sul» e de ter contribuído «para criar e facilitar um clima em que se puderam produzir, e se produziram, as graves violações dos direitos humanos mencionadas anteriormente e, por conseguinte, é responsável das ditas violações».

Winnie Mandela, por seu lado, é considerada política e moralmente responsável pelas acções do suposto clube de futebol «Mandela United», grupo que levou a cabo agressões, raptos e assassinatos entre 1986 e 1988. Winnie Mandela já havia sido declarada culpada em 1991 do sequestro e agressões ao jovem Stompie Seipei.

Mangasuthu Buthelezi, líder zulu e actual ministro do Inte-

rior, é apontado como responsável pela onda de assassinatos ordenada pelo seu partido, o Inkatha.

A Comissão de Verdade e Reconciliação, presidida pelo bispo Desmond Tutu, defende a política de amnistia geral para todos os que comparecerem perante ela e confessem os seus crimes. Para quem o recuse fazer - como é o caso de Botha, Winnie Mandela e Buthelezi -, a condenação pela Justiça é a opção recomendada.

«Aceito o relatório tal como está, com todas as suas imperfeições, como um instrumento que a Comissão de Verdade e Reconciliação nos proporciona para a reconciliação e a construção do nosso país», declarou o Presidente Nelson Mandela.

Pérez foi condenado, a 30 de Maio de 1996, a dois anos e quatro meses de prisão, tendo passado à condição de residência fixa em 18 de Setembro do mesmo ano.

Eleições em S. Tomé

Os santomenses vão às urnas no próximo domingo. A campanha está na rua, mas desta vez com menos recursos do que o habitual, já que o governo, tendo em conta a situação de crise económica que se vive no país, decidiu não financiar os partidos para a campanha eleitoral. Das nove forças políticas concorrentes às eleições legislativas, apenas as três com lugar no actual Parlamento - Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe / Partido Social Democrata (MLSTP / PSD), Acção Democrática Independente (ADI) e Partido de Convergência Democrática (PCD) - conseguiram reunir algum material de propaganda, incluindo cartazes, «t-shirts» e bonés. A semelhança de outras eleições, a votação e escrutínio serão acompanhados por cerca de duas dezenas de observadores estrangeiros, incluindo representações da Organização da Unidade Africana (OUA), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Angola, Cabo Verde e Portugal. Foram ainda convidados observadores das Nações Unidas, União Europeia, Estados Unidos, África do Sul, França e Moçambique.

EUA ameaçam Bagdad

O secretário de Defesa norte-americano, William Cohen, iniciou esta semana uma consulta aos aliados europeus e na região do Golfo sobre a última crise das inspeções respeitantes ao desarmamento do Iraque. A deslocação de Cohen foi decidida na sequência de uma reunião da equipa de política externa de Clinton, após o Iraque ter anunciado a interrupção de toda a cooperação com os inspectores da ONU encarregados do desarmamento. Bill Clinton declarou segunda-feira que os Estados Unidos mantêm em aberto todas as opções enquanto o Iraque não permitir o regresso dos inspectores da ONU. O alvo das críticas iraquianas, o australiano Richard Butler, afirmou entretanto que o Conselho de Segurança deverá estudar os meios à sua disposição para forçar o Iraque a «respeitar as suas obrigações internacionais».



Os que não confessaram os crimes cometidos durante o «apartheid» devem responder perante a Justiça, concluiu a Comissão de Verdade e Reconciliação

1 As imaginárias fronteiras das regiões no acesso aos serviços públicos

Na argumentação mais rasteira e anónima de alguns adeptos do Não às regiões, nunca assumida de forma explícita e pública, surgiram nos últimos dias as seguintes «pérolas»:

- Um residente na região A deixaria de poder utilizar o hospital central localizado na região B...

- Um estudante com residência na região C não poderá frequentar a universidade que existe na região D...

Isto para lá da campanha mentirosa de maior burocracia, de mais um patamar de decisão e mais custos que as regiões, supostamente, trariam.

É necessário reafirmar: um objectivo central da regionalização é aproximar um vasto conjunto de serviços públicos dos cidadãos. A descentralização e a desconcentração de serviços da Administração Central para as regiões, com o apoio de um adequado sistema de finanças regionais, devem permitir melhorar o acesso dos cidadãos que hoje gastam mais tempo e mais dinheiro para aceder a muitos bens e serviços públicos essenciais. Ou seja, a criação das regiões pode tornar mais fácil o acesso à repartição pública, à delegação de um serviço da Administração Central para tratar, requerer, reclamar ou contestar, a obtenção de um qualquer documento ou outro serviço público.

A regionalização vai sobretudo aproximar do cidadão o poder de decisão de um elevado conjunto de processos administrativos, que deve ser transferido para as regiões. É mentira que a criação das regiões vá duplicar os patamares de decisão, a burocracia e os custos. Pelo contrário, a eliminação do patamar da Administração Central substituída pela Administração Regional, através da descentralização, pode significar uma evidente simplificação e rapidez na resolução de processos administrativos e a redução do número de repartições e funcionários a pronunciarem-se sobre o mesmo papel.

Contrariamente ao que a propaganda terrorista do «Não» refere, a regionalização não vai impedir os habitantes de Trás-os-Montes de frequentarem os hospitais centrais do Porto, ou os residentes no distrito da Guarda de utilizarem os hospitais de Coimbra ou os habitantes do Alentejo utilizarem um hospital central de Lisboa, sempre que tal for necessário e decidido pelos médicos e unidades locais do Serviço Nacional de Saúde. E o facto de alguém residir no Alentejo não o vai impedir de aceder à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto ou de frequentar um curso de Direito na Universidade de Coimbra porque o concurso de acesso ao ensino superior é nacional (e tudo recomenda que assim continue a ser). A regionalização, pela criação de poderes administrativos regionais, responsabilizados perante as populações através de eleições, pela definição clara e racional das áreas e responsabilidades dos diversos serviços públicos, ao nível municipal, regional ou central, pode é permitir uma articulação e uma coordenação mais eficazes e mais rápidas de todos os serviços públicos, facilitando e melhorando o acesso dos cidadãos.

A criação das regiões administrativas vai ser a possibilidade de muitos cidadãos portugueses acederem a serviços públicos de qualidade e em melhores condições do que actualmente. Quer pela localização na sua região de departamentos ou repartições de serviços públicos que serão descentralizados e desconcentrados, quer pela possibilidade de uma mais eficiente utilização dos serviços, cujo funcionamento e resposta podem ser melhor ajustados às necessidades das populações e actuarem de forma mais eficiente e coordenada, se foram dirigidos a nível regional.

Votar não às regiões é escolher a continuação do caos, da burocracia, dos elevados custos da administração pública portuguesa hoje.

Votar sim à regionalização é começar a dizer não à continuação desse estado de coisas na administração pública.

Regionalização cinco estocadas em cinco mentiras

2 As supostas «guerras» de cada região em torno do Orçamento

José Alberto de Carvalho

«Mas as regiões não vão ter poder legislativo. Está a colocar a questão da ingovernabilidade do País porque?»

Cavaco Silva

«Porque quando se discutir um Orçamento de Estado cada região vai fazer toda a sua chantagem política para apanhar o mais possível de recursos e será muito difícil ao Governo da República governar segundo um rumo de interesse nacional.»

Estas afirmações de Cavaco Silva, na entrevista à SIC em 15.10.98, constituem o exemplo mais acabado e mais descarado de toda uma insistente linha de mistificação em torno da questão do financiamento das regiões e das alegadas «guerras» que suscitaria. Mas constitui também uma daquelas oportunidades que nenhum cidadão devia perder para perceber que, em muitos pontos deste debate, não se trata simplesmente de haver diferentes opiniões mas sim de **haver quem fale verdade e quem minta deliberadamente.**

Com efeito, Cavaco Silva não pode deixar de saber tão bem como o PCP várias coisas fundamentais: a primeira é que haverá uma Lei de Finanças Regionais (o PCP até tem um projecto já entregue há muito tempo) que a AR terá de discutir e aprovar, num acto de exercício de soberania legislativa e de responsabilidade nacional; a segunda é que será essa lei que fixará o valor da participação do conjunto das regiões administrativas nas receitas gerais do Estado (designadamente através da fixação de um percentagem do total da previsão do IRS e IRC a cobrar no País); a terceira é que será essa lei que fixará os critérios gerais de distribuição dessas verbas pelas regiões (em função da área, número de habitantes, taxa de mortalidade infantil, população jovem e idosa, ou outros). É fundamentalmente através destes critérios fixados na lei que se terá de assegurar a solidariedade entre as regiões e o favorecimento relativo das menos desenvolvidas.

Destas três verdades incontornáveis (que podem ser resumidas na ideia de que se fará para as regiões o que há muito se faz para as autarquias locais) resulta a evidência de que, contrariamente ao que afirma Cavaco Silva, em torno de cada Orçamento não haverá nenhuma negociação directa ou indirecta do Governo ou da AR com cada região sobre as verbas que lhe cabem, o que acontecerá sim é que o Orçamento terá de respeitar os valores e os critérios consagrados na Lei de Finanças Regionais. Também aqui o exemplo das actuais autarquias locais volta a ser relevante. De facto, em torno de cada Orçamento ninguém vê o Governo ou a AR a discutir com cada município as verbas a que cada um tem direito.

Como é evidente, face à experiência, é natural que cada região ou as regiões no seu conjunto, venham depois defender revisões ou alterações da Lei de Finanças Regionais, mas isso sendo aliás inteiramente normal (também acontece hoje com as autarquias locais) é completamente diferente da situação de «guerras» e «chantagens» em torno do Orçamento de cada ano que Cavaco Silva veio agitar. Finalmente, é justo observar que as declarações de Cavaco Silva, sendo uma mentira completa sobre a regionalização, acabam por ser um retrato aproximado do que, de facto, aconteceu ao longo dos 10 anos dos seus Governos em relação às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, às quais, por serem governadas pelo PSD, o PSD nunca impôs uma Lei de Finanças como a que os municípios têm e as regiões administrativas do Continente também vão ter.

Mas o que é fundamental perceber é que, se já estivesse aprovada legislação mais detalhada sobre as competências das regiões e se já estivesse aprovada uma Lei de Finanças Regionais, aqueles mesmos que hoje gritam contra o alegado «cheque em branco» estariam agora envolvidos na maior gritaria contra a «política de factos consumados», pois - diriam eles - era um escândalo que ainda o povo não tivesse dito em referendo se a regionalização devia avançar e já o PCP e o PS tivessem aprovado leis como se o «sim» já tivesse ganho.

3 O falso «cheque em branco»

De Dias Loureiro a Paulo Portas, de Francisco Louçã a Miguel Sousa Tavares, são às carradas os defensores do «não» que todos os dias agitam o espantallo do «cheque em branco» que, segundo eles, resultaria de as atribuições das regiões supostamente ou não estarem definidas ou o estarem em termos muito gerais, de não estar ainda aprovada uma Lei de Finanças Regionais, de não sabermos quais são as capitais, etc.

A verdade porém é que quer a Constituição quer a Lei-Quadro das regiões administrativas (reputa-se mil vezes: aprovada por unanimidade em 91) já fornecem uma muito razoável fixação de elementos de identificação e caracterização desta reforma e da sua natureza, o que, só por si, contraria a tese do «cheque em branco». Basta referir aliás que as eleições para o poder local democrático em 1976 se realizaram sem que existisse previamente um quadro legislativo semelhante ao que já hoje existe para a regionalização. É bom lembrar que a Lei das Competências das autarquias só foi aprovada em 1977 e que a Lei das Finanças Locais só foi aprovada em 1979. É quanto às capitais (que aliás não têm de existir), só dá vontade perguntar aos senhores do «não»: então V.Exas queriam que as supostas capitais estivessem definidas antes do referendo e antes de estarem eleitos os órgãos regionais a quem têm de caber essas e outras decisões? Que grandes democratas! Mais: estes senhores agora querem saber tudo ao pormenor e antecipadamente. Mas, quando consultadas pela AR, muitas Assembleias Municipais influenciadas pelo PSD o que responderam (prejudicando as populações) foi que, antes de haver referendo, não se pronunciavam sobre o mapa nem sobre coisa nenhuma.

Deve acrescentar-se que a regionalização permitirá um reequilíbrio de forças e visibilidade entre e das regiões, corporizadas nos órgãos regionais eleitos, e tornará transparente e objectiva a participação de cada uma nos recursos do País, através da lei de Finanças Locais. Assim se evitará a continuação da opacidade e manobras de corredor com que «as mãos dos influentes regionais» intervêm no Orçamento do Estado e nas repartições do Terreiro do Paço para «caicearem» as populações.

Além do mais, há uma experiência de vinte anos com o funcionamento de regiões que juntam litoral/interior e dirigidas pelas Comissões de Coordenação Regional (CCR). As «boas provas» são as que se sabem: as assimetrias não diminuiram, aumentaram!

4 A pretensa contradição do Mapa das 8 regiões com a redução das assimetrias regionais

«As regiões pobres não terão peso para atraírem empresários nem técnicos. Obederão uma porção menor dos impostos pagos pelas ricas. Empobrecerão. Receberão menos. O que receberem virá das mãos dos influentes regionais.»

Luís Salgado Matos - Público, 2.11.98

«... o mapa regional sofre do pecado original de assentar na agregação de distritos, sem a mínima racionalidade territorial, e ter enfeitado as áreas das comissões de coordenação regional, que deram tão boas provas como quadro operacional de políticas de desenvolvimento regional, que não de justamente constituir a esfera privilegiada das futuras funções regionais.»

Vital Moreira - Público, 21.4.98

Como se vê, os adeptos do Não têm propagandeado a incompatibilidade do Mapa das 8 regiões com a redução das assimetrias regionais.

A demonstração é feita através de um raciocínio tão simplista quanto falso: separando as regiões «ricas» (as do litoral) das regiões «pobres» (as do interior), aquelas deixam de poder ajudar estas, e o fosso entre elas alarga-se-á. Ou então, as regiões do interior não têm «massa crítica», isto é, não possuem recursos e meios humanos e financeiros para se desenvolverem! Ou ainda, as regiões «ricas», concentrando os recursos e a produção de riqueza nacional, não permitirão o reequilíbrio regional com a redistribuição dessa riqueza! Ou ainda, a ideia que as regiões «ricas», pelo peso populacional, político e económico, continuarão a concentrar e a localizar nelas os investimentos públicos e privados do País.

Ora, tudo isto seria verdade se se estivesse a propor regiões de carácter vincadamente autódromo e político, com direito a fazer leis, lançar impostos e autogerir os seus recursos! Mas não! O que se propõe com a regionalização são regiões administrativas.

Os adeptos do Não sabem que é assim mas, falsificando o ponto de partida, levam a água ao seu moinho: a conclusão é falsa, mas demonstram o que querem demonstrar!

O que está em causa com a regionalização é a criação de uma autarquia local - a Região Administrativa - em que o grosso dos recursos financeiros, tal como para os municípios e as freguesias, virá do Orçamento do Estado, através de uma adequada Lei de Finanças Regionais, a aprovar na Assembleia da República.

Com a regionalização administrativa (como, aliás, com a anterior criação das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira), não vai alterar-se o papel central do Estado como principal redistribuidor (regional e social) da parte de riqueza produzida no País, e recolhida através do aparelho fiscal. Distribuição feita através das decisões do Orçamento do Estado e de muitas das normas legislativas do Governo e da Assembleia da República.

Através dessa função redistributiva, pode o Estado reequilibrar a desigualdade de recursos e meios entre as regiões do País (como, aliás, acontece, embora de forma insuficiente, com a Lei de Finanças Locais). Assim o queiram os partidos, do Governo e os da oposição!

Por outro lado, a criação de regiões, relativamente homogêneas do ponto de vista do desenvolvimento e características socioeconómicas, pode permitir dos órgãos regionais respostas específicas e adequadas aos problemas particulares de subdesenvolvimento dessas regiões. Em hipotéticas regiões que juntassem litoral/interior, haveria sempre a tentação de concentrar a aplicação de recursos e até a representação política, nas áreas mais populosas e eleitoralmente mais influentes.

É ver o que aconteceu com a «representação» das regiões portuguesas no Comité das Regiões da União Europeia: a «Região Norte» está representada por autarcas do Porto, Braga e Maia, a Região Centro por autarcas de Coimbra e Viseu e a Região Lisboa e Vale do Tejo por autarcas de Oeiras e Lisboa! Onde estavam os representantes de Trás-os-Montes, Beira Interior, Ribatejo?

Deve acrescentar-se que a regionalização permitirá um reequilíbrio de forças e visibilidade entre e das regiões, corporizadas nos órgãos regionais eleitos, e tornará transparente e objectiva a participação de cada uma nos recursos do País, através da lei de Finanças Locais. Assim se evitará a continuação da opacidade e manobras de corredor com que «as mãos dos influentes regionais» intervêm no Orçamento do Estado e nas repartições do Terreiro do Paço para «caicearem» as populações.

Além do mais, há uma experiência de vinte anos com o funcionamento de regiões que juntam litoral/interior e dirigidas pelas Comissões de Coordenação Regional (CCR). As «boas provas» são as que se sabem: as assimetrias não diminuiram, aumentaram!

5 Até ao último minuto a grande mentira sobre os impostos

A respeito de «impostos» e regiões, é absolutamente certo que os defensores do «não» (com especial destaque para Paulo Portas) vão acabar como começaram: mentindo e mentindo fria e deliberadamente. Vale tudo! Metem «taxas» e «tarifas» ao barulho, mas esquecem-se de dizer que a Lei-Quadro fala nessa possibilidade mas em ligação com a «prestação de serviços pela região», ou seja, escondem que, se não houver serviços prestados, também não há taxas nem tarifas. Invocam as «derramas regionais» (adicionais sobre impostos, que aliás têm de ser regulados por lei a aprovar pela AR) mas esquecem-se de dizer que, se essa possibilidade está na Lei-Quadro, a responsabilidade também é do CDS-PP e do PSD que a votaram e que, ponto essencial, as «derramas» não constam do projecto de Lei de Finanças Regionais já apresentado pelo PCP.

Agora, para refrescar as suas mentiras sobre «impostos», os partidários do «não» andam a argumentar que, na última revisão constitucional, foi introduzido o princípio de que as autarquias locais (logo, também as regiões administrativas) passam a dispor de poderes tributários, identificando isso desonestamente com o direito de lançar impostos.

A este respeito importa esclarecer:

- O art.º 238.º da Constituição passou de facto a incluir um n.º 4, aprovado por unanimidade, que dispõe que «as autarquias locais podem dispor de poderes tributários, nos casos e nos termos previstos na lei»;

- Este acrescento «resulta do projecto de revisão constitucional do PSD» como é afirmado na edição «Uma Constituição Moderna Para Portugal» («A Constituição revista em 1997, anotada por Luís Marques Guedes») com «Prefácio do Presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa»;

- Estes «poderes tributários» respeitam às tais «derramas» e não tem nada que ver com a criação de impostos. E a melhor resposta à desonesta utilização deste artigo da Constituição pela campanha do «não» não precisa de vir da nossa boca. Está, clarinha como água, na anotação que, na citada edição do PSD da Constituição, os responsáveis do PSD escreveram, neste caso com verdade. Dizem eles: «Fora de causa, de todo modo, fica a criação de impostos, matéria que continua a constituir reserva legislativa da Assembleia da República.» Ou seja, o que sempre temos afirmado!

Flashes da campanha

● 1.º tempo de antena do PSD

Marcelo Rebelo de Sousa cita um texto de Miguel Torga contra a regionalização. Como Torga, ao tempo, nem sequer conhecia «esta regionalização», é óbvio que as suas duras palavras são contra todo e qualquer modelo de regionalização. De seguida, MRS repete duas ou três vezes que é contra «esta» regionalização, o que quer dizer que é por outra, ainda que nunca explique qual é. Mas se é por outra, então tudo o que Torga escreveu e Marcelo usou também se aplica à misteriosa regionalização que Marcelo insinua defender. Mas então por que instrumentaliza as palavras de Torga? Apenas porque, para a direita, vale tudo até tirar olhos.

● Debate sobre o Alentejo na RTP/1

Miguel Sousa Tavares avisa que as regiões vão querer captar investimento e, por isso, vão começar a conceder isenções fiscais. E lembra que, na Madeira, estão a correr inquéritos precisamente por ali terem sido concedidas indevidamente isenções fiscais de muitas dezenas de milhões de contos. Não tem emenda este personagem da campanha do «não»: primeiro, inventa a criação de impostos que não pode haver e, de seguida, inventa as isenções de impostos que, não havendo criação de impostos, as regiões evidentemente também não podem conceder. E mais uma vez, quando não é o exemplo das autonomias de Espanha, é o das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores que, como ele está farto de saber, não têm nada que ver com as regiões administrativas propostas para o Continente.

● Tempo de antena de um qualquer «movimento cívico» PPx5

Um interveniente declara, sem se desmanchar, que não quer correr o risco de ter regiões só com «poderes consultivos». Antes e depois, seguem-se no mesmo tempo de antena, outros depoimentos assentes na ideia contrária de que as regiões terão imensos e maléficos poderes ao ponto de «dividirem» e «retalharem» o nosso querido Portugal. Pessoas sensatas diriam que esta convivência televisiva não faz sentido. A campanha do «não» dirá antes que dá muito jeito.

● A «mega-sondagem» por acumulação

No limiar do fim do prazo para a publicação de sondagens, a RTP, a Antena Um e o «Público» tocaram trombetas com a sua «mega-sondagem» (por sinal, a que dava a maior vantagem ao «não») com «13 mil inquiridos». A maior parte dos ouvintes, telespectadores e leitores ficou a pensar que seria uma sondagem nova e recente, se não mesmo o «must» de todas elas. E só os poucos leitores que se tiverem dado ao trabalho de lerem a ficha técnica é que perceberam que a «mega-sondagem» é afinal a soma nacional das oito sondagens regionais que foram feitas ao longo de quase duas semanas e que já tinham sido publicadas. Como uma manchete é cem vezes mais lida que uma ficha técnica, estamos conversados sobre o que se queria.

● Folheto de campanha do PSD (I)

O PSD volta à carga e avisa que «o modelo das oito regiões PS-PCP iria criar cerca de mais 450 cargos políticos». Não vale a pena voltar a desmistificar a associação que assim mais uma vez se quer estabelecer com a linha dos «lachos». Mas talvez valha dizer que as propostas de Marcelo Rebelo de Sousa para «dividir» e «retalhar» o país em 8-Áreas Metropolitanas-8 (criando seis novas) e para criar um Conselho Directivo em cada distrito poderiam significar criar mais de 500 novos «cargos políticos»!

● Folheto de campanha do PSD (II)

Lê-se e só se acredita porque já se viu muita coisa nesta vida. Com efeito, neste folheto, escreve-se que «com esta regionalização favorece-se o aparecimento de partidos políticos regionais». O folheto esqueceu-se de contar aos portugueses que foi o PSD, na última revisão constitucional, que - para «possibilitar a criação de partidos regionais» (sic!) - propôs, sem êxito, que acabasse a actual proibição constitucional da existência de partidos regionais. E se o PSD agora se dá ao trabalho de advertir contra o perigo futuro das suas próprias propostas, então é muito simples: como não há alterações à Constituição sem o voto do PSD, o PSD deste folheto que diga ao PSD da última revisão da Constituição que o verdadeiro PSD nunca dará os seus votos para permitir a autorização constitucional de partidos regionais.

A Regionalização e o combate aos fantasmas

■ Luís Sá
Membro da Comissão Política

A UNIÃO EUROPEIA acaba de editar o volume sobre Portugal da versão portuguesa da sua série sobre o "Retrato das Regiões". Aí aparece como tal a área correspondente às cinco comissões de coordenação regional com as suas desigualdades relativas e no seu próprio seio. Basta analisar alguns projectos do PIDDAC para 1999, o acompanhamento do actual Quadro Comunitário de Apoio, ou a preparação do próximo para ver o grande papel destas estruturas. Esse é o grande desejo dos centralistas: manter uma administração regional poderosa ainda que desconcentrada, com centenas de cargos regionais nomeados centralmente, que possam ser demitidos pelo poder no caso de serem demasiado reivindicativos em vez de serem demitidos pelo povo em eleições no caso de serem de menos.

Tudo serve de pretexto para o centralismo, porque este joga com o medo, com a falta de informação, com a existência de dados que não estão completamente definidos.

Temores das "senhas" que se teria de apresentar nas fronteiras regionais, dos hospitais que se teria de deixar de frequentar, das Universidades fora da região que se teria de abandonar, de tudo apareceu um pouco. Não falando já de impostos, gastos, conflitos e outras invenções.

A falta de argumentos do "Não" no debate sobre a regionalização transformou-o num campo para a imaginação e manipulação das consciências. Por mais que alguém pretendesse centrar-se exclusivamente nas vantagens de órgãos regionais eleitos para a vida pública democrática ou para um desenvolvimento mais harmonioso, seria obrigado a tentar - com meios desiguais - demonstrar as invenções dos adversários da regionalização. E sabe-se como é difícil combater fantasmas e não realidades palpáveis.

As capitais e os capitais

Há, por vezes, situações que exigem cuidados e equilíbrios especiais. É o caso das capitais. É um problema que foi debatido em diversas regiões, tendo sido concluído que deveriam ser adoptadas soluções "polinucleadas" ou desconcentradas. Verificaram-se, por exemplo, sucessivos exemplos dessa orientação nos Congressos do Alentejo e noutras iniciativas partidárias e não partidárias. Não é nenhuma novidade, atendendo ao caso açoriano e até à solução para a União Europeia, em que os órgãos e o seu funcionamento se repartem por Bruxelas, Estrasburgo e Luxemburgo. A direita apegou-se às capitais para cuidar dos capitais. Noutras situações, onde quis participar na resolução de problemas de equilíbrio entre centros urbanos, conseguiu fazê-lo.

O mapa das diversas regiões pode igualmente colocar dificuldades, que foram sendo sucessivamente enfrentadas com diversas soluções.

Mas, noutras ocasiões, o PCP apresentou mapas diferentes e foi sempre constante ouvir dizer que estaria bem regionalizar "desde que o mapa fosse outro" - incluindo aquele que é actualmente. Nestas condições, e sendo divergentes as opiniões científicas acerca do mapa geográfico - o que não significa que não haja aspectos comuns - foi justo a Assembleia da República apelar a que as assembleias municipais se pronunciassem e, em geral, respeitar a sua vontade. É grotesco ver o PSD agarrar-se na campanha do referendo a casos como o de Pombal ou Feira, de que é o único responsável, porque fez com que as assembleias municipais não emitissem uma opinião capaz de contribuir para satisfazer a vontade das populações durante a consulta que foi realizada pela instituição parlamentar.

Actualmente é fácil ver, por exemplo, que a representação das regiões portuguesas no Comité das Regiões da União Europeia exclui Trás-os-Montes e a Beira Interior. Regiões como Lisboa e Vale do Tejo são representadas pelos presidentes de Lisboa e Oeiras, deixando de lado o Ribatejo, Leiria e outros.

O caso dos funcionários públicos

Ao longo dos anos, o PCP sempre defendeu os interesses dos trabalhadores da função pública. Através de uma luta constante foram obtidas sucessivas conquistas. Uma, desde logo, foi a equiparação total entre o estatuto dos trabalhadores da Administração Central, Regional e Local. Esta matéria foi considerada suficientemente importante para obter consagração constitucional (artigo 269.º). Hoje,

No caso das regiões, não é concebível que as eventuais deslocações de trabalhadores não tenham carácter voluntário e não sejam acompanhadas de diversos incentivos materiais e de carreira. E haverá o supremo incentivo, sobretudo para a juventude, que poderá ser um trabalho mais motivador e criativo.

Note-se que o Projecto de Lei do PCP n.º 51/VII sobre as Transferências de Serviços e Património para as Regiões Administrativas, tem exactamente a preocupação de estabelecer que não haverá perda de remunerações ou regalias (artigo 2.º/3) e de estabelecer que o Governo deve proceder à criação de "estímulos" à fixação de funcionários e agentes.

No conjunto, e sempre - obviamente - na base voluntária, a pertença ao quadro das regiões pode ser um contributo para valorizar o estatuto do trabalhador da função pública em causa e a sua ligação às comunidades a que pertence.

Nem são os que sempre defenderam os trabalhadores da função pública que vão agora deixar de os defender, nem os que nunca os defenderam que os vão passar a fazer.

e devido ao trabalho autárquico em parte, não se pode considerar que os trabalhadores da administração local autárquica tenham um estatuto social diminuído, da mesma forma que não é diminuído o seu estatuto remuneratório.

Outros, que agora se armam em grandes defensores e espalham os mais diferentes e infundados boatos, atentaram claramente contra os seus direitos sempre que tiveram oportunidade.

Registaram-se sucessivas criações depois do 25 de Abril de diferentes "entidades públicas", o que levou muitos trabalhadores da função pública a serem transferidos do Estado para entidades da administração indirecta e para a administração autónoma, sem prejuízo de direitos, remunerações e regalias.

Estas transferências, muitas vezes, procuravam fugir a regras de contabilidade e fiscalização pública e outras, e por isso nunca o PSD as combateu ou se lhes opôs, antes as defendeu e executou.

Noutros casos, os mais diferentes serviços públicos foram transformados em empresas privadas de capitais públicos, com a satisfação e o aplauso da direita e com mudança do estatuto dos trabalhadores.

O grande desejo dos centralistas é manter uma administração regional poderosa ainda que desconcentrada, com centenas de cargos regionais nomeados centralmente, que possam ser demitidos pelo poder no caso de serem demasiado reivindicativos em vez de serem demitidos pelo povo em eleições no caso de serem de menos.

Hipocrisia mascara o centralismo

Nunca, noutras ocasiões, a direita se empenhou em valores que agora diz defender.

Atacou os municípios tanto como agora ataca a hipótese de regiões. Impediu as associações de municípios de terem quadro de pessoal privativo e se desenvolverem. Apresentou um conjunto de propostas tecnicamente mal elaboradas, ditas de reforço dos municípios, como alternativa à regionalização, que não podem vencer quem quer que seja que pretenda um debate e soluções minimamente sérias.

Custa a compreender a razão que justificaria que as autarquias fossem vantajosas ao nível da freguesia ou do município e deixassem de ser ao nível da região. Ou que a democracia sirva ao nível da nação, do município e da freguesia e passe a "dividir" e a "trazer conflitos" ao nível regional (tal como foi dito, antes do 25 de Abril, que traria conflitos a nível nacional).

Independentemente do resultado do próximo domingo, a situação actual é demasiado absurda para eternizar-se. Por isso, as populações hão-de conquistar o direito de auto-administrar uma determinada esfera de interesses regionais.

Neste como noutros casos, a boa solução é a coerência e a firmeza nas convicções.



A execrável campanha do Não

Os adversários da regionalização nada têm a propor ao País a não ser a continuação do centralismo, das CCR's não eleitas, da desertificação e das assimetrias. Daí que a campanha do Não não contenha uma única ideia pela positiva e assente quase exclusivamente em deturpações, boatos e insinuações sem fundamento, destinados a instalar a confusão e o medo entre os eleitores.



■ António Filipe

A poucos dias da realização do referendo sobre a instituição das regiões administrativas, persiste por todo o lado a ideia de que é muita a confusão entre os eleitores, são inúmeras as dúvidas sobre o processo de regionalização, e de que se mantém uma intenção enorme de abstenção perante tão enorme "trapalhada" criada pelos "políticos". Porém, são também imensos os eleitores que, contactados directamente, e elucidados sobre o que concretamente está em causa com a criação das regiões, compreendem as suas vantagens e a sua necessidade, e se dispõem a votar Sim no próximo domingo. Esta apreciação, compartilhada pela generalidade dos participantes nesta campanha, obrigamos a intensificar, nos dias que ainda restam, o esforço de contacto e esclare-

os malefícios mais que comprovados do centralismo que pretendem manter, os detractores da regionalização não só nada propõem de positivo ao povo português, como promovem uma campanha que não assenta na crítica à regionalização tal como ela é proposta, mas que assenta quase exclusivamente na repetição de acusações que sabem perfeitamente serem falsas. É assim que, apesar de estar mais que demonstrado que não existirão governos regionais, que as regiões não podem criar impostos, que a instalação das regiões administrativas não implicará uma despesa pública a níveis superiores aos já existentes, ou que não existirão capitais regionais, ou que os futuros eleitos regionais quase não têm expressão numérica face ao universo actual dos eleitos locais, continuam a ser difundidas as maiores atoardas a este respeito, na esperança de que a mentira mil vezes repetida passe por ser verdade.

Os falsos regionalistas

2.^a - Uma originalidade desta campanha do Não, reveladora de uma enorme hipocrisia, é o cortejo de personalidades e partidos de direita que, depois de durante muitos anos se terem afirmado

mente. Reconheciam a sua necessidade e as suas virtudes democráticas mas asseguravam a conveniente travagem do processo através da realização de debates, livros brancos e estudos (que agora afirmam não existir), tendo chegado mesmo a aprovar uma lei-quadro que nunca pensaram aplicar.

Prisioneiros do seu passado "regionalista", não encontraram muitos defensores do Não outra saída que não fosse a afirmação da sua condição de "regionalistas" contra a regionalização. Rejeitam este mapa sem propor qualquer alternativa. Apelidam o processo legislativo de negociata porque se abstiveram de participar nele. Dizem que o povo não foi consultado porque instaram os seus eleitos municipais a não se pronunciar. Procuram justificar a sua recusa das regiões administrativas com o argumento de que não votam contra a regionalização mas contra esta regionalização. Só não explicam, porque não podem, que regionalização avançaria se o Não ganhasse o referendo. Obviamente, nenhuma. Alguém acredita que quem nada fez no passado para que a regionalização avançasse e tudo faz no presente para que a regionalização não avance, queira alguma vez avançar para a regionalização no futuro após um

rio, entre as competências atribuídas às regiões se conta precisamente o apoio aos municípios.

«Chiquelinas para aqui e para acolá»

4.^a - À medida que a campanha tem avançado e que na razão directa do esclarecimento dos cidadãos têm vindo a cair pela base os argumentos em defesa do Não, o argumentário contra as regiões começa a atingir níveis de baixaza inacreditáveis. Primeiro foi a campanha do PP destinada a fazer crer que a regionalização representaria mais tachos, mais impostos e mais corruptos. Depois vieram as confusões criadas a respeito das supostas capitais e as tentativas de fomentar divisões artificiais, insinuando que a cidade X passaria a ficar dependente da cidade Y, ou imagine-se, lançando boatos que por aí correm quanto a eventuais limitações à circulação de pessoas ou de bens em virtude da criação de regiões. Há poucos dias, uma socióloga em voga, cuja fama de inteligente lhe permite o acesso às páginas dos jornais, afirmava em tom de manifesto a sua oposição às regiões por, entre outros argumentos, nunca votar ao lado do general Eanes, numa manifestação de boçalidade que só é ultrapassada pelos tão divulgados autocolantes da juventude do PP que vêem na regionalização a "entrega do Alentejo aos comunistas". Este argumento, que não é exagerado qualificar de fascizante, revela afinal que o que os jovens "populares" receiam é o veredicto popular e que se opõem ao funcionamento das instituições democráticas. Se os alentejanos votam em comunistas, há que impedi-los de votar. E neste panorama nada edificante, só faltava aquele dirigente do PSD de Coimbra que comparou a actuação de Marcelo neste processo a uma faena, descrevendo-a como segue: "Entram todos nesta praça de touros em grande barafunda... e vossa excelência sozinho a tentar tourear. E foi toureando, era chiquelinas para aqui e para acolá... e vai sair da praça em ombros." Esta comparação tauromáquica não deixa de ser reveladora do baixo nível de seriedade com que os próprios dirigentes do PSD qualificam a actuação política do seu próprio líder. Só não esclareceu tão inspirado dirigente se a saída da praça em ombros iria ser em triunfo ou em consequência de uma valente e bem merecida colhida.



cimento, por forma a anular os efeitos da campanha do Não que, sob a batuta de Marcelo e Portas, tem assumido sem quaisquer escrúpulos uma postura exclusivamente destrutiva, onde tudo tem servido para confundir os eleitores, levando-os a recusar uma reforma administrativa com que só terão a beneficiar.

Sobre essa campanha, em que ao núcleo duro dos partidos de direita (despojado de alguns regionalistas convictos que dela dignamente se demarcaram) se juntam alguns grupos ditos de esquerda e uma boa parte dos "opinion-makers" que os patrões dos *media* proclamaram como bem pensantes, vale a pena alinhar algumas notas, ainda que soltas:

1.^a - A campanha do Não tem sido conduzida exclusivamente pela negativa. Todos os argumentos têm servido para denegrir a regionalização, mas ainda nenhum argumento foi aduzido para explicar aos portugueses o que ganharia o País se o Não ganhasse o referendo. Perante a posição insustentável de ter de defender a manutenção de CCR não eleitas em vez de órgãos eleitos democraticamente pelo povo, e confrontados com

defensores da regionalização - alguns até há bem pouco tempo - vêm agora afirmar a sua "mágoa" por não poderem concordar com "esta regionalização". E

acrescentam que o mal não está na regionalização, mas no processo, no mapa, na oportunidade, ou em qualquer outro pretexto que possa servir de desculpa de mau pagador.

A verdade é que, sendo a regionalização, objectivamente, um processo de reforço da democracia e da participação popular na tomada de decisões, de descentralização da Administração Pública, de criação de melhores possibilidades de desenvolvimento regional, e sendo tais propósitos merecedores de um amplo consenso nacional, os partidos de direita nunca afirmaram, até há bem pouco tempo, as suas convicções anti-regionalistas. Enquanto a regionalização, apesar de inscrita no texto constitucional, era uma hipótese remota, os partidos de direita nunca sentiram a necessidade de se lhe opor frontal-

mente. Reconheciam a sua necessidade e as suas virtudes democráticas mas asseguravam a conveniente travagem do processo através da realização de debates, livros brancos e estudos (que agora afirmam não existir), tendo chegado mesmo a aprovar uma lei-quadro que nunca pensaram aplicar.

3.^a - Uma terceira linha de contestação às regiões administrativas baseia-se numa suposta "tradição municipalista". Aqueles que fizeram da sua governação do País, ao longo de muitos anos, um permanente ataque ao municipalismo, não cumprindo a lei das finanças locais, impondo limitações legais à autonomia e à acção dos municípios, procurando fazer recair sobre o poder local o máximo de encargos com o mínimo de contrapartidas, têm agora o supremo descaramento de invocar as suas convicções municipalistas para contrariar a criação das regiões. Desonestidade total, dado que quem assim fala não ignora que a Constituição proíbe expressamente a transferência de competências dos municípios para as regiões. A regionalização não só não se opõe aos poderes municipais como, pelo contrá-



A privatização do notariado

■ Odete Santos

O Ministério da Justiça prepara-se para apresentar à Assembleia da República um conjunto de propostas visando a privatização

dos cartórios notariais. No último mandato do Governo do PSD, a privatização proposta pelo então ministro da Justiça, Dr. Laborinho Lúcio, teve a oposição firme dos grupos parlamentares do Partido Comunista e do Partido Socialista. Com bons e válidos argumentos. Lamentável é que, como acontece noutros domínios, o Partido Socialista venha brandir os mesmos argumentos utilizados pelo PSD para privatizar os cartórios notariais. Mas não admira. A fúria privatizadora do PS em nada desmerece do denodo do PSD contra as privatizações.

Relativamente ao notariado português nem pode utilizar-se o velho e estafado (e falso) argumento com que tantas vezes se justificaram privatizações. De facto, o notariado português é uma fonte de receitas inesgotável para o erário público.

O Senhor Ministro da Justiça confirmou, na Comissão de Assuntos Constitucionais Direitos, Liberdades e Garantias, a instâncias do PCP, que, com a privatização, o Estado ia perder receitas que têm servido ao Ministério da Justiça para remodelação do Parque Judiciário (por exemplo).

De facto, segundo reza um documento do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Justiça, relativo a 1996, a receita líquida entregue pelos cartórios notariais foi nesse ano de quase 14 milhões de contos. E o senhor Ministro da Justiça confirmou que tal receita tem estado sempre em progressão

Isto é: as receitas dos cartórios notariais pagam os vencimentos dos notários, dos funcionários, todas as despesas de funcionamento, sobrando ainda, neste momento, mais de 14 milhões de contos/ano, para os cofres do Ministério da Justiça!

Então, por quê privatizar?

Argumentou o PS/98, em debate recente sobre a privatização do notariado, suscitado pela apresentação de um projecto de lei do PSD, que da concorrência nascida da privatização decorreria um melhor atendimento do público. Mas a concorrência (que aliás não será a mãe de todas as virtudes) já existe de facto no actual modelo de notariado. Os notários que quiserem ganhar mais nos emolumentos, trabalharão (e trabalham) mais. Acresce que o modelo concorrencial que temos (porque muito poucos actos são reservados aos notários da área da residência) é um modelo a que o Estado impõe a solidariedade. Das verbas dos cartórios de maior rentabilidade pagam-se os cartórios deficitários; aqueles que têm de estar instalados em locais de menor atendimento do público porque o Estado tem de garantir aos cidadãos o acesso ao cartório notarial próximo da sua residência.

Este modelo de concorrência solidária só é possível porque o notário de hoje não está dependente dos interesses privados de ninguém para auferir os seus vencimentos. O que não sucederá com os notários privados.

Diz-se também que as receitas vultuosas arrecadadas pelo Estado com a actividade notarial devem ser sacrificadas porque daí resultará um melhor atendimento dos cidadãos. Cabe então perguntar: por que é que os sucessivos ministérios da Justiça nada fizeram para melhorar esse atendimento utilizando as receitas dos cartórios notariais? Por que é que nada se fez no sentido de uma informatização dos cartórios que aliviasse notários e funcionários de pesadas tarefas burocráticas? Por que motivo não se formaram funcionários nas técnicas de informática? Por que é que funcionam ainda tantos cartórios em instalações sem dignidade, sem o mínimo de condições de trabalho? Por que é que, se faltam muitos cartórios, como o referiu o Senhor Ministro da Justiça, não se instalaram mais? Por que é que não se preencheram os actuais quadros? Ou será que o objectivo de privatizar já vem de há muito, e era necessário que a situação se degradasse para justificar a privatização?

Diz-se que a privatização produzirá a desburocratização. Mas se é o Estado quem cria as regras a que se submete a actividade notarial, então por que é que os sucessivos ministérios da Justiça não desburocratizaram a actividade notarial?

O notário fiscaliza hoje a conformidade com a lei dos actos que lhe são submetidos. Fiscaliza o cumprimento da legislação relativa ao urbanismo, fiscaliza o cumprimento do imposto do selo, das normas sociais da legislação sobre arrendamento urbano. Quer o Ministério da Justiça desburocratizar aligeirando os notários privados destas funções? Mas então por que não o quer fazer relativamente aos notários públicos?

E se o vai fazer relativamente aos notários privados, vai ter de criar mecanismos, quiçá recaindo nas já sobrecarregadas conservatórias dos registos prediais, para que se faça a fiscalização. As filas dos cartórios notariais vão transferir-se para outra repartição do Estado.

PS 98 versus PS 95

A privatização visará mesmo garantir ao vulgar cidadão um melhor atendimento no cartório notarial?

De facto, a privatização é feita não em nome do cidadão comum, daquele que reclama porque a escritura demora muito, mas em nome daqueles que a grandes e transnacionais

negócios se dedicam, e que querem ter um notário às suas ordens, um notário privado que responda celeremente aos seus interesses.

O modelo do notário privado é um modelo dependente da tira-

nia do público, dos grandes interesses. O vulgar cidadão é, nesse modelo, relegado para último lugar porque não tem poder económico. Como é que pode este modelo garantir a existência dos cartórios deficitários, daqueles cartórios de província com pouco trabalho, que é necessário manter para que os cidadãos não sejam obrigados a grandes deslocações aos grandes centros?

Dizem-nos também que na Europa o modelo de notariado é o do notariado privado. E que, por isso, é necessário mudar. Mas por quê mudar quando outros invejam o notariado português, e se deslocam mesmo a Portugal (como aconteceu com notários da Galiza) para estudarem as formas de organização dos notários públicos? Quando, por exemplo, num país como a França, um primeiro-ministro, Michel Rocard, propôs a adopção do modelo português de notariado? Aliás, notários públicos existem noutros países, como a Alemanha e a Suíça.

Mudar o modelo só porque o mesmo existia no tempo do fascismo? Será que os senhores do PS e do PSD querem acabar com o subsídio de férias dos trabalhadores, só porque ele nos veio do tempo de Marcelo Caetano?

A França, com razão, quis acompanhar Portugal, no modelo de notariado. Conhecer-se nesse país casos que levaram à barra do tribunal notários, por ter sido posta em causa a fé pública dos documentos que lavraram. De facto, uma das consequências mais graves da privatização do notariado prende-se com a fé pública dos documentos notariais. O vulgar cidadão, aquele que reclama contra as condições em que se desenvolve o trabalho do notariado, porque a escritura não é feita em prazo desejável, porque perde tempo no notário, guarda, no entanto, no seu subconsciente, a imagem de que aquilo que é feito no notário tem uma fé pública inabalável. E é por isso que é vulgar encontrarmos esse vulgar cidadão, depois de um inventário judicial, depois de uma partilha feita nos autos, a exigir que se realize no notário a escritura dessa partilha, sem o que entende não estar completa a mesma.

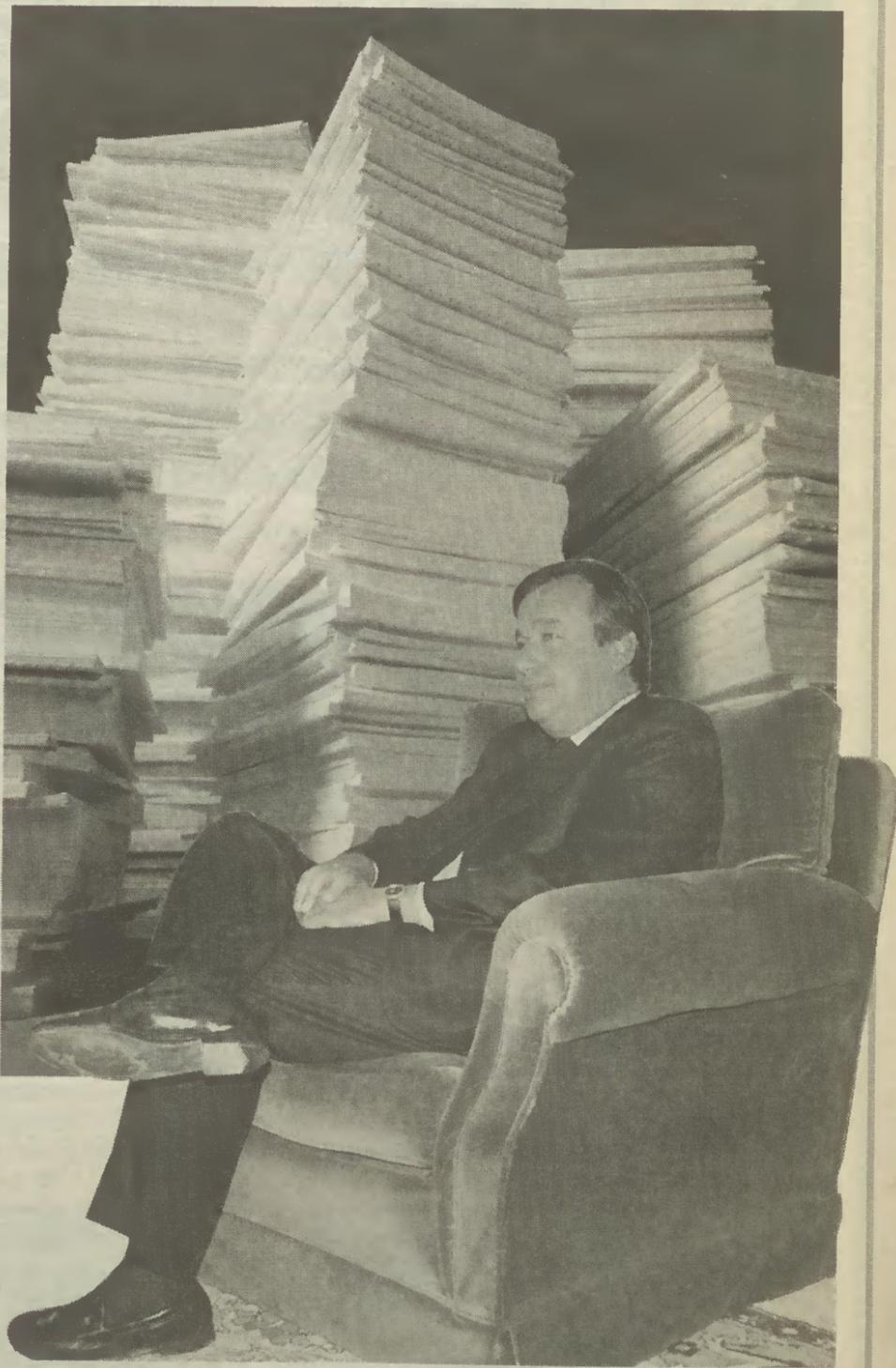
Continuarão a gozar de fé pública idêntica os documentos do notário privado criado para providenciar à satisfação dos grandes interesses, dos interesses de quem mais lhe paga?

A privatização do notário gera a maior instabilidade nos funcionários dos cartórios notariais. Porque nem todos vão ficar nos

cartórios privados. Porque nem todos podem transitar para as conservatórias do registo predial e do registo civil. Muitos vão engrossar os quadros da Administração Central e da Administração Local.

E a acrescer à perda de receitas de mais de 14 milhões de contos, com a privatização do notariado, vai somar o Estado um prejuízo. É que os funcionários que transitam para a Administração Central ou Local, que eram pagos pelas receitas dos cartórios notariais, vão ter de ser pagos pelo Orçamento do Estado!

O Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Justiça já fez as contas. Num cenário simulado em que dois terços dos funcionários dos cartórios notariais transitam para a Administração do Estado, este vai ter de dispor de cerca de 8 milhões de contos para pagar a estes funcionários. Ou seja: esta privatização anunciada vai custar ao Estado cerca de 22 milhões de contos! Em nome da satisfação dos grandes interesses económicos!



À imagem que a insistência na privatização pretende dar, de um notariado português em deplorável estado, responde a esmagadora maioria dos notários com o repúdio de tais afirmações. Com palavras como as que pudemos ler num parecer exarado no Boletim de Março de 1998 do Sindicato dos Registos e Notariado, relativamente à privatização:

«Recusamos que o actual notariado português seja um notariado inferiorizado, anémico, espartilhado, incapaz de responder às exigências da sua vocação.»

«Porque queremos o Notariado independente da tirania do público, entendemos que o notário privatizado não pode defender com eficácia esses valores.»

E acrescentamos: os cidadãos sabem, como já o referimos, que o sistema que existe defende e realiza os interesses da fé pública. Modernizem-se os cartórios notariais. Aos olhos dos cidadãos, a actividade notarial surgirá com uma nova dignidade. Esse será o caminho correcto.

O Vaticano e a beatificação do “demónio”

A beatificação de Stepicac, o antigo cardeal «cerejeira» e bispo castrense do regime fascista de Pavelic, que escrevia em 1942, na «Sentinela Croata», ser «Hitler enviado por Deus», constitui uma provocação não só às vítimas do nazismo e aos católicos democratas mas também aos sentimentos democráticos de toda a humanidade.

E não se invoquem argumentos de ordem religiosa para justificar esta monstruosa política praticada por um Estado com assento nos organismos internacionais como é o Vaticano. Só a intenção de transformar num mártir aquele que pagou com a prisão a instrumentalização dos crentes croatas em prol do fascismo e do nazismo pode ter levado o Estado pontifício a uma tal irresponsabilidade. É que neste caso já nem se trata de passar «grossas pinceladas de tinta branca» sobre a realidade histórica e de colocar «vendas nos olhos» dos crentes menos esclarecidos – para utilizar expressões da extraordinária obra de Saramago «Ensaio sobre a cegueira» – mas de substi-

Auschwitz à comunidade judaica e às vítimas do nazismo. Melhor seria que, em vez de atirar areia para os olhos da comunidade internacional, o Vaticano esclarecesse as suas responsabilidades na instauração da maior perversão jamais existente à face da Terra, de Roma a Braga, de Toledo a Berlim, de Zagrebe a Praga e de Viena a Vichy: o nazi-fascismo.

De mãos dadas

Quando Roma, a 10 de Janeiro de 1984, restabeleceu com os Estados Unidos as relações diplomáticas interrompidas desde 1867, o primeiro embaixador americano junto do Vaticano, o multimilionário texano Willam Wilson, amigo e confidente de Reagan, afirmava só conhecer dois estadistas capazes de conduzirem consequentemente o combate contra o comunismo – o Papa e o Presidente. Wilson acabava de repetir a apreciação feita em 1933 pelo embaixador polaco Skrzynski após uma audiência com Pio XI: «Hitler é o único chefe de Estado que não só tem a mesma

posição que o Papa sobre o bolchevismo, mas que também com grande coragem e sem defectismos lhe declara o combate.» Em 1985, Reagan e o chanceler da Alemanha, o democrata-cristão Helmut Kohl, violentavam a consciência democrática mundial ao prestarem juntos, no cemitério de Bitburgo, homenagem aos mortos da tropa especial do nazismo, a terrível SS, enquanto o presidente do Bundestag, Filipe Jenninger, um amigo pessoal de Kohl e hoje embaixador junto do Vaticano, era obrigado a demitir-se por proferir um discurso ultrajante para as vítimas do nazismo. É demasiada coincidência, mas todos os caminhos vão dar a Roma.

Foi ainda de mãos dadas com Kohl que o Vaticano e a Alemanha federal, unilateralmente e contra a vontade de quase todos os governos europeus e dos próprios Estados Unidos reco-

nheceram a Croácia impedindo qualquer solução pacífica para os Balcãs. A liquidação da influência da igreja ortodoxa e a imposição dos interesses estratégicos da Alemanha naquela região foram executados por uma santa aliança com as consequências terríveis que se vieram a verificar. Os grupos neonazis, que sempre existiram na Alemanha como grupos de luta desportiva (Wehrsportgruppen) prontos a actuar no quadro do plano Gládio da Nato, apareceram então na televisão a dizer que já não precisavam de treinar em território alemão e às escondidas, pois na ex-Jugoslávia podiam exercitar-se com tiros reais e vítimas reais e que era a última oportunidade de matarem comunistas. A Alemanha passou a estar em guerra. De manhã até à noite, em todos os noticiários, o seu correspondente em Sarajevo, Friedhelm Rebeck – uma autêntica cópia do Ferreira da Costa do fascismo português com as suas «crónicas de Angola» – fartava-se de apresentar os sérvios como terroristas e os croatas como santos.

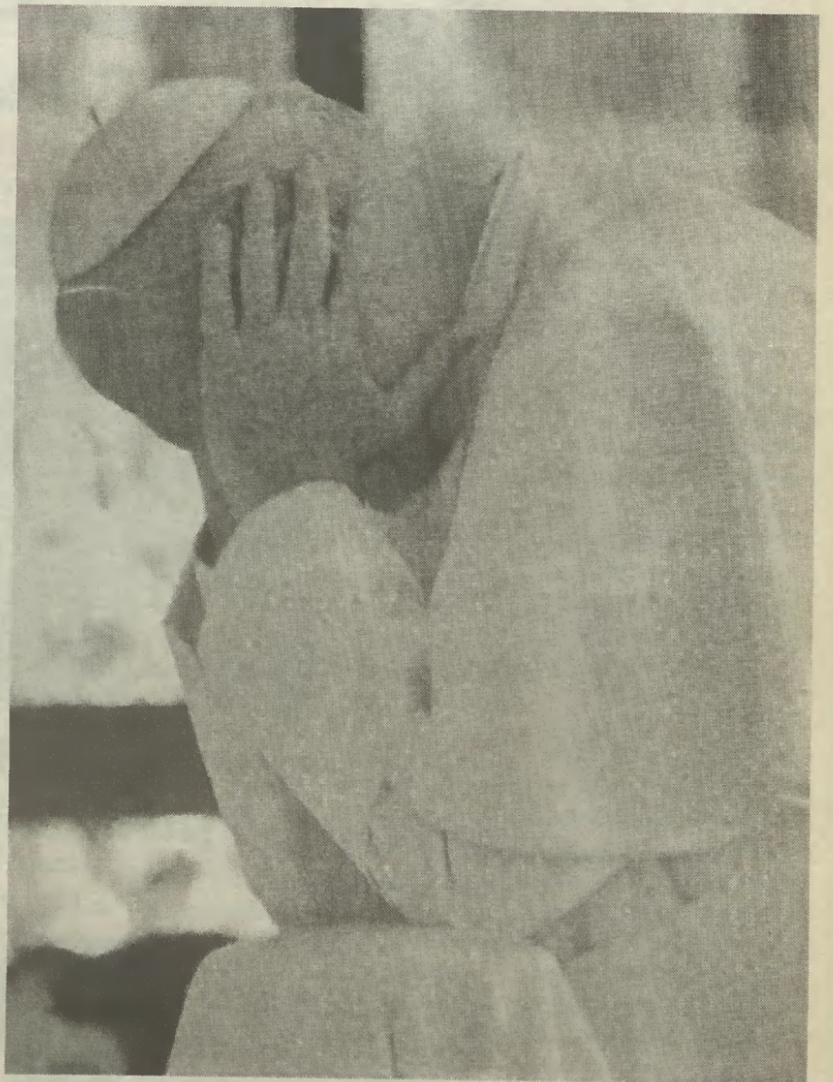
A Bundeswehr conseguiu, com a colaboração da própria social-democracia, intervir pela primeira vez fora das fronteiras alemãs, o que lhe estava vedado pela Constituição desde a derrota militar do III Reich. O cardeal Meissner, nomeado pelo actual Papa em condições extremamente controversas e que os portugueses já tiveram ocasião de apreciar em Fátima a vomitar anti-comunismo, pregava aos soldados na Catedral de Colónia que «as armas não são más desde que estejam em boas mãos», isto é, nas mãos da Alemanha. O neonazismo atingiu, não só na Alemanha mas em toda a Europa, uma fase de renascimento e expansão

como já há muito não se verificava. O Cardeal Sodano, secretário de Estado do Vaticano, num acto muito contestado, chegou mesmo a receber em audiência oficial o secretário-geral dos neofascistas italianos, Fini. De férias em Portugal, na Páscoa de 1997, tive a sensação de ter voltado aos tempos da guerra colonial ao ver de novo na televisão um capelão militar fardado a louvar a intervenção dos soldados portugueses na Bósnia. Também aqui todos os caminhos vão dar a Roma.

O extermínio do povo curdo pelos militares turcos da Nato obriga a colocar a seguinte questão: por que é que só o capitalismo, a Nato e o Vaticano é que podem decidir quais os povos que têm direito à liberdade e à independência?

Uma benção?

A beatificação de um cardeal croata ligado à dominação nazi nos Balcãs não é tão inocente como pode parecer à primeira vista. Depois de realizado aquilo que o Vaticano considera a liquidação



tuir as próprias imagens dos santos pelas do demónio. Dá vontade de aconselhar a justiça espanhola, no caso de se verificar a extradição do general católico praticante Augusto Pinochet – o assassino de Allende e de milhares de patriotas chilenos que com as mãos manchadas de sangue costuma comungar em uniforme militar – a não o condenar, se não os católicos e os democratas do mundo inteiro ainda se arriscam a vê-lo canonizado pela Cúria Romana.

A falsificação dos acontecimentos, a legitimação de um nazismo e fascismo, sem holocausto, mas com tarrafal à Salazar e fuzilamentos à Franco tem sido a grande tarefa dos historiadores encarregados pela democracia-cristã de deturparem a história de acordo com os interesses do capitalismo global. E nem Portugal escapa a esta onda de confusionismo histórico, como prova a nomeação de um ex-ministro do fascismo para chefiar as forças armadas do Portugal democrático.

A desresponsabilização dos opressores, colocando-os no mesmo plano que as vítimas, quer se trate dos pides em Portugal, dos SS na Alemanha ou dos ustaches na Croácia, de acordo com aquilo que João Paulo II costuma designar por actos de «reconciliação», integra-se perfeitamente na adaptação do catolicismo oficial às exigências do capitalismo autoritário. A canonização, igualmente recente, de Edit Stein, liquidada nas câmaras de gás hitlerianas, não por ser católica mas de origem judaica, por um regime com o qual a igreja de Roma celebrara uma aliança chamada Concordata e no qual Pio XI depositara «uma grande esperança», constitui mais uma provocação no estilo daqueles que Lech Walesa e os fundamentalistas polacos costumam montar em

definitiva do comunismo, a fracção mais inveteradamente reacionária do capitalismo institucional lançou-se na confessionalização total do Estado e da sociedade, como se depreende dos ataques constantes de cardeais como Ratzinger ou ainda Lustiger, arcebispo de Paris, e (que ironia) membro da Academia Française, contra o iluminismo, as filosofias «sem Deus» e todas as correntes laicas. Também aqui a história parece repetir-se. Os ataques ao iluminismo constituíram um dos argumentos mais apregoados pelo catolicismo alemão para justificar o apoio à tomada do poder por Hitler. O vice-chanceler do ditador, o católico von Papen, num comício em Colónia em Novembro de 1933 e já depois da assinatura da Concordata pelo cardeal Pacelli, futuro papa Pio XII, afirmava: «Foi o iluminismo que substituiu pela primeira vez essa ordem desejada por Deus, por uma imagem fraca e monótona da insuficiência e da fraqueza humana... A diferença entre a autoridade e os súbditos foi sepultada com discursos de falsa liberdade e igualdade e, para destruir essa ordem e imagem do mundo, prega a oposição de classes e profissões. Onde Deus separou claramente as tarefas do homem e da mulher, declara-se esta também igual em direitos e nas relações públicas...»

O terceiro Reich de Adolf Hitler constrói-se conscientemente com base nas duas confissões cristãs. Pela primeira vez desde há séculos foram assim reunidas as condições para a Concordata alemã... Tem sido sempre uma benção para a Igreja, cada vez que o mundo se inspira nela...

Resposta a McGowan*

■ Miguel Urbano Rodrigues

Foi com algum espanto que li o comentário político (20.10.98) do sr. Gerald McGowan, embaixador dos EUA em Portugal, inspirado por um texto meu sobre Fidel Castro e a VIII Cimeira Ibero-Latino-Americana, publicado no JN (8.10.98). A surpresa justifica-se porque os altos funcionários do Departamento de Estado costumam ser menos imprudentes do que o autor deste depoimento.

Em primeiro lugar, o chefe da missão diplomática norte-americana deixa transparecer desgosto pelo uso que faço do substantivo bloqueio para definir a guerra económica (e não só) que o seu país move a Cuba. Conforta-o o vocábulo embargo. Não entrei no debate semântico que parece fascinar a Administração norte-americana, mas ao qual permanece indiferente a Assembleia Geral das Nações Unidas, que acaba de aprovar por 157 votos contra dois (doze abstenções) uma resolução que condena as medidas ilegítimas do embargo-bloqueio que atinge Cuba.

Sustenta o sr. embaixador que o bloqueio-embargo não visa «a população cubana, que tanto sofre», longe disso, mas tão-somente «o governo do Presidente Fidel Castro». A argumentação tem matizes surrealistas. Afinal, quem sofre e por quê? Como explica o sr. McGowan que o embargo a um governo, ou seja a Fidel e ao seu Gabinete, apresente já uma factura avaliada em 60 mil milhões de dólares?

Aludindo à Emenda Torricelli, a que chama Cuban Democratic Act, o diplomata quase sugere tratar-se de uma iniciativa filantrópica. Mais adiante fala de 2,2 mil milhões de dólares só em medicamentos distribuídos à população cubana através de ONG's norte-americanas. Omite o sr. embaixador que a maioria desses ONG's tem sido duramente perseguida pelas autoridades dos EUA precisamente por desafiar as proibições da Torricelli e da Helms-Burton. Os dirigentes das mais dinâmicas das organizações de solidariedade com Cuba, «Os Pastores para Paz», do Reverendo Lucius Walker, foram repetidas vezes detidos e vexados na fronteira do México, durante a passagem de caravanas com ajuda humanitária ao povo de Martí. Omite o sr. embaixador que empresas cerealfíferas argentinas que vendiam trigo a Cuba foram visitadas por funcionários da Administração norte-americana e intimadas a cessar imediatamente esses negócios sob pena de sanções drásticas. O mesmo ocorreu com empresas que forneciam equipamento cirúrgico à Ilha. Uma a uma receberam ultimatums, tal como numerosas empresas petrolíferas. O zelo «humanitário» foi levado tão longe que as fábricas que exportavam *pace makers* para Cuba entraram também na lista negra norte-americana até cessarem as vendas. Está documentada essa modalidade de «ajuda».

Lamenta o sr. embaixador que o governo cubano tenha recusado generosos donativos de emergência dos EUA no sector da ajuda alimentar. Não diz, porém, que essa oferta foi acompanhada de exigências inaceitáveis para qualquer país soberano. As condições eram humilhantes, equivaliam a uma distribuição feita na prática sob controlo da CIA.

Repete o sr. embaixador - é da praxe - a conhecida cassetete sobre o suposto desrespeito cubano pelos direitos humanos. Está nomeadamente preocupado com a sorte dos «quatro líderes do Grupo de Trabalho Dissidente». Não sei quem são esses quatro senhores e como manifestam a sua dissidência. Mas sei que os EUA são hoje — desde o fim do *apartheid* na África do Sul - o país com maior índice de população encarcerada em todo o planeta, com a peculiaridade de a esmagadora maioria dos presos ser negros e latino-americanos. Sei igualmente que 15 patriotas porto-riquenhos cumprem em presídios norte-americanos penas que em certos casos ultrapassam um século. São acusados de um

estranho crime: a luta pela independência do seu povo. Alguns foram torturados e permaneceram largo tempo enjaulados.

Sublinha o sr. embaixador que não transmiti o ponto de vista dos EUA. Faço penitência pela omissão. Faltou espaço para recordar, por exemplo, que os EUA somente renunciaram a perseguir empresas ocidentais - como a Sherritt canadiana e a Meliá espanhola - que investem em Cuba, quando a União Europeia tomou a iniciativa de acionar os mecanismos da Organização Mundial do Comércio e acusou Washington de pretender impor a extraterritorialidade das suas leis, violando princípios de Direito Internacional universalmente aceites e o texto de tratados subscritos pelo próprio governo norte-americano.

Repito: foi pouco sensato o sr. embaixador. A sua catilinária quase coincidiu com duas grandiosas manifestações de solidariedade com Cuba do povo do Porto. No Centro de Congressos de Matosinhos e nas ruas da cidade, os portugueses, e muito especialmente a gente do Norte, deixaram transparente a sua

Coerência de Fidel marcará a Cimeira

O mundo caótico a que a globalização neoliberal conduziu a humanidade não pode sobreviver porque gera crises em cadeia

MIGUEL URBANO RODRIGUES (*)



"Embargo é dirigido a Fidel e não ao povo de Cuba"

Embaixador norte-americano em Lisboa responde a artigo publicado no JN, da autoria de Miguel Urbano Rodrigues

Em resposta a um artigo publicado no JN de 20 de Outubro de 1998, intitulado "Coerência de Fidel marcará a Cimeira", do Miguel Urbano Rodrigues, o embaixador norte-americano em Lisboa, Gerald McGowan, fez-me chegar o seguinte comentário político:

«O artigo do sr. reflectiu fielmente a posição do governo cubano sobre a questão da ajuda alimentar. Não diz, porém, que essa oferta foi acompanhada de exigências inaceitáveis para qualquer país soberano. As condições eram humilhantes, equivaliam a uma distribuição feita na prática sob controlo da CIA.»

«Repete o sr. embaixador - é da praxe - a conhecida cassetete sobre o suposto desrespeito cubano pelos direitos humanos. Está nomeadamente preocupado com a sorte dos «quatro líderes do Grupo de Trabalho Dissidente». Não sei quem são esses quatro senhores e como manifestam a sua dissidência. Mas sei que os EUA são hoje — desde o fim do *apartheid* na África do Sul - o país com maior índice de população encarcerada em todo o planeta, com a peculiaridade de a esmagadora maioria dos presos ser negros e latino-americanos. Sei igualmente que 15 patriotas porto-riquenhos cumprem em presídios norte-americanos penas que em certos casos ultrapassam um século. São acusados de um

estranho crime: a luta pela independência do seu povo. Alguns foram torturados e permaneceram largo tempo enjaulados. Sublinha o sr. embaixador que não transmiti o ponto de vista dos EUA. Faço penitência pela omissão. Faltou espaço para recordar, por exemplo, que os EUA somente renunciaram a perseguir empresas ocidentais - como a Sherritt canadiana e a Meliá espanhola - que investem em Cuba, quando a União Europeia tomou a iniciativa de acionar os mecanismos da Organização Mundial do Comércio e acusou Washington de pretender impor a extraterritorialidade das suas leis, violando princípios de Direito Internacional universalmente aceites e o texto de tratados subscritos pelo próprio governo norte-americano. Repito: foi pouco sensato o sr. embaixador. A sua catilinária quase coincidiu com duas grandiosas manifestações de solidariedade com Cuba do povo do Porto. No Centro de Congressos de Matosinhos e nas ruas da cidade, os portugueses, e muito especialmente a gente do Norte, deixaram transparente a sua

repulsa pelo bloqueio cuja defesa o sr. McGowan assume com tamanho entusiasmo. Não seria, entretanto, justo responsabilizar o governo do presidente Clinton pela concepção de «ajuda humanitária» vigente nos EUA. Ela vem de muito longe. Tem raízes no século XIX. Quando as tropas norte-americanas desembarcaram em Cuba em 1898, supostamente para «libertar» a Ilha, o general Miles recebeu do sr. J. Breckinridge um memorando oficial com as últimas instruções sobre a condução da guerra. Julgo oportuna a transcrição de um dos parágrafos desse documento do Estado norte-americano: «Cuba, com o seu território tem uma população maior do que Porto Rico. Esta consiste em brancos, negros e asiáticos com as suas misturas. Os habitantes são geralmente indolentes e apáticos. É evidente que a iminente anexação destes elementos à nossa própria Federação seria uma loucura, e antes de o fazermos, devemos limpar o país, mesmo quando isso se faça mediante a aplicação dos mesmos métodos que foram aplicados pela Divina Providência nas cidades de Sodoma e Gomorra.» Qualquer comentário seria supérfluo.

* Este texto de Miguel Urbano Rodrigues, respondendo ao depoimento do embaixador dos Estados Unidos, foi-nos enviado, pelo autor, após recusa de publicação pelo «Jornal de Notícias».

Alguns países pelo G7 (bloqueio contra Cuba) não se trata de uma iniciativa unilateral dos EUA, mas de uma decisão tomada por estes países em conjunto. O bloqueio é dirigido a Fidel e não ao povo de Cuba. O mundo caótico a que a globalização neoliberal conduziu a humanidade não pode sobreviver porque gera crises em cadeia.

Independentemente das reivindicações apresentadas, o protesto desse sector juvenil expressou o descontentamento cada vez mais profundo da sociedade francesa. Foi muito bem recebido. As intervenções, pouco inteligentes e por vezes arrogantes do ministro Allègre, no esforço para minimizar o significado do movimento, tornaram ainda mais transparente o mal-estar que alastra num velho e civilizado povo, inconformado com o projecto de vida irracional que lhe é imposto.

A política do Governo Jospin distanciou-se brutalmente, na sua prática, dos compromissos assumidos perante o eleitorado, contribuindo para estilhaçar o que restava da sua antiga imagem de esquerda.

Na frente do trabalho as coisas vão de mal a pior. A França vive no ritmo de Maastricht e Amesterdão e o Governo não consegue esconder a evidência: ao aplicar muitas das decisões tomadas no âmbito da União Europeia (e do G-7) entra em contradição frontal com princípios que diz defender e estiveram na base da vitória eleitoral do PS. Isso porque a política que desenvolve e pretende justificar é, no fundamental, uma política de direita.

Nas frentes da economia e do trabalho as coisas vão de mal a pior. A transferência de empresas controladas pelas transnacionais prossegue com graves consequências sociais. Os despedimentos maciços são uma realidade. As feridas abertas pelo encerramento da fábrica belga da Renault não cicatrizaram. Entretanto, o Governo Jospin, que então criticara a irracionalidade e a crueldade do neoliberalismo, recorre a uma argumentação inaceitável e hipócrita para explicar o que acontece no Havre onde milhares de trabalhadores dos Estaleiros vão para a rua.

No início da Primavera de 97, o abandono dos processos de privatização da France Telecom, da Thomson e da Air France, bem como de outros gigantes, era um dos poucos compromissos



■ Miguel Urbano Rodrigues

A França desencantada como Governo Jospin

Um sistema mediático concebido para neutralizar, confundir e perverter a consciência social insiste em difundir a ideia de que a França tem presentemente um governo de esquerda. Essa afirmação, monotonamente repetida, deforma grosseiramente a realidade. Tive agora, no final de Outubro, a oportunidade de acompanhar, em Marselha e Paris, o movimento dos estudantes do ensino secundário. Somente na capital desfilaram 500 000 pessoas.

Independentemente das reivindicações apresentadas, o protesto desse sector juvenil expressou o descontentamento cada vez mais profundo da sociedade francesa. Foi muito bem recebido. As intervenções, pouco inteligentes e por vezes arrogantes do ministro Allègre, no esforço para minimizar o significado do movimento, tornaram ainda mais transparente o mal-estar que alastra num velho e civilizado povo, inconformado com o projecto de vida irracional que lhe é imposto.

A política do Governo Jospin distanciou-se brutalmente, na sua prática, dos compromissos assumidos perante o eleitorado, contribuindo para estilhaçar o que restava da sua antiga imagem de esquerda. Na frente do trabalho as coisas vão de mal a pior. A França vive no ritmo de Maastricht e Amesterdão e o Governo não consegue esconder a evidência: ao aplicar muitas das decisões tomadas no âmbito da União Europeia (e do G-7) entra em contradição frontal com princípios que diz defender e estiveram na base da vitória eleitoral do PS. Isso porque a política que desenvolve e pretende justificar é, no fundamental, uma política de direita.

Nas frentes da economia e do trabalho as coisas vão de mal a pior. A transferência de empresas controladas pelas transnacionais prossegue com graves consequências sociais. Os despedimentos maciços são uma realidade. As feridas abertas pelo encerramento da fábrica belga da Renault não cicatrizaram. Entretanto, o Governo Jospin, que então criticara a irracionalidade e a crueldade do neoliberalismo, recorre a uma argumentação inaceitável e hipócrita para explicar o que acontece no Havre onde milhares de trabalhadores dos Estaleiros vão para a rua. No início da Primavera de 97, o abandono dos processos de privatização da France Telecom, da Thomson e da Air France, bem como de outros gigantes, era um dos poucos compromissos

concretos da Declaração Comum PS-PCF, de 19 de Abril, recebida com esperança pelos trabalhadores. A promessa, porém, foi logo esquecida. A Thomson-CSF e a Thomson Multimedia foram privatizadas, e a Aérospatiale também; e outras.

Le Figaro, porta-voz da grande burguesia, sublinhou que em dois sectores sensíveis o Governo reduziu consideravelmente, quase anulou, a presença e o papel do Estado que neles exercia uma supremacia quase absoluta (2.8.98). Na mesma edição um analista económico escrevia: «Quaisquer que sejam as reticências do discurso e a terminologia empregada - não se fala de privatizações mas de adaptação - , os factos estão aí: em pouco mais de um ano a esquerda restringiu o campo de intervenção económica do Estado num ritmo superior ao que fizera o governo de direita que o precedera.»

Jospin não tem complexos - afirmava-se no título de um artigo elogioso das privatizações e das aberturas ao capital privado promovidas pelo actual governo, sobretudo nas áreas das comunicações, da banca e dos seguros.

«Le Monde» reconhecia dias depois que Lionel Jospin privatizara, afinal, mais do que Alain Juppé (8.8.98).

A polémica em torno do Orçamento de 99 colocou o Governo numa posição muito incómoda. Sobre Jospin e a sua equipa choveram felicitações discretas do grande patronato. O Primeiro-Ministro assumira em 97 o compromisso de alterar o imposto que favorecia os privilegiados, corrigindo uma iniciativa ostensivamente reacçãoária de Alain Juppé. Mas nada fez nesse sentido.

O orçamento militar foi mantido no nível de 200 mil milhões de francos (aproximadamente 7 mil milhões de contos). Nada menos de 100 mil milhões serão destinados, num período de cinco anos, às armas nucleares. Obviamente, a imprensa da direita rejubilou com essa decisão.

Enquanto as verbas sociais permaneciam bloqueadas não faltou dinheiro para armamentos atómicos e para uma reorganização do Exército que favorece a criação de unidades preparadas para intervir na Bósnia, na Albânia, no Iraque, em África, ou, eventualmente, em qualquer país do Leste Europeu.

Entretanto, o Governo suprime empregos nos hospitais, reduz o número de medicamentos compartilhados pelo Estado, elimina milhares de postos de trabalho no sector da Educação. Lionel Jospin (leia-se PS) anunciara durante a campanha a criação de 700 000 novos empregos. No final de Agosto p.p. informou (através de Martine Aubry) que o número de contratações de novos trabalhadores atingira 85 000 (79% a prazo).

No tocante aos salários, o fosso entre o prometido e o obtido é ainda mais abissal. Segundo *L'Humanité* (3.3.97), o cimento de uma Política de Esquerda Comum deveria incluir a elevação do salário mínimo (SMIC) para 8500 francos.

As coisas também aí correram mal. O aumento foi irrisório. O salário mínimo subiu em Julho do ano passado apenas 4%, ou seja, uma percentagem igual à concedida por Juppé no ano anterior.



Considerado o aumento dos preços, o acréscimo real não ultrapassou 87 francos... O projecto do Orçamento para 99 não incluiu qualquer aumento para os trabalhadores da Função Pública.

A Lei-Quadro sobre a redução do horário de trabalho para 35 horas semanais sem redução do salário - a famosa Lei Aubry apresentada como revolucionária pela propaganda oficial - gerou grandes esperanças pelo mundo afora. Não faltou quem identificasse nela o início de uma viragem na política francesa. Cabe dizer que a montanha pariu um rato.

Significativamente, a poderosa União das Indústrias Metalúrgicas Mineiras, ponta-de-lança do Conselho Nacional do Patronato Francês, manifestou em Julho p.p. a sua satisfação pelos últimos acordos colectivos que abrangem dois milhões de metalúrgicos.

Chega-se à conclusão decepcionante de que nas indústrias metalúrgicas se vai trabalhar mais tempo, apesar da redução (hipotética) dos horários. O novo acordo autoriza, por caminhos tortos, um trabalho semanal de 39 a 40 horas. Para os quadros, os engenheiros e a maior parte dos técnicos foi definido um regime especial isento de limitações. No tocante a horas extraordinárias o contingente autorizado passa de 94 horas anuais para 180 (até 205 a partir do ano 2000). Não há do acordo, registre-se, qualquer referência à criação de novos empregos.

As ambiguidades na área da política externa são menores do que nas frentes de trabalho e da economia. O duplo discurso é aí desnecessário. O governo de Lionel Jospin tem sido de uma grande docilidade no diálogo com os EUA; submete-se às imposições de Washington e não cria dificuldades à política expansionista e intervencionista da NATO.

Não é, entretanto, sem sentimentos de amargura e alguma inquietude que os franceses das camadas médias acompanham o desenvolvimento de uma situação que há dois anos era imprevisível.

A França foi, nos últimos quarenta anos, o parceiro mais íntimo da Alemanha. A ponte da solidariedade Paris-Bonn exibiu uma solidez granítica. Todos os governos franceses foram mimados pelos políticos alemães desde Adenauer. Essa relação aparece hoje sob um novo prisma; descobrem-lhe as fragilidades. Os recentes acordos financeiros anglo-alemães foram recebidos com surpresa e desgosto. Os franceses apercebem-se de que muitas decisões importantes começam a ser tomadas na Europa sem intervenção sua; ficam de fora. Não há aliados preferenciais no jogo do mercado. Novas alianças despontam na Europa. No plano militar, a França também se sente marginalizada. A Alemanha revê posições e aproxima-se cada vez mais dos Estados Unidos, dialoga com o Pentágono sem consultar Paris.

Está a acontecer o inevitável. O povo francês deixa transparecer, no quotidiano, desencanto e temor do futuro. O amanhã próximo aparece-lhe carregado de incógnitas. Poucos fazem previsões, mas cresce o número dos que rejeitam o projecto de sociedade que o governo de Lionel Jospin ajuda a criar através da sua cumplicidade activa com a estratégia da globalização neoliberal. É assunto de que me ocuparei proximamente.

Alemanha

O fim da era Kohl

Deve fazer-se um balanço objectivo da política alemã desde a chegada ao poder de Helmut Kohl em 1982 até este Outubro de 1998, tempo de duração dos seus sucessivos governos. É necessária alguma distância temporal, dirão alguns, e não seremos nós a precipitar seja o que for. Há, no entanto, muitos dados disponíveis que já permitem uma imagem fiável do chanceler e das suas políticas.

As forças conservadoras (CDU, CSU), liberais (FDP) e da Social-Democracia (SPD) são unânimes em considerar Kohl como o «Chanceler da reunificação dos dois estados alemães» (a RFA e a RDA), além de lhe atribuírem grande mérito na construção europeia. Passa por ser, pois, o chanceler da reunificação alemã e o chanceler do euro para as forças do centro-direita até às forças da direita mais conservadoras.

Logo em 1982, no discurso de tomada de posse, Kohl acusou o governo anterior de incompetente, e responsável pelo desemprego, prometendo combater este decididamente. Repetiu esta promessa em todas as campanhas eleitorais posteriores, mas o que é facto é que o desemprego não só não desapareceu como ao longo dos 16 anos foi constantemente subindo. O desemprego foi para níveis nunca antes conhecidos (ainda em 1998 chegou a atingir 4,6 milhões de desempregados nos números oficiais, embora na realidade os números pudessem ter sido bem mais elevados). A «tarefa intelectual-moral» de combater o desemprego — foi assim que Kohl se expressou no discurso da sua primeira tomada de posse — acabou por nunca se cumprir nos 16 anos da sua governação. Tornou-se, sim, e de ano para ano, numa realidade cada vez mais imortal com o aumento permanente do número de desempregados.

A política de Kohl beneficiou sempre, e cada vez mais, os interesses dos ricos à medida que o tempo passava. Já em 1984, o seu partido democrata-cristão (CDU alemão) e o próprio Kohl eram beneficiados com donativos de milionários (Flick, entre outros), no fundo, dinheiros sonegados ao fisco. Foi nessa altura igualmente que um ministro do partido liberal (FDP) coligado no governo com a CDU de Kohl, o aristocrata Conde Lambsdorff se viu em maus lençóis, a con-

tas com a justiça por problemas de fuga ao fisco. Saiu, contudo, perfeitamente ileso dessas trapalhadas e permaneceu na política ora como ministro ora como deputado até à data.

Escândalos e derrapagens

Em 1985, Kohl recebe a visita do presidente americano e leva-o, nas cerimónias protocolares, a depor uma coroa de flores no túmulo do soldado desconhecido em Bitburgo, região de Eifel, em cujo cemitério se encontram sepultados muitos nazis. O assunto foi considerado um acto de mau gosto em vários meios democráticos e causou um certo escândalo diplomático, mas hoje já poucas pessoas se lembram disso.

Em 1985, numa altura em que americanos (com G. Bush), ingleses (com Thatcher) e os próprios alemães já tinham Gorbachev razoavelmente nas mãos, Kohl derrapa numa declaração e compara Gorbachev ao ministro nazi Goebbels,

difundindo uma afirmação sua de forma descontextualizada. Mas os registos magnéticos provaram claramente o que Kohl dissera, ficando claro que também mentiu, portanto, no Parlamento, já que, por parte da revista, não houvera nenhuma descontextualização das suas afirmações. Esta derrapagem não o impediu de se «tornar amigo» de Gorbachev, amizade que pareceu sólida até à entrada em cena de Boris Ieltsin.

Hoje em dia, Gorbachev, Gorbis, etc., não passa, para muitos alemães, de marcas de vodka barato que uma pessoa compra em qualquer supermercado.

O grande negócio de H. Kohl dá-se em Julho de 1990 no Cáucaso, num encontro com Gorbachev em que estavam também Gencher, Chevardnaze e respectivas comitivas. Antes disso, convém dizer que Gorbachev já havia estado na América conferenciando com Bush e cedera irremediavelmente nalguns pontos. Concordeu com a unificação da Alemanha, embora a quisesse fora da Nato. Bush respondeu-lhe que não conseguia ver a Alemanha fora da Nato e achou que os alemães é que deveriam decidir isso. Os acompanhantes de Gorbachev tiveram imediata percepção de que o presidente da URSS tinha ido longe de mais e acabava de ser enrolado. Nem contrapartidas de «ajuda económica» obteve de Bush. E é no Cáucaso que Kohl, já informado do resultado das conver-

Este negócio foi assim realizado, embora poucos dias antes Gorbachev tivesse telefonado ao governo de Hans Modrow com uma conversa completamente diferente. Em seguida, com o desmantelamento da indústria da RDA, as privatizações de boa parte das infra-estruturas realizadas pela Treuhand (agência fiduciária do Estado alemão) e outras vendas, é de supor que a RDA não tenha custado nada à RFA e que, pelo contrário, ainda lhe tenha dado lucros chorudos.

Fiscos e tragédias

Um dia, mais tarde, em Paris, encontrei uns turistas russos e perguntei-lhes o que pensavam de Gorbachev. Responderam: **Durrak!** Fiquei sem saber se a palavra significava imbecil, parvo ou traidor. Pensei que a tradução exacta no caso vertente vinha a dar no mesmo. A destruição da URSS já estava consumada com todo um cortejo de grandes tragédias... que se repercutem até hoje. Após a publicação do seu livro «A Perestroika», confesso que fiquei entusiasmado com Gorbachev e até escrevi o artigo «O Novo Pensamento» (revisão positiva publicada no «Diário do Alentejo»). Pensei que o homem estivesse de boa-fé. Afinal, serviu não para reestruturar o socialismo mas sim

(conforme o ponto de vista) o agente de uma anexação. O outro vai deslizando para um limbo de esquecimento na amnésia colectiva. Já o vi com Raisa, como convidado certamente pago por bom *cachet* num programa de variedades alemão (parecido aos nossos eventos pimba) e, em certa altura, inspirou-me alguma compaixão, apesar de todos os pesares. Mas adiante...

Em 1990, o chanceler desinteressava-se pela política interna. As directorias da política económica, de natureza neoliberal, estão nas mãos de ministro do pequeno partido liberal da coligação, o FDP, «o partido dos que ganham melhor», como se auto-intitularam (não sem verdade) numa campanha eleitoral, o que, todavia, os penalizou nos votos. O chanceler vai-se dedicar cada vez mais à política europeia numa base de amizades que constrói com Mitterrand, com Felipe Gonzalez e outros.

A política social do governo de Kohl tornou-se, segundo alguns comentadores, um fiasco vergonhoso, pois neste sector foram «poupados» mais de 100 mil milhões de marcos (algo como 10 mil milhões de contos?) à custa dos mais frácos e necessitados, reduzindo as pensões, os subsídios dos deficientes, dos desempregados, dos beneficiários de ajuda social, etc. Enquanto isto, o FDP não perdia pitada para acariñar as grandes empresas, deteriorando pensões e salários, aumentando o desemprego...

Um bispo da Igreja Evangélica alemã, a senhora Jepsen, acusou o governo de ser responsável pela pobreza crescente das mulheres, com incidências particularmente graves no aumento da prostituição infantil.

No campo ambiental, houve vários escândalos ligados a deficiências nos reatores atómicos produtores de energia e asfaltou-se um milhão de hectares em estradas e auto-estradas numa clara opção pela indústria automóvel, quando muitas organizações ambientais reclamam a transferência de boa parte do tráfego para os carris e para o desenvolvimento ferroviário.

No capítulo dos direitos fundamentais, das garantias e das liberdades individuais, Kohl e o seu partido conseguiu atrelar o SPD a várias revisões constitucionais. O balanço é também aqui muito negativo, com discriminações dos estrangeiros, política de estrangeiros xenófoba, agravamento das condições de asilo político, controlos auxiliados por tecnologia altamente sofisticada. Há quem fale de 16 anos perdidos neste âm-



to. A repressão aumentou, a escuta telefónica (Lauschgriff) tornou-se legal sob pretexto de combater a criminalidade organizada, houve fogos postos em lares de estrangeiros e outros atentados por parte de organizações da extrema-direita nazi-fascista, com muitos feridos graves e mortos a lamentar.

«Fora de si»

É também no governo de Kohl que, após a recuperação da soberania total, o exército alemão volta a poder entrar em acção nas áreas fora da influência da Nato.

Kohl tolera mal a diferença, mesmo dentro do seu partido, e sempre teve um faro especial para detectar possíveis rivais (normalmente mais cultos e retoricamente superiores — o que, de resto, no caso de Kohl até é relativamente fácil, pois o chanceler cessante nunca se desentencionou do seu dialecto do Palatinado, articulando-se num alemão relativamente pouco elaborado). Reiner Geissler, Lothar Späth, Kurt Biedenkopf, potenciais candidatos à liderança da CDU, foram sendo todos «arrumados», ora nos governos dos landes ora em postos de secundária importância.

No campo adversário, Kohl derrotou Helmut Schmidt, derrotou Rau, Vogel, Lafontaine e Scharping, a fina flor do SPD, em sucessivas eleições. Este caso de fortuna eleitoral é estranho e difícil de explicar para a «intelligentsia» alemã, quando se sabe que boa parte dos cabareteiros, caricaturistas, parodiantes, jornalistas, universitários, etc., estão de acordo quanto à pobreza linguística e banalidade conceptual do chanceler cessante.

Kohl sempre teve um relacionamento difícil com os jornalistas, pois via-os apenas como instrumentos que o deviam servir. E quem não

dobrasse a cerviz, dando provas de independência, não gozava do seu respeito. Aliás, há quem veja na evolução de Kohl um percurso que vai do democrata conservador, católico, até ao autocrata cada vez mais autista, se calhar também por motivo da longa permanência no governo.

Parece que Kohl (muitas vezes alcunhado de «pêra» — em alemão: birne, por os caricaturistas desenharem a sua cabeça em forma deste fruto) terá sofrido bastante com as anedotas e piadas a seu respeito. Uma vez, em território da ex-RDA, alguns desempregados (que na RDA nem sonhavam com tal estatuto) apuraram o chanceler, acertando-lhe com ovos e tomates na cabeça e noutras partes do corpo porque Kohl lhes havia prometido «paisagens florescentes» nos seus discursos (blühende Landschaften). Fora de si, o homem correu desarvorado querendo afrontar a multidão, tendo só dificuldade de ser controlado pelos seus guarda-costas.

Algo se disse sobre este homem que marcou bastante a política europeia dos últimos 16 anos muito mais ficou por dizer.

Hoje, o novo chanceler, Gerhard Schroeder, significou-lhe o seu respeito por motivo da reunificação e o euro, numa passagem de testemunho muito cordata. Dos 666 votos expressos, 665 foram válidos; 351 foram a favor de Schroeder; 271 contra e 27 abstenções. Kohl é agora um deputado do CDU no Parlamento.

A Alemanha tem novo governo, mas será que vai ter nova política? Ter ou não ter nova política, eis a questão para este grande país no coração da Europa!

Nota: Este artigo baseia-se, em boa parte, num documentário televisivo recheado de dados, de testemunhos de personalidades e de documentos fílmicos retrospectivos sobre acontecimentos realmente acontecidos, difundido na noite de 27-10-1998, no canal televisivo alemão Phoenix.

Neste momento em que em todo o mundo se voltam olhares de simpatia para o País Basco e para a legítima aspiração do seu povo à independência, é-me grato verificar como em Portugal múltiplas vozes fazem eco a esse sentimento.

O encontro de Lizarrá aproximando as várias forças independentistas e, logo após, o abandono da luta armada pela ETA abriram caminho a uma nova visão do problema basco e sensibilizaram a opinião pública em Espanha e no estrangeiro para a compreensão, para a busca de soluções.

As eleições autonómicas foram expressivas demonstrações do enorme peso não só do Partido Nacionalista Basco como da esquerda aberta de nos rumos novos da sua Pátria, aquela que ainda hoje conserva a única língua anterior à romanização da Península, o euskarra, falada provavelmente pelos antigos povos camínicos que a habitaram.

Surgiram entretanto ideias, que vão ganhando amplitude, como a da possibilidade de uma confederação futura de nações independentes ibéricas, que, além da Espanha, abrangeria a Catalunha, a Galiza e o País Basco.

Neste clima de alegrias e incertezas, esperanças e projectos diversos, com as cidades bascas em efervescência pacífica e muita da juventude exigindo novos passos do governo central espanhol que venham de algum modo ao encontro da atitude da ETA pondo termo à violência de uma guerra civil cruenta, há um gesto de reconciliação que se impõe e que vem decerto ao espírito de muita gente.

Refiro-me à libertação dos membros da mesa (direcção) do histórico partido de esquerda basco Herri Batasuna, que há oito

Palavras e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

Liberdade para os dirigentes encarcerados do Herri Batasuna

meses cumprem a pena de sete anos que lhes foi imposta num julgamento iníquo e escandaloso (é-o mesmo dentro das fronteiras de Espanha), dada a fragilidade das provas apresentadas e a própria natureza da acusação: a intenção que o Herri Batasuna tinha de apresentar publicamente, durante uma campanha eleitoral, um vídeo da ETA, que continha uma proposta de paz conducente à autodeterminação.

Os acusados, que ora sofrem as duras condições do cárcere, são idealistas generosos, deputados, autarcas, políticos, personalidades que podem ter um papel importante nas negociações indispensáveis para a tranquilidade, a prosperidade, a realização do povo basco e não devem continuar enclausurados.

Que estas palavras sejam repetidas e ouvidas em Euzkalerria e em Madrid e que possam ter algum efeito, que alertem a consciência mundial, é o voto que faço ao terminar esta breve nota, este apelo à solidariedade e à justiça, aos homens de boa vontade.

Coisas da vida

■ Anabela Fino

Amorte anunciada de José Cardoso Pires não tornou menos sentida a perda de um homem que pela sua obra se tornou uma referência para muitos de nós. A notícia, que a prolongada doença tornou iminente, apanha-nos no entanto desprevenidos, como se, no fundo, a ideia da morte nos fosse estranha. Paradoxo absurdo, como tão bem sabemos. Resta-nos a vida, que a morte está certa, diz-se, sem contudo se acreditar.

E, no entanto, é sobretudo na morte dos outros que nos lembramos da importância que tiveram na vida. Na deles, e na nossa. Como se uma espécie de pudor nos tolhesse, em vida, de exprimir os sentimentos que outras vidas tiveram o condão de acender em nós. Quando nos apercebemos disso, é quase sempre demasiado tarde, porventura inútil. Por isso choramos nos mortos, mais do que a ausência, a injustiça de nos deixarem a braços com a vida amputada de presenças e cada vez mais cheia de vazios, repleta de palavras por dizer e de gestos por cumprir, somando o que diminui, sozinhos com memórias nunca partilhadas.

Chora-se nos mortos a dor dos vivos. E o que dói é que a morte — a vida? — roube os momentos de prazer, as alegrias, as dúvidas, a raiva, os gostos e desgostos, os entendimentos e os desencontros, que se acreditava poder continuar a usufruir através de todas essas vidas que mesmo sem o saberem fizeram parte das vidas de tantos outros. Sejam eles familiares, amigos, simples conhecidos, gente anónima ou figuras públicas, cineastas, pintores, artistas, escritores, compositores, filóso-

fos, poetas, ao morrerem deixam mais pobres os vivos. E isso é doloroso. Não haverá mais nenhum «Dinossauro Excelentíssimo» nem outra «Balada da Praia dos Cães», como não haverá mais «Senhores da Guerra» ou «7 Samurais», nem «Kilas, o Mau da Fita», ou «Manifesto anti-Dantas» declamado numa qualquer sala de teatro, nem «Heróicas» dirigidas em concerto, nem...

Revisitam-se as obras, é certo. Até há quem se aproprie delas, as tome como exemplo, e isso — diz-se — é uma forma de continuar vivo.

Certamente outros nomes, outras vozes, outros estilos, outras músicas, outros filmes, outras obras, enfim, virão ajudar a pensar o mundo e a fornecer apetrechos para o transformar, num ciclo que cremos ininterrupto neste ponto ínfimo do universo em que existimos. Mas esta inevitabilidade da vida feita de mortes não diminui a dor da perda. E, no entanto, como dizia Zé Gomes Ferreira, é bem verdade que «viver sempre também descano», deixando alguém a velar um merecido descanso, alguém que informasse as visitas, em voz baixa: «Suicidou-se esta manhã, agora não o vou acordar por uma bagatela.» Liberdades poéticas, dirão os cépticos, mas quem pode negar que, a ser assim, depois seria mais fácil recomençar?

O que dói na morte é tudo o que fica por viver. O que às vezes cansa é este eterno trabalho de semeadores de tão problemática sementeira.

O que consola na morte é sabê-la húmida da vida. Saibamos nós honrar os que partem tornando-a melhor.

«Santo» de pau carunchoso

Paulo Portas anunciou ao jornalistas que não faria campanha eleitoral no passado domingo, Dia de Todos os Santos, para respeitar o calendário religioso, chegando ao ponto de criticar o seu «aliado» na hipotética «AD», Marcelo Rebelo de Sousa, por este ter marcado intervenções eleitorais para esse dia. Chegado o dito feriado, Paulo Portas não achou melhor local para praticar o seu «recolhimento católico» do que a feira anual de Chaves onde, durante a manhã, se mostrou o mais que pôde aos visitantes da feira, a quem procurou atrair, não para a sua febre beata, mas para a sua campanha do «não». Mas não se ficou por aqui, o «recolhimento católico» de Portas: à tarde deslocou-se às sedes do PP na Régua e em Mesão Frio onde, a pretexto de «conhecer» os locais, lá procurou de novo vender o seu peixe anti-regionalista, tudo muito «recolhidamente». Para rematar este incrível espectáculo de demagogia, Portas chegou ao pormenor

PONTOS CARDEAIS

de não avisar os jornalistas de todas estas deslocações, certamente levando demasiado à letra a teoria jornalística que presume que o que não é noticiado não existe. Mas existe. E deixa à mostra, neste caso, um «santo» de pau carunchoso...

Miséria e suicídio

Apesar dos parcos estudos conhecidos, uma realidade está a impor-se: aumentam vertiginosamente os suicídios de emigrantes nos Emiratos Árabes e no Kuwait. O enforcamento, o envenenamento e o salto de arranha-céus são os meios mais utilizados por emigrantes provenientes da Índia e do Ásia que, ao se verem confrontados com ordem de expulsão por parte destas monarquias do Golfo, se suicidam para escapar à desonra de um regresso aos países de origem na mesma situação de miséria com que saíram. As ordens de expulsão são aplicadas a

todos os que não obtêm o indispensável fiador para a concessão de autorização de trabalho. Após meses de desemprego e o inevitável endividamento, estes emigrantes são liminarmente condenados à expulsão pelos regimes do Golfo que exploram a sua mão-de-obra barata, provocando este novo «fenómeno» de suicídios.

Entretanto, o Ocidente e, em particular, os EUA continuam apenas preocupados com a vigência da sua «ordem internacional» na zona.

Os (des)gostos de D. Rafael

D. Rafael, bispo de Bragança, resolveu mostrar a sua queda para crítico literário e confessou ao *Diário de Notícias* que o Prémio Nobel não devia ter sido atribuído a José Saramago. «Deviam esperar mais uns anos e, depois, darem-lhe o prémio pela obra completa», defende o bispo de Bragança, sem

explicar o que entende por «obra completa» e por que razão «mais uns anos» davam legitimidade a um Prémio sobre uma obra e um autor com créditos mais que firmados, tanto nacional como internacionalmente. Todavia, apesar de confessar que «não gosta de perder tempo a ler Saramago» e de o seu conhecimento da obra do autor se limitar «à leitura de umas páginas, nunca tendo levado um livro até ao fim», D. Rafael sente-se em condições de decretar que José Saramago não sabe «fazer a pontuação», que o Nobel «não foi dado à língua portuguesa», embora admita que este autor é um «homem sério e inquieto», acalentando por isso a esperança de que o escritor ainda enverede pelo «caminho da busca da beleza e da verdade».

Ora aí está uma esperança que, certamente, todos desejamos que ilumine o próprio D. Rafael.

Arquimedes a peso

Uma obra em pergaminho, datada de há mil anos e que constitui a mais antiga cópia de um trabalho de Arquimedes, foi vendida por dois milhões de dólares a um comprador anónimo, num leilão realizado em Nova Iorque. O volume, com 174 páginas, contém as notas e os cálculos referentes a duas das mais famosas teorias do matemático grego: *Sobre os Corpos Flutuantes* e *Método dos Teoremas Mecânicos*. O leilão, que decorreu na conhecida casa Christie's, demorou apenas um minuto e meio, o tempo que demorou a ser alcançada a oferta máxima. Refere o *DN* que, entre os interessados em comprar o volume, vulgarmente conhecido como o *Palimpsesto de Arquimedes*, contava-se o Governo grego, que afirma que a obra foi roubada de uma biblioteca grega e é, legalmente, propriedade daquele país. Depois do códice de Leonardo da Vinci comprado pelos milhões do patrão da Microsoft, Bill Gates, é agora a vez de Arquimedes ser vendido a peso de ouro nos Estados Unidos da América, onde até os tesouros da cultura universal são transformados em mercadoria a arrematar pelo melhor preço. E agora com um pormenor curioso: os leilões de tesouros da cultura universal já se fazem, descontraidamente, com objectos roubados, sem que se questione a sua origem ou a propriedade do vendedor...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Actualidade

Versos para um José

Uma noite, longa noite, sem sabermos em que esfera quem eras eu não sabia não sabias quem eu era.

Logo que entrámos no carro pusemos óculos fumados falávamos mas não muito ante o silêncio solene.

Andámos, andámos sempre com os negros óculos postos e as janelas fechadas nem nas estrelas fiando.

Dois carros vieram mais com os intervalos certos uma reunião plenária do sector intelectual.

Já com o princípio da noite a cidade esmoreceu até ficar uma cinza depois nem isso, nem nada.

O fundo de um poço a haver. A não ser, de quando em quando, murmúrios e vozes mudas curvas, regressos, vertigem.

Quando parou o motor vieram palavras amáveis pouco mais que sussurradas camaradas, tudo bem?

Não tirem os óculos já desculpem, mas tem de ser são cuidados de rotina é incómodo, mas tem de ser.

Seguraram-nos pela mão. Havia terra batida havia um cheiro a flores doces, e um portão rangendo.

Andámos por corredores e subimos uns degraus e descemos dois degraus mais degraus. Fora com os óculos!

Fui o primeiro a tirá-los. Tu estavas à minha frente tinhas – desculpa-me! – um ar de gangster americano.

As janelas entaipadas. Na casa de banho as vidraças estavam todas forradas com as folhas largas do Século.

Talvez te faltasse o uísque. Eu vinha cá fora às vezes por causa da minha asma. Era fumo ou era plâncton?

Manhã quase, ouviu-se um galo não muito longe. Devia ser galo de confiança porque ninguém se alarmou.

E depois foi o regresso foram os óculos do segredo até à grande cidade à cidade sem disfarce.

Até hoje, nunca soube quem tu eras, nem tu eu nós sabíamos quem éramos sabíamos o principal

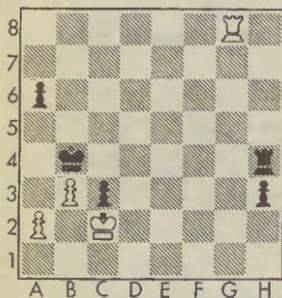
éramos aquela noite aqueles óculos fumados.

XADREZ

DCLXXXI - 5 DE NOVEMBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998X44

Por: Alexis Selesniev
«Niva» - 1912

Pr.: [5]: Ps. a6, c3, h3 - Th4 - Rb4
Br.: [4]: Ps. a2, b3 - Tg8 - Rç2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998X44 [A. S.]

1. Tg5!, h2; 2. a3+, R:a3; 3. Ta5+, Rb4; 4. Ta4+ eg. 1. Td4; 2. a3+, R:a3; 3. R:c3 eg. 1. Th8; 2. a3+, R:a3; 3. Tg4 eg.

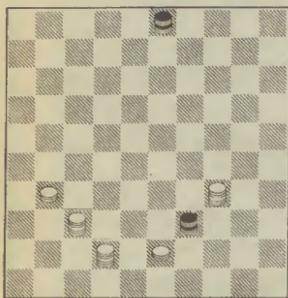
A. de M. M.

DAMAS

DCLXXXI - 5 DE NOVEMBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998D44

Por: M. J. Kuipers La Haye[NL]
«L'Effort n.º 138», F., III/IV.1971

Pr.: [2]: (3)-(39)
Br.: [5]: 31-(34)-(37)-(42)-43



Branças jogam e ganham

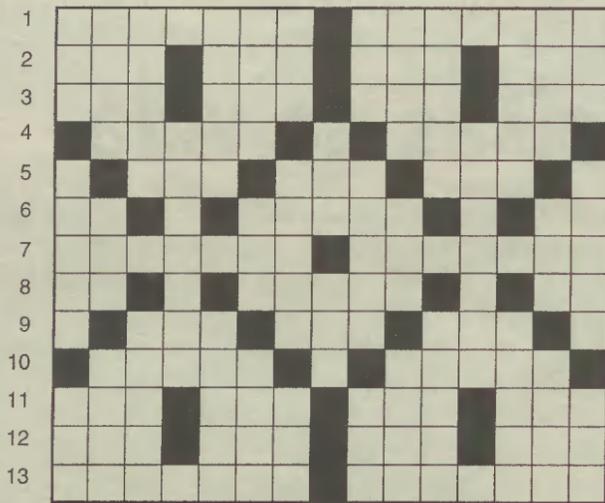
SOLUÇÃO DO N.º 1998D44 [M.J.K.]

1. 34-25!, (39x48); 2. 31-27, (3-26); 3. 37-31, (48x37)*; 4. 31x48, (26-17 ...); 5. 27-21, (...17x26); 6. 25-3 + 2. (3-8...); 2. 37-14, (48x20); 3. 25x26 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Recorte pouco profundo, e geralmente arredondado, no bordo das folhas vegetais ou em qualquer órgão (pl.); aquele que fala em público e por ofício. 2 - Cólera; elemento de formação de palavras, de origem latina, que exprime a ideia de ovo, óvulo; insignificância (fig.); joieira. 3 - Ilha do arquipélago de Cabo Verde; mealheiro (prov.); grande quantidade; porcos (prov.). 4 - Apreciado verniz (charão), base da constituição de uma matéria que tem sido, desde tempos remotos, produzida e aplicada, na China e no Japão, na confecção de objectos de reconhecido valor (pl.); alforjes. 5 - Iniciais da frase inglesa *save our souls* (salvai as nossas almas), usada pela marinha para pedir socorro; rochedo (bras.); estudar. 6 - Língua que se falava outrora ao sul do Loire (França); tornei mole ou brando; pedra de moinho. 7 - Tritura com os dentes; arrastar para longe. 8 - Alumínio (s.q.); oprime; apelido. 9 - Em partes iguais; nome de mulher; parceiro. 10 - Amarrada; molestar. 11 - Arco de cabaz; acolá; nota musical (pl.); ponto cardeal oposto ao norte. 12 - Textualmente; animação (fig.); abalado; cento e dois romanos. 13 - Guamecera com arames; disfarce carnavalesco.

VERTICAIS: 1 - O m.q. lírio; terreno plantado de árvores frutíferas; membro do corpo de um animal, que serve para o voo. 2 - Verbal; óxido de cálcio; empunhar. 3 - Projétil de arma de fogo (pl.); acomete. 4 - Muro entre dois baluartes. 5 - Esconderijo de peixe (pl.); arma branca, de lâmina curta e larga. 6 - Germes (fig.); elemento de formação de palavras, de origem latina, que exprime a ideia de eu; formar em alas. 7 - Nota musical (pl.); magnetiza; nome de mulher. 8 - Aperto com nó; a primeira mulher. 9 - A parte inferior do pão; provera de asas; a minha pessoa. 10 - Célula que resulta da fecundação dos gâmetas (pl.); encoleriza; azáfama. 11 - Substância calcária, em regra vermelha, que entra na constituição do polímero de uns celenterados marinhos e que é usada em joalheria; unidade monetária do Chile, Colômbia, Cuba, México, Uruguai e Guiné-Bissau (pl.). 12 - O m.q. acetona (pl.). 13 - Pessoa a quem, por lei, é confiada uma tutela; pequena embarcação de dois mastros e velas latinas. 14 - Ouvidos (pref.); porém; desmornar-se. 15 - Chefe etíope; ciência dos bons costumes; o bagaço da uva de que se faz água-pua.

HORIZONTAIS: 1 - Lábios; locutor. 2 - Ira; ovi; avo; uia. 3 - Sal; cós; for; tós. 4 - Lacs; sacos. 5 - SOS; ita; ler. 6 - Oco; com; mo. 7 - Mastiga; amolar. 8 - Al; onera; Sa. 9 - And; Av; par. 10 - Alada; lcar. 11 - Asa; alti; mis; sul. 12 - Sic; hmar; lsa. 8 - Aot; Eva. 9 - Lar; alar; mtr. 10 - Ovos; ita; adaga. 6 - Ovos; ego; alar. 7 - Sic; hmar; lsa. 8 - Aot; Eva. 9 - Lar; alar; mtr. 10 - Ovos; ita; adaga.

VERTICAIS: 1 - Lis; pomar; asa. 2 - Orai; cal; asir. 3 - Balas; ataca. 4 - Cortina. 5 - Locas; lida. 11 - Corri; pesos. 12 - Cetonas. 13 - Titor; rasca. 14 - Oros; mas; rnr. 15 - Rds; morri; ita.

SOLUÇÃO

AGENDA

Seixal

Assembleias plenárias de preparação da VII Assembleia da Organização Concelhia, marcada para 22 de Novembro, na SF União Seixalense

- Grupo C (Telecom, CTT, Metalbaía, A. Silva & Silva, Sonsen Pool), hoje, 17h30, IFC Torrense
- Comissão Local de Miratejo, dia 13 (sexta-feira), 21h00, delegação da Junta de Freguesia
- Comissão de Freguesia de Corroios, dia 14 (sábado), 15h00, CT do PCP
- Comissão de Freguesia de Paio Pires, dia 14 (sábado), 15h00, Paio Pires Futebol Clube
- Comissão de Freguesia do Seixal, dia 14 (sábado), 15h00, CT do PCP
- Comissão de Freguesia da Arrentela, dia 14 (sábado), 15h00, CT do PCP
- Comissão de Freguesia da Amora, dia 14 (sábado), 15h00, CT do PCP
- Célula dos trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal, dia 12 (quinta-feira), 17h30, no CT do PCP no Seixal
- Grupo A (Compelmoda, Delphi, Indelma, Elo), dia 14 (sábado), 15h00, CT do PCP no Seixal
- Célula dos professores, dia 14 (sábado), 21h00, CT do PCP no Seixal



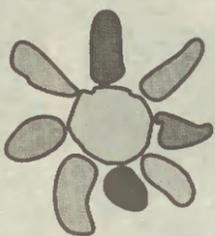
7 de Novembro

**81º aniversário
da revolução
socialista
na Rússia**

Almoço comemorativo, sábado, às 13 horas, no CT do PCP na Amadora, com Vítor Dias.

Iniciativa comemorativa, sábado, às 21 horas, no CT do PCP na Brandoa, com José Casanova.

Sim às Regiões Portugal fica a ganhar



PCP

comício festa

**DIA 6 NOVEMBRO 6ª feira 21 HORAS
PAVILHÃO CARLOS LOPES**

*Com a presença
de Carlos Carvalhas
Secretário-Geral do PCP*

Espectáculo com:
Os Navegante

Hoje

- 21.30 - Comício com **Carlos Carvalhas**, no Centro Cultural do Entroncamento
- 21.30 - Debate com **João Amaral**, no Cine-Teatro S. João, em Palmela
- 21.30 - Debate com **Luísa Araújo**, nos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo
- 21.00 - Sessão em Arez, Alcácer do Sal
- 21.00 - Sessão com **Joaquim Matias**, no Vulcanense, em Alcochete
- 21.00 - Sessão com **José Morais**, em Coima
- 21.00 - Sessão em São Lourenço, Setúbal
- 21.30 - Sessão na Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Almada
- 21.30 - Sessão de esclarecimento, na Assoc. de Educação Popular do Zambujal, com João Bernardino

Amanhã

- 21.00 - Sessão com **Sérgio Teixeira**, na Casa Municipal da Cultura de Cantanhede
- 21.30 - Sessão com **João Amaral**, na colectividade Império, na Marinha Grande

Comício de Lisboa

Autocarros dos concelhos

- CASCAIS: 20h00 — Sassoeiros, junto ao Café Santos; 20h05 — Rebelva, rotunda à entrada do Lidl; 20h10 — Parede, junto aos Bombeiros; 20h15 — Rana, no Largo; 20h20 — Tires, no Alto; 20h30 — Manique, na ponte, frente à oficina de motos; 20h40 — Alcabideche, junto aos Bombeiros; 20h45 — Cascais, na paragem da Av. 25 de Abril.
- SINTRA: 20h00 — Algueirão, no CT do PCP; 20h05 — Mercês, nas bombas; 20h10 — Rio de Mouro, no CT; 20h20 — Cacém, no CT; 20h30 — Belas, no jardim; 20h40 — Queluz, nos Quatro Caminhos (inscrições pelos telefones 9142336 e 9131355).
- OEIRAS: 19h45 — Oeiras, na estação; 19h55 — Paço d'Arcos, no mercado; 20h00 — Porto Salvo, junto à SIMPS; 20h05 — Leceia, no Largo; 20h10 — Tercena, junto ao GRT; 20h20 — Queijas, junto à igreja; 20h25 — Carnaxide, na ex-Vimeca; 20h30 — Linda-a-Velha, junto à Caixa Geral de Depósitos; 20h35 — Algés, na Praça D. Manuel.

DORL-LORES DO PCP

Magustos

Sábado, na Quinta da Atalaia, organizado pela Zona Centro da Cidade de Lisboa do PCP, com saída do CT Vitória às 8 horas e excursão (Ponte Vasco da Gama, Palmela, moinho-de-maré em Corroios). Regresso previsto para as 20 horas. Inscrições (2750 escudos) no CT Vitória.

Sábado, 13 horas, Quinta da Atalaia, organizado pela Comissão Concelhia do Seixal e pela Comissão de Freguesia da Amora do PCP, com a participação de **Carlos Aboim Inglez**. Também animação musical.

Quarta-feira, 11 de Novembro, a partir das 18 horas, no CT de Algés, organizado pelo sector de empresas. Inscrições (1000 escudos) no CT de Algés.

TELEVISÃO

Quinta, 5

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.45 Horizontes da Memória
16.20 O Amigo Público
17.55 Futebol: Taça das Taças - Braga vs. Lokomotiv Moscovo
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 Campanha Sobre o Referendo
21.50 Debate Sobre a Regionalização
23.35 Liga dos Campeões (Balanço)
00.35 Anúncios de Graça (Estreia)
01.10 24 Horas
02.05 Perigo Total (de Tom Mankiewicz, EUA/1992, com Tony Goldwin, Lynn Whitfield, Alan Arkin, George Segal, Peter Boyle. «Thriller».)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 O Mundo é um Manicócio (de Frank Capra, EUA/1942, com Cary Grant, Josephine Hull, Jean Adair, Priscilla Lane. Ver Destaque.)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Planet of Life (Estreia)
19.30 Caderno Diário
20.05 Hugo
20.30 Sinbad, O Marinheiro
20.45 Campanha Sobre o Referendo
21.05 Portugalmente



«Canções da Nossa Vida», com Diogo Infante

21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 No Meu Cinema (Estreia): Rebecca (de Alfred Hitchcock, EUA/1940, com Laurence Olivier, Joan Fontaine, George Sanders, Judith Anderson, Nigel Bruce. Ver Destaque.)
00.20 A Linguagem Humana

SIC

08.00 Buérré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
19.00 Direito de Antena
19.15 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 As 100 Fotos do Século
21.00 Torre de Babel
22.00 Cantigas de Maldizer
23.15 Grande Reportagem
00.15 Último Jornal
02.15 Sentinela
03.15 Portugal Radical
03.45 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Fascinação
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 C-16
19.00 Direito de Antena
19.15 Pacific Blue
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 O Mocho (de Roger Donaldson, EUA/1987, com Kevin Costner, Gene Hackman, Sean Young, Will Patton, George Dzundza. «Thriller».)
01.20 Seinfeld
02.10 Desporto
02.50 Cantinflas em Calças Pardas (de Juan Bustillo Oro, Méx./1940, com Mario Moreno, Sara Garcia, Joaquín Pardavé. Comédia)

Sexta, 6

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 Companhia dos Animais
17.15 O Amigo Público
19.00 Campanha Sobre o Referendo
19.15 País, País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Jet Set
21.35 Uma Casa em Fancios
22.30 Serviço de Urgência
23.25 Radar
00.05 24 Horas
01.30 Amityville, A Mansão do Diabo (de Stuart Rosenberg, EUA/1979, com James Brolin, Margot Kidder, Rod Steiger. Terror.)
03.25 Fórmula 1 - GP do Japão

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Terra (Estreia)
16.30 Os Invasores (Estreia)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 O Corpo Humano (Estreia)
19.30 Caderno Diário
19.40 Hullabaloo
20.05 Hugo
20.30 Timon e Pumba
20.45 Campanha Sobre o Referendo
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece

Sábado, 7

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.15 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.55 Espelho Meu
15.30 Saber & Fazer
16.10 O Rapaz e o Mundo
16.45 Histórias de Seregenti
18.05 Estrada Viva
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Vitória de Guimarães vs Sporting
23.00 Miguel Ângelo ao Vivo
00.25 86-60-86
01.05 24 Horas
01.45 O Corvo - A Cidade dos Anjos (de Tim Pope, EUA/1996, com Vincent Perez, Mia Kirshner, Richard Brooks, Iggy Pop. «Thriller».)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Sábado Clássico (Estreia)
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.45 Caminho das Estrelas (Estreia)
19.40 2001
20.20 Manga (Estreia)
20.55 Fantástico Futuro (Estreia)
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô! Allô! (Estreia)
00.05 Vicar of Dibley (Estreia)
00.35 O Riso ao Poder
01.05 O Passo Suspenso da Cegonha (de Theo Angelopoulos, Gr./Fr./It./Suíça/1991, com Marcello Mastroianni, Jeanne

Domingo, 8

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
08.45 Referendo Sobre a Regionalização
10.30 Infantil / Juvenil
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Que Vida Esta!
16.00 Sub 26
17.15 GLX
17.50 Casa Cheia
18.30 Referendo Sobre a Regionalização
24.00 Millennium
01.00 24 Horas



«Olhos nos Olhos», com Maria João Seixas



A telenovela «Os Lobos»

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.20 Viagens (Estreia)
11.50 Mulheres de Armas (Estreia)
12.50 Excentricidades em Hollywood
13.30 Viúvas (Estreia)
14.20 Sarilhos com Elas
15.00 Desporto 2
18.05 Jornal de África
18.30 Histórias de Nikita II (Estreia)
19.30 Bom Bordo
20.00 Os Simpsons
20.35 Onda Curta
21.00 Artes e Letras: Beatriz Costa
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Olhos nos Olhos (Estreia)
01.00 Ivanhoe (Estreia)

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Annie (de John Huston (EUA/1982) com Aileen Quinn, Albert Finney, Carol Burnett, Bernadette Peters. Ver Destaque.)
16.00 Do Cabaret Para o Convento (de Emile Ardolino (EUA/1992) com Whoopi Goldberg, Maggie Smith, Harvey Keitel, Mary Wickes. Comédia)
18.00 Chuva de Estrelas
19.00 Referendo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Referendo
23.30 Na Lista do Assassino (de Buddy Van Horn (EUA/1988) com Clint Eastwood, Patricia Clarkson, Liam Neeson. Policial)
00.40 Último Jornal
01.15 Dra. Quinn
02.15 Portugal Radical

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.15 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Geo: Os Olhos do Mundo
15.00 Adultos à Força
16.00 Doido Por Ti
16.30 Dinheiro em Jogo (de Douglas Day Stewart, EUA/1989, com Kirk Cameron, Jami Gertz, Roy Scheider, Amanda Peterson. Drama)
18.45 Desafios
19.00 Especial Informação Referendo
19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
21.30 Especial Informação Referendo
23.00 Em Busca da Cidade Perdida (de Jean-Claude Van Damme, EUA/1995, com Jean-Claude Van Damme, Roger Moore, Abdel Qissi. Artes Marciais)
00.30 Sob Suspeita (de Peter Yates, EUA/1987, com Cher, Dennis Quaid, Liam Neeson, John Mahoney, Joe Mantegna, Philip Bosco. Ver Destaque.)
02.45 Cantinflas, Porteiro (de Miguel M. Delgado, Méx./1949, com Mario Moreno, Silvia Pinal, Carlos Martínez, Oscar Pulido. Comédia)

Segunda, 9

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos (Estreia)
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida



Miguel Ângelo apresenta...

23.20 Vidas Proibidas (Ballet Rose)
00.20 24 Horas
01.10 Poltergeist

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.30 Madeira
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Hugo
20.30 Programa a designar
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.45 Jornal Falado
23.45 Dançando no Tempo
00.35 Musical: «A noite com Jools Holland»

SIC

08.00 Buérré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buérré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
20.50 As 100 Fotos do Século
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade - Matar ou Morrer
01.00 Último Jornal
01.35 Portugal Radical
02.05 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
12.40 Serras Azuis (Estreia)
13.30 TVI Jornal
14.20 Fascinação (Estreia)
15.10 Mulher Perigosa
15.50 Serras Cruzadas
16.00 Animação
18.00 Pensacola
19.00 Asas nos Pés
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Soldados da Justiça
23.00 Traição de um Pai (de Brian Dennehey, EUA/1997, com Brian Dennehey, Reed Diamond, Alice Krige. Drama.)
00.50 Just Shoot Me
01.25 4.* a Fundo
02.05 Ponto Final
02.15 Fora de Jogo

Terça, 10

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.00 Amigos
21.35 Herman 98



23.35 Reportagem
00.35 24 Horas
01.25 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 Canção da Saudade (de Henrique Campos, Port./1964, com Vitor Gomes, Florbela Queiroz, Américo Coimbra, Ismael Merlo. Melodrama.)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Uma Janela Sobre a Natureza
19.30 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Hugo
20.30 Sylvan (Estreia)
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Solares Portugueses
23.20 Ler para Crer
00.20 Nash Bridges

SIC

08.00 Buérré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buérré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.30 Alta Traição (de Roger Donaldson (EUA/1987) com Kevin Costner, Gene Hackman, Sean Young, Will Patton, George Dzundza. «Thriller».)
01.40 Último Jornal
02.15 Os Filhos da Guerra
03.15 Portugal Radical
03.45 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
12.40 Serras Azuis
13.30 TVI Jornal
14.20 Fascinação
16.10 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Pensacola
19.00 Asas nos Pés
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Os Silenciadores (de Richard Pepin, EUA/1995, com Jack Scalia, Dennis Christopher, Carlos Lauchu, Lucinda Weist. Mistério)
00.20 Golo
01.30 Just Shoot Me
02.00 Feedback
02.50 Ponto Final

Quarta, 11

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.45 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Debora
21.35 Lotação Esgotada:



«Operação Flecha Quebrada» (de John Woo, EUA/1996, com John Travolta, Christian Slater, Samantha Mathis, Delroy Lindo. «Thriller».)
23.35 24 Horas
00.25 Frank Sinatra - Os Melhores Anos

RTP 2

08.30 Orçamento Geral do Estado (Debate na A.R.)
15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.30 Páginas Negras de Patricia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Os Aventureiros
19.30 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Hugo
20.30 A Carrinha Mágica
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Zoom
23.45 Carlos Cruz 4.-Feira
00.45 Dharma e Greg

SIC

08.00 Buérré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buérré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
20.50 As Cem Fotos do Século
21.00 Malucos do Riso
21.30 Torre de Babel
22.30 Casos de Polícia
23.45 A Verdade Absoluta
00.50 Último Jornal
01.00 Conversas Secretas
02.10 Portugal Radical
02.40 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
12.40 Serras Azuis
13.30 TVI Jornal
14.20 Fascinação
15.10 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Pensacola
19.00 Asas nos Pés
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Ally McBeal
23.00 Situação de Emergência (de Lesli Linka Glatter, EUA/1994, com Joe Mantegna, Lynn Whitfield, Paul Dooley. Drama)
01.15 Just Shoot Me
01.45 Lanterna Mágica
02.20 Ponto Final
02.30 Fora de Jogo

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Mundo é um Manicómio

(Quinta, 15.30, RTP2)

Animadas das melhores das intenções, duas velhinhas decidem cometer uma série de «boa acções»: por exemplo, envenenar cavaleiros de propecta idade, sós e isolados à espera dos seus últimos dias, para que o seu fim não fosse tão dramático e infeliz... Só que, entretanto, outras personagens entram na história e deitam tudo a perder: um sobrinho «louco», que as ajuda no desaparecimento dos cadáveres; um outro sobrinho «normal», que tenta ultrapassar a inconsciência das velhotas; e, ainda, um terceiro sobrinho (este, temível criminoso) ligado a um misterioso cúmplice. São estas as peripécias de uma história divertidíssima (adaptada da célebre peça teatral *Arsénico e Rendas Velhas*) que Frank Capra transforma num dos seus filmes mais deliciosos - provando, aliás, que se sente à vontade em vários géneros. E, para além das actrizes principais, as atenções vão ainda para as primorosas interpretações de Grant, Massey e Lorre, cada um deles quase que ultrapassando-se no adequado tom das suas complexas personagens.



Uma cena de «O Mundo é um Manicómio», de Frank Capra

Rebeca

(Quinta, 22.50, RTP2)

Uma jovem tímida conhece em Monte Carlo um jovem e atraente lord britânico que perdera sua mulher Rebeca em circunstâncias misteriosas. Retornando casados a Inglaterra ao sumptuoso castelo de Manderley, a presença da esposa falecida paira sempre de forma sinistra sobre a vida do casal. E não é menos preocupante o papel da governante da grande mansão que não deixa de aterrorizar a nova mulher do lord. E tudo se desenrola de forma bem sinuosa e progressivamente assustadora até ao *climax* final, em que todas as surpreendentes incidências da morte de Rebeca são finalmente esclarecidas. Sabendo explorar como nenhum outro o contraste aflitivo entre um passado aparentemente diabólico e misterioso (alimentado e também personificado pela governanta) e um presente de fragilidade e inocência (na personagem da jovem esposa), Hitchcock não deixa de fazer cinema europeu e claramente britânico neste seu primeiro filme norte-americano. Os cenários sumptuosos e inquietantes, a encenação laboriosíssima e os papéis de Laurence Olivier, Joan Fontaine e, sobretudo, Judith Anderson tornam este filme aflitivamente inesquecível.

Terra Sangrenta

(Sexta, 22.50, RTP2)

Este filme de contornos polémicos e controversos foi o primeiro realizado por Roland Joffé, um director com vasta experiência no teatro e no documentarismo televisivo. Talvez por isso - baseado em relatos de um jornalista do *New York Times*, Sydney Shanberg, que fez amizade com um jornalista cambodjano, Dith Pran - o filme se debruce, numa simbiose de quase-documentarismo e ficção, sobre um período trágico da história recente do Camboja, no que poderia ter sido uma ainda mais rigorosa peça de denúncia sobre as atrocidades dos torcionários de Pol Pot, após a sua tomada de poder em Phnom Penh, não esquecendo a própria cobertura e complacência activas dos Estados Unidos. Entretanto, a «interpretação ideológica» sobre os *Khmers* vermelhos, subjacente ao filme de Joffé, mais não faz do que contribuir objectivamente, com desperdiçado talento, para a voluntária e persistente confusão que, desde o início deste abafado e manipulado holocausto, se pretendeu fazer a propósito do pseudoposicionamento

«revolucionário» de puros terroristas no poder. Enfim, significativamente sem os desmandos patetas e primários de *Rambos & Cia.*, eis um filme que não escapa ao anticomunismo e destinado, ainda, a contornar (por tabela) a nefasta culpabilidade dos responsáveis políticos americanos naquela martirizada área. Como se costuma dizer, quem quiser que o compre...

que reencontra a sua ex-mulher entregue à prostituição e tenta evitar que o seu filho siga pelo mesmo caminho que ele trilhou. Um excelente papel de Glenn Plummer, numa distribuição adequada.

Annie

(Domingo, 13.45, SIC)

Começou por ser uma banda desenhada, *Little Orphan Annie*, depois subiu aos palcos da Broadway numa adaptação que constituiu um imenso êxito e John Huston pegou finalmente na história para a transformar num entretido filme musical. Uma série de excelentes canções e de boa disposição, ao serviço de uma história e de um filme sobretudo dedicado às crianças - o que, nos dias que vão correndo, não é coisa de somenos nas programações televisivas.



Judith Anderson não dá ponto sem nó em relação a Joan Fontaine, no filme «Rebeca» de Alfred Hitchcock

O Passo Suspenso da Cegonha

(Sábado, 01.05, RTP2)

Com esta obra, a RTP revela-nos um dos mais interessantes realizadores do cinema europeu - Théo Angelopoulos - hoje entrado nos seus 60 anos de idade, formado cinematograficamente em França e marcado por filmes de profundo empenhamento na análise e investigação da situação política, económica e social do seu país natal. Tal é o caso da trilogia que ele consagrou à Grécia do período histórico compreendido entre 1936 (*Dias de 36*, que evoca o assassinato de um líder sindical) e os nossos dias (*Os Caçadores*, retrato da actual, abastada, burguesia grega) passando pelos anos que medeiam entre *Metaxas* e *Papagos* (*A Viagem dos Comediantes*). Em *O Passo Suspenso da Cegonha*, inédito na televisão portuguesa (e para citar a apresentação que dele faz o *Boletim de Programas da RTP*), o cineasta assina «uma pessoal e complexa reflexão política, sociológica, psicológica e alegórica sobre o tema do exílio e da noção de fronteira» ao contar-nos uma intrincada história protagonizada por um jornalista grego em reportagem junto da fronteira grega sobre as condições de refugiados de vários países aguardando exílio no interior do país. Com Marcello Mastroianni e Jeanne Moreau.

South Central

(Sábado, 02.20, SIC)

South Central, que dá o nome a este filme do realizador Steve Anderson, é um dos bairros socialmente mais degradados de Los Angeles, onde a maior das misérias se acoita a par do mundo do crime e explorando a vulnerabilidade da juventude e dos problemas que a afectam. O filme conta-nos, com dramático realismo, a história de um antigo *gangster*, libertado da prisão e integrado na sociedade,

Sob Suspeita

(Domingo, 00.30, TVI)

Não pode dizer-se que o argumento do filme seja totalmente credível ou sequer convincente. Mas o facto é que o seu realizador, o veterano Peter Yates, sabe manejar com competência os mecanismos do «thriller» policial a ponto de ser cada vez mais interessante de seguir a evolução de um caso vivido por uma delegada do Ministério Público a quem é atribuída a tarefa de defender um ex-combatente da Guerra do Vietname acusado de duas histórias paralelas de crime. Uma empresa em que ela é, entretanto, ajudada por um dos jurados, acabando por descobrir uma trama que a levará até às mais altas instâncias do poder... O destaque negativo vai para a menos feliz escolha de Cher (que ideia!) para um papel que lhe é totalmente desajustado.

CABO & SATÉLITE



A I Grande Guerra Mundial: 80 anos depois

Muitas televisões europeias apresentam nestes dias programas especiais evocando o final de uma das mais terríveis guerras que ensombraram o Velho Continente: a Grande Guerra de 1914/1918. Entre elas, o destaque vai para o canal franco-alemão *Arte* e para o canal francês *La Cinquième* que, aliás, podem ser vistos na mesma frequência da *TV Cabo*. No primeiro caso, são dois os destaques: a noite temática de quinta-feira 5, intitulada «Soldados em Revolta», na qual se destaca o filme *Uomini Contro* (Os Homens Contra), do realizador italiano Francesco Rosi (1970, versão francesa) com Mark Frechette, Alain Cuny e Gian Maria Volonte, entre outros. Inspirando-se em factos autênticos, Rossi propõe um filme pacifista que, segundo ele, procura «ligar a significação de uma guerra de há 50 anos (à época da estreia) às guerras dos nossos dias». Para o dia 11, quarta-feira, dia comemorativo da assinatura do armistício, está prevista no mesmo canal a transmissão de dois

documentários: «*Verdun: L'Héritage de la Douleur*» (1998, 26 min.) uma reportagem com testemunhos sobre o maior campo de batalha da I Grande Guerra, considerado ainda «o Inferno de Verdun»; e «*Moissons de Fer*» (1991, 52 min.) com impressionantes imagens de arquivo ilustrando a troca de correspondência entre um cirurgião colocado na frente de batalha e a sua mulher.

No segundo caso, uma referência se impõe ao documentário «1914-1918, La Grande Guerre: explosion», a transmitir no próximo domingo, realizado para



a BBC por Lind Godfarb, Isaac Mizrahi e David Mrazek, que evoca as tensões nos Balcãs com o assassinato em Sarajevo do herdeiro do trono austro-húngaro e que constituiu a mais visível origem do conflito. Segue-se um debate com a presença de Annette Becker e Michel Winock. (*Arte*, Quinta-feira 5, das 19.45 às 21.30; *La Cinquième*, Domingo 8, das 15.00 às 16.35; *Arte*, Quarta-feira 11, entre as 19.15 e as 20.45)



Um «retrato de família», em «Annie», um musical de John Huston

“...’tou fazendo a louvação”

«*Eu quiria ser médjico... A gentje tem qui ser alguma coisa na vida!*»

Estas palavras simples e directas, temperadas por esse tão especial sotaque brasileiro, capaz de tornar ainda mais musical a bela língua portuguesa, eram convictamente lançadas por um miúdo mulato dos seus 10 anos, olhando frontalmente a câmara com os seus olhos negros e muito grandes. Um miúdo que «vivia» em mais um desses grandes e miseráveis arrabaldes de Brasília, a cidade cujo arquitecto, Oscar Niemeyer, queria que fosse «uma cidade de homens felizes» e hoje está rodeada de bairros degradados e clandestinos para onde convergem os imigrantes internos em busca de trabalho, e da paga deste em ilusórios «reais».

Poderia hoje falar-vos do esplendoroso barulho das luzes, dos luxuosos e dispendiosos cenários, invadidos por câmaras e gruas moderníssimas em estúdios de produtoras privadas, alugados e pagos a peso de ouro com o dinheiro esportulado à custa de todos nós, contribuintes, para financiar o chamado «serviço público».

Poderia até abusar da vossa paciência e dizer-vos do nojo que às vezes provoca essa avalanche, afinal tão terrivelmente pindérica, de música e fardamentos novos, decotes e *smokings* saídos da naftalina, *playbacks* pré-gravados, indicativos gonçóricos, gritos histéricos, genéricos tonitruantes, alarves gargalhadas em directo e enlatadas – enfim, de tudo aquilo que, em tempo de novos-ricos e subversão dos valores éticos e profissionais, hoje configura o quotidiano ruído de fundo das estreias das nossas «televisões em português».

Mas, que querem?, bem mais belos continuavam a ser, na minha memória ainda fresca, esses olhos grandes e negros daquele menino mulato da periferia de Brasília e bem mais nobres eram as coisas que tinham sido vistas e ditas numa pequena reportagem transmitida em «Sinais do Tempo». Um documentário que, mais uma vez de forma clandestina,

o segundo canal do tal «serviço público» se permitiu transmitir na passada quinta-feira 28, no cobarde horário das 00.45 – afinal, uma sorte (!), já que ele chegara a ser anunciado na publicação interna da RTP para uma semana antes (e anulado sem contemplações, certamente por motivos de força maior), com transmissão prevista para uma hora ainda mais escandalosa: a 01.30 da manhã!

Ora, a tal reportagem a que me refiro, da autoria de Diana Andringa, falava-nos de gente boa e digna, professores, assistentes sociais, médicos de clínica geral voluntários e outro pessoal paramédico, especialistas e psicólogos, domésticas a meio tempo tornadas «agentes comunitárias» em bibliotecas itinerantes – enfim, gente que se mostrava viva e preocupada com o seu semelhante, inteiramente mobilizada e devotada a melhorar as gravíssimas carências da comunidade em termos de exclusão social.

Estávamos, então, na capital de um dos maiores países da América do Sul, marcado pelas mais escandalosas desigualdades quanto à distribuição da riqueza e, tal como nos era dito no programa, já não era de terceiro mundo que era necessário falar-se, mas sim de quarto mundo – aquele que, no fundo, é constituído pelos milhões de excluídos das grandes metrópoles, formando esse sempre presente (mas ignorado) mundo flutuante da marginalidade urbana, essa imensa multidão de seres humanos

afligidos pela pior das solidões: a «solidão acompanhada».

No estado de Brasília, o governador Cristovam Buarque tinha sido o grande impulsor de pequenas-grandes reformas, consubstanciadas em meia dúzia de programas inovadores destinados a retirar as crianças ao flagelo do trabalho infantil clandestino para que pudessem



frequentar a escola, do mesmo passo criando mecanismos que ajudassem as famílias dessas crianças e suprissem os parques «reais» que elas levavam para casa. Programas que levaram as pessoas a usufruir de cuidados preventivos de saúde, a criar o gosto pela leitura, fazendo com que, se elas não procuravam os livros, deveriam estes ir até elas, criando «estantes» ambulatórias de 300 livros cada que transitavam de família para família no mesmo bairro ao fim de um certo tempo – «estantes» que, até há pouco tempo, representavam 150 mil livros em 500 diferentes locais, sem esquecer a distribuição gratuita de jornais e revistas.

Chamavam-se este programas, entre outros, «Bolsa-Escola», «Mala do Livro», «Saúde em Casa» e o governador dizia coisas tão simples como estas: «Com 3% do que se gasta em armas no mundo inteiro, podia criar-se um programa destes para 250 milhões de crianças.»

Depois do documentário, houve um debate em estúdio, eficaz e delicadamente moderado pelo jornalista Vasco Trigo, com a participação de Rui Cunha (secretário de Estado da Inserção Social) e Alfredo Bruto da Costa (psicólogo). Devem ter dito coisas muito acertadas e importantes. Mas, pedindo antecipada escusa pela grosseira incorrecção, confesso que o meu ouvido já praticamente não escutava nada, submetido que estava, na importância e peso relativo dos sentidos, ao que a vista descobrira nas fortíssimas imagens ainda recentes.

E, na banda sonora, ecoava ainda a canção de Elis Regina: «'Tou fazendo a louvação, louvação, louvação; Do que merece ser louvado, ser louvado, ser louvado...»

Em tempo: fiquei também a saber, pelo documentário em questão, que o governador Cristovam Buarque acaba de perder as eleições estaduais recentemente realizadas em Brasília.

À moda do Palácio da Ajuda

O Ministério da Cultura, sabe-se, parece ter tomado o gosto a um certo pendor para o conflito, a inépcia e o erro. Ao cabo de três anos, já não têm conta os episódios em que, isolados ou por grosso, estes elementos avultam. Demissões tempestuosas, com a marca da arrogância do titular da pasta? Aí lembramos, entre várias, Rui Vieira Nery e Vítor Oliveira Jorge, José Afonso Furtado e Francisco Bettencourt, personalidades que, de uma ou outra forma, merecendo ou não o nosso acordo, possuíam ideias, agiam segundo projectos debatidos, estimulavam o trabalho crítico no interior das lógicas de democracidade e eficácia. Nomeações tresandando a compadrio, a remuneração do fideísmo e ausência de espessura, nos planos do perfil e da competência? Basta passar em revista a turbulência que conduziu à indigitação, salvo excepções, dos ocupantes de altos cargos no interior do aparelho que Manuel Maria Carrilho dirige. A secretária de Estado, Catarina Vaz Pinto, desde logo, pessoa cujos méritos se acham rebatidos a funções de quase intendência. Convulsões, atritos, quezílias de muita bílis e não menos enredos? Poucos serão os agentes culturais à margem do *inner circle* do ministro que, em diferentes situações, não tenham experimentado já efeitos de uma singularíssima maneira de governar... Que o digam arqueólogos e cineastas, músicos, companhias de teatro, escritores, técnicos de conservação e restauro, os artistas em geral, as associações em particular. O empertigamento neopragmático vem con-

equívocos, se quedava aquém do esperado e do exigível. Pior – quanto mais se quedava aquém do esperado e do exigível, mais a postura oficial surgia à mercê da empáfia e do frenesi, substituindo a acção pelo *marketing*, o equilíbrio e a responsabilidade de Estado pela ligeireza à medida dos *media*, em especial a alcova da televisão.

Enquanto isto, o Conselho da Europa aprovou um relatório implacável sobre a política cultural portuguesa, identificando insuficiências, debilidades e orientações à revelia de qualquer pensamento descentralizador. Enquanto isto, o IPLB permanece relegado a uma invisibilidade entre a depreciação e o constrangimento (onde esteve, por exemplo, nas homenagens nacionais

ANACRÓNICAS

■ Manuel de Melo

a José Saramago?), prosseguindo um esforço de renovo que pode ser comprometido por carência de meios. Enquanto isto, a Lei de Bases do Património jaz no torpor da inércia, adiada a audição de especialistas e entidades diversas, inexplicavelmente suspenso o diálogo com os dignitários da Igreja Católica, detentora de pelo menos 2/3 do acervo em consideração. Continua, entretanto, por assinar o pacto patrimonial. Continua por efectivar o inventário de bens móveis e imóveis. Continua por regular a acti-



duzindo, valha-nos isso, a uma cena animada, no lado oposto à monotonia da normalidade institucional.

E, no entanto, os inícios do mandato de Carrilho foram assinalados por um conjunto de intervenções que suscitavam aplauso e expectativa. Decisões como as relativas ao Parque Natural de Foz Côa ou ao Preço Fixo do Livro, a autonomização do IPLB ou a criação de alguns institutos públicos (aos quais, em breve, se seguiriam outros a todas as luzes discutíveis), certas medidas de racionalização e transparência, faziam admitir a possibilidade de um corte com o santanismo, uma prática atenta à vitalidade e às necessidades do sector. Tanto havia a realizar, havia e há, que desde a primeira hora se pediu clarividência, justiça e rasgo em vez da rotina, do casuísmo, do apoio sistemático às clientelas de sempre. A curto prazo se percebeu, contudo, que o Ministério, refém de poderes contraditórios e uma casta de

vidade antiquária. Ou seja – a paralisia e a indefinição transformam-se em instrumento performativo do iluminismo à moda do Palácio da Ajuda.

Conhecem-se os números do Orçamento de Estado para 1999. Ao invés da propaganda do PS, a Cultura segue uma linha declinante – tanto no que se refere às verbas para investimentos como em domínios vitais na gestão do quotidiano. A opção do Executivo exprime, é bem de ver, uma previsão de crise. Mas exprime também, num tal contexto, o quanto nem hesita em diminuir – de facto e simbolicamente – o peso relativo de um Ministério que chegou a ter como paradigma de uma mundividência não conservadora. Em face disto, o Professor Manuel Carrilho irá decerto, nos tempos que se aproximam, recorrer à teoria da argumentação, citando talvez Rorty ou António Guterres, para explicar as vantagens da pós-modernidade nos enquadramentos de penúria e mistificação...

ESCAPARATE

Várias músicas por todo o País

Grande parte das actividades culturais deste início de temporada continua centrada no domínio da música, com acontecimentos a merecer destaque em vários pontos do País.

Por exemplo, na arte do canto, é esperado com a já costumada ansiedade os recitais que a soprano **Katia Ricciarelli** vai dar no amanhã, dia 6, pelas 21.30, no **Grande Auditório do CCB** (em Lisboa) e no sábado 8 do **Centro de Congressos do Europarque** (em Santa Maria da Feira), em ambos os casos às 21.30. Segundo a apresentação do programa, «figura obrigatória de todos os festivais e galas operáticas, Katia Ricciarelli é referência excepcional em toda a Europa, Estados Unidos e Japão. Da sua extensa discografia e registos em vídeo, para a Deutsche Grammophon, Philips, EMI, CBS e RCA, destacam-se os seus desempenhos sob a direcção de Karajan, que são considerados pela crítica da especialidade como uma referência obrigatória». Katia Ricciarelli vai ser acompanhada pelo pianista **Vincenzo Scalera** e do programa constam **Árias de Ópera de Rossini, Puccini, Vivaldi e Catalani** e **Canções Napolitanas de Tosti**.

Foi anteontem inaugurada e prosseguirá até dia 7 um outro evento musical de tradicional realização na cidade de Aveiro. É o **V Festival Internacional de Guitarra** com espectáculos a realizar no **Centro Cultural de Aveiro** sempre às 22 horas e que proporcionará nestes dias os seguintes concertos: hoje à noite **Nuria Mora** (Espanha); amanhã, **Entrequatre** (Espanha), e no sábado **Vicente Amigo** (Espanha).



Katia Ricciarelli



Mais perto de Lisboa, em Loures, prossegue a **Temporada de Concertos da Orquestra Sinfónica Juvenil**, com uma actuação na **Igreja Matriz** no próximo domingo 8 pelas 17 horas. Dirigida pelo maestro **Christopher Bochmann** e contando, ainda, com a colaboração dos solistas **Margarida Marecos** (soprano), **Susana Moody** (meio-soprano), **Marcos Santos** (tenor) e **Hugo Oliveira** (baixo), bem como do **Coral «Lisboa Cantat»**, a orquestra interpretará a «Missa de Nelson» de **Joseph Haydn**.



Bilal Oliver



Joseph Haydn

Finalmente, num outro registo, poderão assistir já hoje à noite no **Grande Auditório da Culturges-te**, a um concerto comemorativo do centenário do nascimento de **George Gershwin**. O **Moreiras Jazztet**, dirigido pelo saxofonista **Pedro Moreira** (recentemente galardoado com o **Down Beat's Studente Music Award**) será ainda formado pelos irmãos **Pedro Moreira** (trompete) e **Bernardo Moreira** (contrabaixo) e pelos também irmãos **Markus** e **E. J. Strickland**, respectivamente em sax-tenor e bateria, o pianista **Robert Glasper** e o vocalista **Bilal Oliver**.

SEPOSITOXE



A evolução da Humanidade

Está patente ao público até 31 de Dezembro, na **Galeria Cruzeiro do Sul** no **Centro Cultural de Belém**, uma exposição produzida por **United Exhibits Groups** e realizada no âmbito do protocolo estabelecido entre o **Ministério da Ciência e Tecnologia** (programa «Ciência Viva») e o **CCB**. Intitulada «**Passo a Passo: a Evolução Humana**», esta exposição, segundo o texto de apresentação, «conta a emocionante história da evolução humana, dando-nos a oportunidade de tomar parte na exploração das origens do nosso passado. (...) O visitante irá conhecer as mais importantes escavações arqueológicas onde foram descobertos vestígios fósseis dos nossos antepassados e poderá observar investigadores em trabalho de campo e laboratórios de campanha». Horários para as escolas: dias de semana das 11 às 22 horas.

Técnica Mista/Instalação

Na **Galeria Municipal da Casa da Música**, em Óbidos, prossegue até 27 de Novembro uma exposição de técnica mista com trabalhos da autoria de **Beatriz Katchi** e uma instalação criada por **Ana Vieira**. Sob o título «**(Des)Ocultações**», nesta exposição, segundo as palavras de **Ana Vieira**, «os mistérios devem ser assim como as transparências, de tão leves que não as vemos quando as atravessamos logo ali presentes enquanto nos perdemos mais além». A descobrir.

LIVROS



Margem da Ausência

Um belo livro, este de **Urbano Tavares Rodrigues**. E poderíamos começar pelo próprio livro-objecto, na cuidada edição da **Asa**, e continuar pelas fotografias que acompanham a prosa - ilustrando-a -, trabalhos de **Fernando Curado Matos** e de **Carlos Melo Santos**, dois artistas que fixaram a Ausência nas margens desoladas do mar, abordando a descarnada paisagem marítima como um deserto de solidão. Mas é de leitura aqui, de mais um livro a juntar à vasta obra do escritor, que torna ao tema do amor e da solidão, neste caso em forma de ausência, a dar mais peso a uma presença que já não está próxima e que sobrevive na memória e na palavra. Uma prosa límpida e depurada, carregada de sentimentos.

TEATRO



Gil Vicente em Bragança

Está já marcada para de hoje a oito dias a aguardada estreia de uma nova produção da **Companhia de Teatro de Bragança - Grupo «Teatro em Movimento»**. Trata-se de «**Na Barca Com Mestre Gil**», um espectáculo cujo texto de **Jaime Gralheiro**, no dizer do programa, «transporta **Gil Vicente** até ao nosso tempo numa entrevista feita por um jornalista que esbarra na perspicácia do Mestre, num espectáculo encenado por **Leandro Vale** em que é passada em revista a grande parte da obra vicentina». As interpretações estarão a cargo do encenador, de **Helena Vidal**, **Glória de Sousa**, **Fábio Timor**, **Leonor Bandeira**, **Waldemar Correia** e **Amílcar Nunes** que se desdobram por 27 papéis. Esta montagem teatral, uma das mais caras realizadas por esta companhia, é acompanhada pelo lançamento de um catálogo ilustrado com fotografia de **Erik Engelhardt**.

Entretanto, no **Teatro Municipal do Barreiro**, estreia-se já amanhã a peça «**Enquanto Espero Por Ti, Meu Amor**», um original de **Paulo Calçada**. Com encenação do autor, a **Companhia de Teatro Arte Viva** leva à cena um espectáculo diferente, misto de várias linguagens e modos de expressão teatral. Segundo a apresentação, «o recurso à imagem vídeo, à música, à luz, sustenta a investigação de novas propostas estéticas e suporta a palavra que é igualmente servida pelo corpo do actor».

Continua também em cena, no **Teatro Garcia de Resende** (em Évora), um espectáculo produzido pelo **Cendrev**, numa encenação de **Mário Barradas** com cenografia de **Christian Rätz**. Trata-se de «**Três Irmãs**», o célebre clássico de **Anton Tchekov**.

BAILADO

Começa a Temporada na Gulbenkian

Na próxima quarta-feira, às 21.30, no **Grande Auditório Gulbenkian**, terá início a temporada de bailado da **FCG**. Esta primeira série de espectáculos, que será repetida nos dias 12 e 13 (à mesma hora) e no dia 14 (às 16.00 e 21.30), será constituída por três bailados. Sob a direcção de **Iracity Cardoso**, o **Ballet Gulbenkian** apresentará: «**Rassemblement**», com coreografia e figurinos de **Nacho Duato**, música-canções de **Toto Bissainthe**, cenário de **Walter Noble** e luzes de **Nicolás Fischtel**; «**Until... with/out.enough**» (estrela em Portugal) com coreografia de **Itzik Galili**, música de **Henryk Gorecki**, figurinos de **Natsja Lansen** e luzes de



Figurinos de Paula Rego



Paula Pinto em «Rassemblement»



Amor de Dom Perlimplim com Belisa em seu Jardim

Nem toda a gente se dá conta do que é uma tradução, da arte que pode conter, das dificuldades que pode - deve - atravessar, para chegar com êxito à «naturalidade» da leitura e à «correspondência» idiomática entre um primeiro texto e o seu «equivalente» em outra língua. Isto para saudar a tradução que **Eugénio de Andrade** realizou de dois textos de teatro de **Federico Garcia Lorca**, o grande poeta e dramaturgo espanhol brutalmente assassinado pelo franquismo. Quem conhecer a obra de Lorca saberá da dificuldade que será verter para outra língua (quanto mais esta, o português, tão próxima da palavra castelhana) a prosa ou o verso encantatório do artista. Apenas outro artista das palavras o saberá fazer com sucesso. Saudemos ainda a iniciativa editorial da **Campo das Letras** por nos propor em português estas duas peças - **Amor de Dom Perlimplim** e **Pequeno Retábulo de Dom Cristóvão**.

Benno Vein; e, finalmente, «**Pra Lá e Pra Cá**» (**There and Back Again**), inspirado nas gravuras de **Paula Rego** sobre canções infantis inglesas, com coreografia e cenário de **Stijn Celis**, música original de **Louisa Lasdun**, figurinos de **Paula Rego** e luzes de **Erik Berglund**.



ATALHE DE FOICE

Descrédito

A terminar a campanha do referendo sobre a regionalização, e independentemente do resultado da consulta popular no próximo domingo, uma primeira conclusão - ou talvez seja melhor dizer confirmação - se pode desde já avançar: em Portugal, o debate político, chamemos-lhe assim, continua a deixar muito a desejar. Não está em causa a existência de opiniões distintas sobre a mesma matéria, o que é sempre salutar para o debate de ideias. O que está em causa é o facto de não poder haver debate de ideias sem que estejam reunidas pelo menos duas condições, qual delas mais elementar: a existência de ideias e a exigência de seriedade.

Que existem muitas ideias sobre a regionalização não se duvida, mas o que a campanha demonstrou foi que, por razões pouco confessáveis, uma parte dos intervenientes decidiu meter as ideias na gaveta e dar livre curso ao dislate.

Que muita gente séria participou seriamente na campanha também não há dúvida, mas o que fica na memória é a desonestidade com que algumas figuras públicas ou à procura de notoriedade usaram da liberdade de expressão para deliberadamente confundir e intimidar um eleitorado que só poderá fazer uso democrático do referendo se e quando esclarecido. Nesta campanha não faltaram «regionalistas convictos» a perorar pelo «Não», alegando receios de que a regionalização não passe de um pretexto para criar mais «jobs» para os «boys», receios esses esfumados em passe de mágica caso a proposta fosse a de transformar em regiões as comissões coordenadoras regionais, nomeadas pelo Governo, como fez o truculento autarca de Marco de Canavezes, Avelino Ferreira Torres; ou o professoral Marcelo Rebelo de Sousa a garantir que «a Bélgica é um Estado em desagregação» por ser um país com várias línguas, povos e com grandes divisões..., o que sucederia a Portugal com «esta», mas não com «a outra» regionalização; ou, como assevera o sempre tão discreto António Champalimaud, que a regionalização «seria um passo em frente no caminho da entrega dos nossos destinos a Espanha», no que é acompanhado pelo «regionalista» Jardim, para quem «o mapa cor-de-rosa» da regionalização votado democraticamente pelas Assembleias Municipais não passa de um cozinhado PS/PCP que «empurra portugueses para relações privilegiadas (...) com regiões estrangeiras, do outro lado da fronteira».

Ou ainda que Portugal - onde por acaso existem mais de trezentas Câmaras Municipais e mais de quatro mil Freguesias - é demasiado pequeno para ter oito regiões; ou que a eleição de dirigentes regionais «aumenta o caciquismo», «é um voto no escuro e um cheque em branco», significa a «corrupção x oito», só para citar alguns exemplos, como Paulo Portas repetiu até à exaustão, por certo esquecido de que faz parte dessa classe política que grosseiramente rotula de corrupta. Isto para não falar, naturalmente, de cartazes e autocolantes identificando os defensores do «Sim» com mafiosos, ou das liberdades linguísticas dos meninos «populares» que em tempo de antena do CDS/PP não se coibiram de ostentar um autocolante onde se podia ler «Esta trampa é cara!»

Ideias? Seriedade? Parecem conceitos estranhos à direita portuguesa, apostada em tratar os eleitores com tamanho desrespeito, viciando todas as regras do jogo, usando a democracia para a mentira e a desinformação. O descrédito resultante desta prática está à vista na crescente abstenção e a direita esfrega as mãos de contente entre lágrimas de crocodilo. Afinal, governar é difícil e não é para a população. «Eles» tratam do assunto em nome do «bom povo». Se o «bom povo» deixar.

■ Anabela Fino

PCP defende resposta global aos problemas da toxicodependência

O PCP afirma a necessidade de uma resposta global e mais forte aos problemas da toxicodependência e coloca preocupações sobre algumas medidas anunciadas pelo Governo.

O PCP participou na passada sexta-feira numa reunião promovida pelo Governo com os partidos com representação parlamentar, destinada à apresentação de iniciativas em matéria de prevenção da toxicodependência. O nosso partido esteve representado por Francisco Lopes, membro da Comissão Política.

O ministro responsável por esta área informou os partidos de que estão em preparação decretos-lei sobre definição de

critérios de apoio ao tratamento de toxicodependentes, alteração das normas para o licenciamento e fiscalização de unidades terapêuticas e criação do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência e uma resolução sobre a criação de um programa de inserção laboral.

O PCP salientou que a gravidade dos problemas da toxicodependência em Portugal e o enorme atraso existente no combate a esse problema, situação que a Comissão da Estratégia

Nacional de Combate à Droga acaba de reconhecer no seu relatório, implicam uma vontade política, um conjunto de medidas e uma dotação de meios que estão longe de serem concretizados.

As medidas anunciadas, incidindo em áreas importantes, deixam de fora aspectos essenciais, não traduzem a concretização da estratégia global que é necessária e algumas delas colocam preocupações. É o caso do apoio a entidades privadas com fins lucrativos na área do atendimento, tratamento e reinserção, e da não aposta na ampliação da rede pública, que no âmbito das Comunida-

des Terapêuticas é praticamente inexistente (está limitada a trinta e cinco camas). De facto, o Governo, invocando que deixam de ser apoiadas as instituições para serem apoiados os toxicodependentes, estende o apoio às entidades privadas com fins lucrativos, que até agora lhes tem estado vedado, e promove assim uma nova área de negócio à custa dos toxicodependentes, das suas famílias e do Orçamento de Estado.

O PCP reafirmou a necessidade e urgência de uma resposta global, substancialmente diferente e mais forte, na prevenção da toxicodependência e no combate ao tráfico de droga.

Americanos recusam radicalismo

Os norte-americanos infligiram anteontem uma derrota aos republicanos ao rejeitarem transformar as eleições intercalares num referendo a Clinton. Chamados às urnas para renovar um terço do Senado, a totalidade da Câmara dos Representantes e ainda 36 governadores estaduais, os eleitores acabaram por penalizar o radicalismo, fazendo eleger os candidatos mais moderados.

De acordo com os dados disponíveis à hora de fecho desta

edição, não se registaram alterações singificativas no equilíbrio de forças no Senado, enquanto na Câmara dos Representantes os democratas conseguiram reduzir de 22 para 14 a diferença que os separa dos republicanos (os primeiros detinham 206 lugares, contra 228 dos segundos).

As principais alterações registaram-se na escolha dos Governadores, com o republicano Alfonse d'Amato - célebre pela iniciativa legislativa

que visava a imposição de sanções às empresas não americanas que não respeitassem o embargo dos EUA ao Iraque - a perder o importante estado de Nova Iorque, à frente de cujos destinos se encontrava desde 1980, para o democrata Schumer, congressista há oito anos.

A recuperação dos democratas pode ter posto um ponto final na questão da destituição do Presidente, tanto mais que, ao contrário do que sucede desde o final da guerra civil americana de 1861-1865, o partido do presidente em funções não perdeu mandatos. É a segunda vez na história dos EUA que tal se regista em eleições intercalares.

Clinton e os democratas respiram de alívio. Motivos de preocupação sobram, no entanto para Al Gore, o presumível candidato democrata à sucessão de Clinton, já que o seu mais forte opositor, um dos filhos do ex-presidente Bush, conseguiu a proeza de reunir 70 por cento dos votos no poderoso estado do Texas.

Quanto à participação nas eleições, confirmou-se a regra da crescente abstenção. Pouco mais de 30 por cento dos eleitores foram às urnas, o que não abona em nada a saúde dum sistema que se apresenta como «o mais democrático do mundo».



Carvalhas na Amadora

Terça-feira à noite, houve festa na Amadora. Carlos Carvalhas participou na sessão-festa que reuniu, no Auditório Municipal da cidade muitos apoiantes do Sim à Regionalização.



Um livro pela Regionalização

O livro "As Regiões Administrativas, Democracia e Desenvolvimento", de Luís Sá, Ana Serrano e Daniel Branco, foi lançado pela Editorial Caminho na segunda-feira passada, no Hotel Altis, em Lisboa. O livro foi apresentado por José Barata-Moura.

Autoridades portuguesas distraídas

A Organização do PCP na Suíça condena o lamentável comportamento das autoridades portuguesas que se limitaram a ser espectadores das ameaças feitas aos oito empregados de limpeza portugueses que trabalham no hospital oftalmológico de Lausanne, que receberam uma carta da chefia da empresa para a qual trabalham a proibidos de falar português durante o horário de trabalho.

Foi graças ao particular empenho do delegado português na secção sindical do SIB em Lausanne que este assunto teve grande repercussão na comunicação social suíça e também em Portugal. Esta situação provocou uma onda de indignação na sociedade suíça, que registamos com agrado, contra as declarações xenófobas e discriminatórias aos direitos de quem trabalha, obrigando a um pedido formal de desculpas aos trabalhadores por parte da direcção da empresa.

O desfecho deste caso contém uma dupla e exemplar vitória para os trabalhadores: pelo reconhecimento dos direitos cívicos e da identidade cultural dos trabalhadores portugueses em causa; pelo facto da direcção da empresa ter aceitado iniciar negociações com o sindicato sobre uma convenção colectiva de trabalho, até agora inexistente.

A passividade das autoridades portuguesas é tanto mais condenável quando este não é um caso isolado: outros trabalhadores portugueses noutras empresas já sofreram na pele a concretização das ameaças, houve mesmo quem fosse despedido por falar português no local de trabalho.

